

UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO
AGÊNCIA DE INOVAÇÃO, EMPREENDEDORISMO, PESQUISA,
PÓS-GRADUAÇÃO E INTERNACIONALIZAÇÃO
CENTRO DE CIÊNCIAS DE BACABAL
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS
MESTRADO ACADÊMICO

REGIVALDO DA SILVA CARVALHO

“uma gente que fica agarrada na terra”:

território quilombola e corpos subalternizados em *A Claridade da Gente* de Paulo Rodrigues

BACABAL
2026

REGIVALDO DA SILVA CARVALHO

“uma gente que fica agarrada na terra”:

território quilombola e corpos subalternizados em *A Claridade da Gente* de Paulo Rodrigues

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Letras, do Centro de Ciências, Educação e Linguagens, da Universidade Federal do Maranhão, como requisito para a obtenção de título de Mestre em Letras.

Área de Concentração: Linguagem, Cultura e Discurso

Linha de Pesquisa: Literatura, Cultura e Fronteiras do Saber

Orientadora: Profa. Dra. Cristiane Navarrete Tolomei

Ficha gerada por meio do SIGAA/Biblioteca com dados fornecidos pelo(a) autor(a).
Diretoria Integrada de Bibliotecas/UFMA

da Silva Carvalho, Regivaldo.

uma gente que fica agarrada na terra: território quilombola e corpos subalternizados em A Claridade da Gente de Paulo Rodrigues / Regivaldo da Silva Carvalho. - 2026.

147 p.

Orientador(a): Cristiane Navarrete Tolomei.

Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-graduação em Letras - Bacabal, Universidade Federal do Maranhão, Bacabal, 2026.

1. A Claridade da Gente. 2. Desterritorialidade. 3. Quilombo Onça. 4. Reexistência. I. Navarrete Tolomei, Cristiane. II. Título.

REGIVALDO DA SILVA CARVALHO

“uma gente que fica agarrada na terra”:

território quilombola e corpos subalternizados em *A Claridade da Gente* de Paulo Rodrigues

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Letras, do Centro de Ciências, Educação e Linguagens, da Universidade Federal do Maranhão, como requisito para a obtenção de título de Mestre em Letras.

Área de Concentração: Linguagem, Cultura e Discurso

Linha de Pesquisa: Literatura, Cultura e Fronteiras do Saber

Orientadora: Profa. Dra. Cristiane Navarrete Tolomei

Aprovado em 26 de fevereiro de 2026.

COMISSÃO EXAMINADORA

Prof.^a Dr.^a Cristiane Navarrete Tolomei
Universidade Federal do Maranhão
Orientadora

Prof. Dr. José Henrique de Paula Borralho
Universidade Estadual do Maranhão
Membro Examinador Externo

Prof. Dr. Rubenil da Silva Oliveira
Universidade Federal do Maranhão
Membro Examinador Interno

BACABAL – MA
2026

AGRADECIMENTOS

A Deus, por me conceder o dom da vida e a oportunidade de concluir esta etapa tão significativa da minha formação acadêmica.

À minha orientadora, Cristiane Navarrete Tolomei, pelo acolhimento, pela escuta atenta e pela paciência com meu processo de escrita, conduzindo-me com sensibilidade e rigor ao longo do mestrado.

À minha família, base fundamental da minha trajetória, pelo apoio constante, pela confiança e pelo incentivo incondicional ao longo de todo este percurso. Mesmo diante das ausências impostas pela escrita e pela pesquisa, fizeram-se presença, sustentando-me com afeto, compreensão e força.

À minha esposa, Deurine, meu ponto de equilíbrio durante esses dois anos de pesquisa, pelo apoio incondicional, pela compreensão e pela presença constante.

Ao meu filho, Emanuel, que foi e continua sendo meu regulador emocional, tornando minha caminhada mais leve.

À minha querida professora Graça Figueiredo, *in memoriam*, pelo apoio e por ter despertado em mim o amor pela literatura, que hoje sustenta minha trajetória acadêmica.

À professora Aldecina Costa, pelo auxílio fundamental na elaboração do projeto para a seleção do mestrado e pelo suporte constante ao longo dos dois anos de pesquisa.

Ao meu amigo de estrada, Ramon Oliveira, pelo companheirismo e pela partilha tanto dos momentos alegres quanto dos perrengues que marcaram essa caminhada.

Aos meus amigos de turma, Larissa Meneses, Rondynei, Denise Miranda, Amanda, Otávio, Ana Beatriz, Daniel, José John, Layna, Luana Raquel, Luana Mendes e Cleidimar, pela parceria, pelas trocas e pela convivência tão rica e enriquecedora ao longo do curso.

Aos professores doutores que ministraram as disciplinas no programa, Fábio José Santos de Oliveira, Franco Baptista Sandanello, Rayron Lennon Costa Sousa, Wheriston Silva Neris, Poliana dos Santos, Dilson César Devides, Auricélio Soares Fernandes e Lucélia de Sousa Almeida, por partilharem seus conhecimentos de forma tão magistral e humana.

Aos professores doutores Rubenil da Silva Oliveira, José Henrique de Paula Borrvalho e Wheriston Silva Neris, por aceitarem o convite para avaliar este trabalho, oferecendo valiosas sugestões que muito contribuíram para seu aprimoramento.

À minha amiga Vanessa Araújo e à minha irmã Giselle Carvalho, pela generosidade de ler meu texto em diferentes momentos, oferecendo apoio, incentivo e encorajamento para que eu seguisse adiante.

Dedico este trabalho aos meus pais e a todos os grupos sociais historicamente silenciados, em especial, às comunidades quilombolas e rurais, às quebradeiras de coco e aos trabalhadores rurais.

*Não tive infância
o patrão cortou
o pescoço da boneca
junto com o cacho de arroz.*

(Paulo Rodrigues)

RESUMO

Esta dissertação propõe uma leitura crítica da obra *A Claridade da Gente* (2023), do poeta maranhense Paulo Rodrigues, à luz da teoria decolonial, compreendendo a literatura como espaço de disputa simbólica, política e epistemológica. O estudo nasce de um gesto intelectual, ético e político atravessado por uma experiência situada, marcada pela vivência no campo e pelo contato direto com o trabalho rural, o que orienta um olhar implicado sobre as dinâmicas de exploração, silenciamento e resistência/reexistência que estruturam a vida na zona rural brasileira, afastando-se de perspectivas neutras ou distanciadas. Parte-se da questão de como a poesia contra-hegemônica de Paulo Rodrigues problematiza os processos de territorialidade, desterritorialização e reterritorialização quilombola, bem como as dinâmicas de poder que historicamente exploram sujeitos subalternizados. Para responder ao questionamento, o objetivo geral consiste em compreender como o poeta articula literatura e sociedade diante da persistência das estruturas coloniais na realidade quilombola. Como objetivos específicos, busca-se: analisar a representação da territorialidade quilombola e os efeitos da desterritorialização, com ênfase na comunidade Quilombo Onça, em Santa Inês-MA; discutir a precarização do trabalho no campo e a exploração dos corpos dos trabalhadores rurais; e examinar o trabalho feminino e infantil na poesia de Paulo Rodrigues, evidenciando os mecanismos de invisibilização e violência que sustentam a lógica do sistema capitalista. Metodologicamente, trata-se de uma pesquisa qualitativa, de natureza interpretativa, exploratória e descritiva, que articula análise textual da obra, investigação bibliográfica, pesquisa de campo na comunidade Quilombo Onça e entrevista semiestruturada com o autor. O referencial teórico dialoga com a crítica literária brasileira, especialmente Antonio Candido (2006) e Alfredo Bosi (2002); com a teoria decolonial de Aníbal Quijano (2005) e Walter Dignolo (2022); com intelectuais quilombolas e antirracistas como Abdias Nascimento (1980), Lélia Gonzalez (2020) e Antonio Bispo dos Santos (2015); com os estudos sobre território de Rogério Haesbaert (2004); e com as contribuições feministas de Heleieth Saffioti (1987; 2004) e Rita Laura Segato (2016), fundamentais para a compreensão da exploração do corpo feminino, da divisão sexual do trabalho e da persistência do patriarcado no espaço agrário. Conclui-se que *A Claridade da Gente* constrói um projeto poético-político no qual o território quilombola é reafirmado como espaço de pertencimento, memória e luta, ao mesmo tempo em que denuncia a precarização do trabalho rural, a exploração do trabalho feminino e a naturalização do trabalho infantil, afirmando a literatura como prática crítica comprometida com justiça social, memória e direito à permanência.

Palavras-chave: *A Claridade da Gente*; desterritorialidade; Quilombo Onça; Reexistência.

ABSTRACT

This research proposes a critical reading of the work *A Claridade da Gente* (2023), by the Maranhão poet Paulo Rodrigues, considering decolonial theory, understanding literature as a space of symbolic, political, and epistemological dispute. The study arises from an intellectual, ethical, and political gesture traversed by a situated experience, marked by living in the countryside and direct contact with rural work, which guides an implicated look at the dynamics of exploitation, silencing, and resistance/re-existence that structure life in the Brazilian rural area, moving away from neutral or detached perspectives. It begins with the question of how Paulo Rodrigues' counter-hegemonic poetry problematizes the processes of territoriality, deterritorialization, and reterritorialization of quilombola communities, as well as the power dynamics that historically exploit subalternized subjects. To answer this question, the general objective is to understand how the poet articulates literature and society in the face of the persistence of colonial structures in the reality of quilombos (maroon communities). Specific objectives include: analyzing the representation of quilombo territoriality and the effects of deterritorialization, with emphasis on the Quilombo Onça community in Santa Inês, Maranhão; discussing the precariousness of work in the countryside and the exploitation of the bodies of rural workers; and examining women's and children's labor in Paulo Rodrigues' poetry, highlighting the mechanisms of invisibility and violence that sustain the logic of the capitalist system. Methodologically, this is qualitative research, of an interpretative, exploratory, and descriptive nature, which articulates textual analysis of the work, bibliographic investigation, field research in the Quilombo Onça community, and a semi-structured interview with the author. The theoretical framework engages with Brazilian literary criticism, especially Antonio Candido (2006) and Alfredo Bosi (2002); with the decolonial theory of Aníbal Quijano (2005) and Walter D. Mignolo (2022); with the support of Quilombola and anti-racist intellectuals such as Abdias Nascimento (1980), Lélia Gonzalez (2020), and Antonio Bispo dos Santos (2015); with the studies on territory by Rogério Haesbaert (2004); and with the feminist contributions of Heleieth Saffioti (1987; 2004) and Rita Laura Segato (2016), fundamental to understanding the exploitation of the female body, the sexual division of labor, and the persistence of patriarchy in agrarian spaces. It concludes that *A Claridade da Gente* constructs a poetic-political project in which Quilombola territory is reaffirmed as a space of belonging, memory, and struggle, while simultaneously denouncing the precariousness of rural work, the exploitation of women's labour, and the naturalization of child labour, affirming literature as a critical practice committed to social justice, memory, and the right to permanence.

Keywords: *A Claridade da Gente*; deterritorialization; Quilombo Onça; Re-existence.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1-Entrevista realizada por Paulo Rodrigues	30
Figura 2-Espaço do quilombo Onça destinado aos momentos de conversa no tempo livre	51
Figura 3 - Localização de Santa Inês no mapa do Brasil	52
Figura 5- Localização de Santa Inês no mapa do Maranhão	52
Figura 4- Território de Santa Inês	52
Figura 6- Distância entre Santa Inês e Calango	53
Figura 7- quilômetro 377 da BR- 322	53
Figura 8- Acesso ao povoado Onça, pelo povoado Calango, na BR 222	53
Figura 9- Estrada vicinal que dá acesso à comunidade Onça	53
Figura 10- Vista aérea da comunidade	54
Figura 11- Área da comunidade conhecida como Retomada	54
Figura 12- Área Central da Comunidade	54
Figura 13-Centro Comunitário	54
Figura 14- Escola Municipal Graça Aranha	55
Figura 15 - Trabalho comunitário na cobertura de uma casa de taipa	55
Figura 16 - Casa de produção de Farinha	56
Figura 17 - Casa de preparação do arroz para o consumo	57
Figura 18- Galinheiro	58
Figura 19- Roça quilombola	58
Figura 20- Exposição artesanal da comunidade	59
Figura 21- Boi Flor do Brasil	59
Figura 22- Ação de fazendeiro que desmatou mais de 1 km de mata nativa do território da Onça	60
Figura 23 - Fluxograma do percurso de titulação dos territórios	64
Figura 24- Mulher chora ao lado do túmulo de seu marido, vítima do massacre	99
Figura 25- Captura de tela da reportagem “Acampamentos do MST marcam os 23 anos	100
Figura 26 -Assassinatos por grande região nos últimos 10 anos	101
Figura 27-Assassinatos por gênero nos últimos 10 anos	103
Figura 28- Assassinatos nos últimos 10 anos por categoria da vítima de violência	105

LISTA DE TABELAS

Tabela 1- Autores(as) da poesia maranhense contemporânea (2000–2025)	26
Tabela 2- Produção literária de Paulo Rodrigues	34
Tabela 3 - Premiações de Paulo Rodrigues por livros e contribuições	35
Tabela 4 - Fortuna crítica sobre a obra literária de Paulo Rodrigues	37
Tabela 5 - Notícias sobre o Quilombo Onça	62

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO- Do território ao pensamento crítico.....	14
1 A POESIA COMO TERRITÓRIO DE DISPUTA SIMBÓLICA E POLÍTICA: a escrita de Paulo Rodrigues na literatura maranhense contemporânea.....	22
2 UM SOL QUE CONTINUA QUEIMANDO O ASFALTO DA COLONIALIDADE: Passado e presente na luta quilombola.....	44
2.1 Quilombo onça: Resistência/reexistência frente à dinâmica de exclusão socioespacial.....	49
2.2 Poesia contra-hegemônica de Paulo Rodrigues: territorialidade e desterritorialidade quilombola em <i>A Claridade da Gente</i>	67
3 POÉTICA DA TERRA FERIDA: memória, corpo e território nas dinâmicas de violência e resistência/reexistência em <i>A Claridade da Gente</i>	93
3.1 Entre a terra e o sangue: memória, violência e conflito agrário.....	97
3.2 Êxodo sem redenção: deslocamentos forçados e resistência afetiva.....	107
4 CORPOS PRECOCES, VIDAS TECIDAS: trabalho feminino e infantil sob a colonialidade do viver em <i>A Claridade da Gente</i>	112
4.1 Tecedoras da sobrevivência: trabalho feminino e reexistência.....	112
4.2 Infância capturada: trabalho, silêncio e colonialidade em <i>A Claridade da Gente</i>	116
CONSIDERAÇÕES FINAIS - Entre fiandeiras e quebradeiras, um grito no silêncio.....	130
REFERÊNCIAS.....	134
APÊNDICE.....	139

INTRODUÇÃO - Do território ao pensamento crítico

A escolha do tema desta dissertação está vinculada à minha trajetória de vida e às experiências que marcaram minha formação humana, social e intelectual. Desde muito jovem, sempre me inquietou a forma como a zona rural e, conseqüentemente, a vida no campo foram historicamente colocadas à margem das políticas públicas e dos discursos institucionais. Filho de lavradores, cresci em contato direto com o trabalho agrícola e com as dificuldades impostas àqueles que vivem da terra. Minha mãe era quebradeira de coco, hoje, não mais por questões de saúde; meu pai agricultor. Juntos criaram sete filhos em meio a uma vida simples, marcada pelo trabalho diário e constante luta pela sobrevivência.

Ao longo dos anos, acompanhei de perto o esforço dos meus pais para conquistar um pequeno “pedaço” de terra que garantisse o sustento da família e, conseqüentemente, a dignidade do trabalho e o direito básico à educação dos filhos. Foi nesse contexto de resistência cotidiana, que aprendi a compreender a terra como espaço de produção e como lugar de pertencimento, memória e existência. Se hoje escrevo uma dissertação de mestrado, isso se deve, em grande medida, à força e à determinação de meus genitores, que, mesmo diante das adversidades, buscaram oferecer aos filhos o mínimo necessário para romper os ciclos históricos de exclusão: o acesso à escola.

Essas vivências, aliadas ao contato contínuo com trabalhadores e moradores do campo, despertaram em mim o desejo de desenvolver uma pesquisa voltada para essa parcela da sociedade: homens, mulheres e crianças que vivem e resistem no espaço rural. Foi nesse percurso que me deparei com a obra *A Claridade da Gente* (2023), de Paulo Rodrigues, cuja poética mobiliza imagens, vozes e experiências profundamente conectadas à vida no campo, aos territórios quilombolas. A leitura da obra revelou-se, assim, um espaço fecundo para o aprofundamento de uma discussão ainda pouco recorrente no âmbito acadêmico, sobretudo no contexto do curso de Letras.

Dessa forma, esta investigação se constitui também como um gesto político, assim como o é a poesia de Paulo Rodrigues. Trata-se de um trabalho que se inscreve como homenagem aos trabalhadores e trabalhadoras do campo, às crianças e às comunidades quilombolas, reconhecendo-os como sujeitos de direitos e portadores de saberes silenciados no decorrer do tempo. Ao longo deste estudo, busco promover reflexões acerca da realidade dessas populações, reafirmando a centralidade da terra como espaço de vida, resistência e construção de

identidades, e compreendendo a literatura como instrumento de denúncia e transformação social.

Nesse contexto, destacamos que na literatura contemporânea maranhense, a poesia de Paulo Rodrigues tem se consolidado como esse instrumento ao dialogar com as realidades sociais e históricas que atravessam o estado. Em sua produção literária, nota-se uma preocupação em desvelar a gradativa retirada “d’aquela gente” da terra ancestral quilombola e rural, em que contém a cultura, a memória e a identidade dessa população, com o falso mito do desenvolvimento e do progresso a partir da exploração dos recursos naturais.

Embora estejamos no século XXI, a expropriação agrária e cultural, através da violência, mantém-se pela lógica da colonização, haja vista que o campo sempre sofreu com a apropriação de riquezas em todo processo colonial. Assim, para analisar as disputas territoriais, envolvendo quilombolas e trabalhadores do campo na obra de Paulo Rodrigues, optamos pela perspectiva decolonial, com base no conceito de colonialidade, o qual vincula as múltiplas hierarquias de poder do capitalismo em uma mesma estrutura.

Publicada em 2023, a obra é composta por 38 poemas e está estruturada em três partes, cada uma carregada de simbolismo e representatividade. A primeira, “Fuso”, remete ao pequeno instrumento de madeira utilizado para fiar, simbolizando o início, a construção dos fios que tecem a identidade e a compreensão do Brasil. A segunda, “O regresso da semente”, sugere o resgate de uma plantação esquecida, a possibilidade de reconstrução e renovação das raízes históricas e culturais. Já a terceira parte, “Quilombola Onça”, faz referência ao nome de uma comunidade quilombola, localizada em Santa Inês-MA, destacando a luta contínua pela titulação das terras e não mercantilização dos territórios ancestrais. Assim, a estrutura do livro organiza a poética de Paulo Rodrigues e reforça a ideia de resistência/reexistência, identidade e pertencimento, aspectos centrais para a compreensão da obra.

O reconhecimento de sua relevância literária é atestado por figuras como Salgado Maranhão, que o define como “um dos mais representativos poetas do Maranhão atual” (*apud* Lincoln, 2020). Para mais, segundo Maranhão, sua escrita se insere em uma tradição que valoriza o estranhamento da linguagem, conduzindo o leitor a uma experiência sensorial intensa. A força imagética e a precisão verbal de sua poesia fazem de Paulo Rodrigues um autor que não apenas documenta realidades, mas as recria poeticamente, estabelecendo um diálogo crítico e sensível com o mundo contemporâneo.

O interesse pela poesia de Paulo Rodrigues não se restringe ao plano estético ou formal, mas se ancora em uma identificação profunda com as experiências sociais, territoriais e históricas que atravessam sua escrita. A obra *A Claridade da Gente* mobiliza corpos, memórias

e territórios que dialogam diretamente com a realidade do campo brasileiro, especialmente com as vivências de comunidades quilombolas, trabalhadores rurais, mulheres e crianças submetidas a condições históricas de exploração e invisibilização. Assim, investigar essa obra significa não apenas analisar um objeto literário, mas confrontar estruturas de poder que operam tanto no plano material quanto no simbólico.

Partindo da perspectiva da teoria decolonial, este estudo compreende a literatura como espaço privilegiado de disputa simbólica, política e epistemológica. Longe de ocupar um lugar neutro no interior da vida social, a escrita literária atua como prática crítica capaz de tensionar narrativas hegemônicas, iluminar experiências historicamente silenciadas e produzir fissuras na ordem colonial ainda vigente no Brasil contemporâneo. Nesse horizonte, a poesia de Paulo Rodrigues afirma-se como escrita contra-hegemônica, comprometida com a denúncia da colonialidade do poder, do saber e do ser, ao mesmo tempo em que reinscreve simbolicamente sujeitos e territórios marginalizados.

Em vista disso, a questão que orienta este trabalho é a seguinte: de que modo a poesia contra-hegemônica de Paulo Rodrigues, em *A Claridade da Gente*, coloca em discussão os processos de territorialidade, desterritorialidade e reterritorialidade quilombola, bem como as dinâmicas de poder que exploram e silenciam sujeitos historicamente subalternizados? Para responder a essa problemática, o objetivo geral do trabalho é compreender de que modo a poética de *A Claridade da Gente* articula literatura e sociedade ao reinscrever simbolicamente o território quilombola, a memória coletiva e os corpos rurais marginalizados, evidenciando a permanência das estruturas coloniais, capitalistas e patriarcais no Brasil contemporâneo.

Como objetivos específicos, buscou-se demonstrar que a escrita poética de Paulo Rodrigues não apenas representa experiências sociais, mas atua como prática estética, ética e política; identificar a centralidade do território como espaço histórico, simbólico e afetivo, atravessado por conflitos fundiários, memórias ancestrais e práticas cotidianas de resistência, com ênfase na comunidade Quilombo Onça, em Santa Inês-MA; investigar os processos de desterritorialização e reterritorialização presentes na obra, compreendendo que a violência no campo ultrapassa a perda material da terra e incide sobre vínculos afetivos, modos de vida e a produção de subjetividades; e discutir a precarização do trabalho rural como efeito da colonialidade do poder e da lógica colonial-capitalista ainda vigente. A pesquisa dedica atenção especial à exploração do corpo feminino no trabalho rural, articulando gênero, raça e classe, e ressaltando como o patriarcado estrutura hierarquias persistentes no campo, naturalizando a sobrecarga, a violência e o silenciamento das mulheres. Analisa-se, ainda, a presença do

trabalho infantil na obra, compreendido como pilar invisibilizado da ordem agrária e expressão da desigualdade estrutural que atravessa a vida das populações negras rurais.

Do ponto de vista metodológico, a presente pesquisa inscreve-se no campo qualitativo, de orientação interpretativa, exploratória e descritiva, partindo da compreensão de que a literatura constitui uma prática social e simbólica profundamente imbricada nas condições históricas, políticas e culturais de sua produção. Essa abordagem mostra-se especialmente adequada à análise de obras que emergem de contextos marcados por disputas territoriais, experiências de resistência e processos de produção de memória coletiva, como ocorre em *A Claridade da Gente*, de Paulo Rodrigues.

Do ponto de vista epistemológico, o estudo ancora-se em uma perspectiva crítica e decolonial, que problematiza modelos universalizantes de interpretação literária e valoriza saberes situados, experiências subalternizadas e epistemologias outras. Nesse sentido, a pesquisa recusa a ideia de neutralidade metodológica e assume seu caráter situado, reconhecendo tanto a implicação do pesquisador no processo investigativo quanto a dimensão ética que atravessa as escolhas teóricas e analíticas.

A partir dessa orientação, o percurso metodológico articula, de maneira complementar e dialógica, diferentes procedimentos de investigação. Inicialmente, realiza-se uma pesquisa bibliográfica destinada à construção do referencial teórico-crítico que sustenta a análise da obra, mobilizando aportes da teoria literária, da crítica cultural, dos estudos decoloniais e dos estudos sobre memória, território e identidade, além de contribuições da sociologia da cultura e da antropologia literária. Esse levantamento fundamenta a definição das categorias analíticas que orientam a leitura dos poemas — como território, ancestralidade, trabalho, memória, resistência e oralidade — e possibilita uma abordagem atenta às relações de poder que atravessam a produção e a circulação do texto literário.

Em diálogo com esse referencial, desenvolve-se a análise textual da obra *A Claridade da Gente*, que constitui o eixo central da pesquisa. A investigação concentra-se em um conjunto de poemas selecionados a partir de sua relevância temática em relação aos objetivos do estudo, especialmente aqueles que evocam memórias coletivas, denúncias sociais e vínculos com o território da comunidade Quilombo Onça, diretamente referenciado na terceira parte da obra. A análise adota uma leitura crítica e interpretativa, articulando aspectos formais — como linguagem, imagens, ritmo e escolhas lexicais — a aspectos temáticos e discursivos, buscando compreender como a escrita poética elabora experiências individuais e coletivas, produz sentidos de pertencimento territorial e reinscreve memórias historicamente silenciadas. Nessa perspectiva, o texto literário é compreendido como espaço de disputa simbólica e política.

Com o objetivo de aprofundar essa leitura e situá-la em seu contexto concreto de produção, a pesquisa incorpora a realização de trabalho de campo na comunidade Quilombo Onça, território que constitui referência histórica, afetiva e simbólica fundamental para a obra e para a trajetória do autor. A visita de campo possibilitou a observação das dinâmicas sociais, culturais e territoriais da comunidade, contribuindo para uma compreensão mais situada da poética analisada e evitando leituras abstratas ou descontextualizadas. O território quilombola é, assim, reconhecido como espaço legítimo de produção de conhecimento, memória coletiva e resistência política.

De modo complementar, realizou-se uma entrevista com o autor Paulo Rodrigues, por meio de um questionário semiestruturado composto por 36 questões. A entrevista foi concebida como dispositivo de escuta e diálogo, e não como instrumento de validação da obra literária. As questões buscaram explorar o processo criativo do autor, suas motivações estéticas e políticas e suas vivências enquanto sujeito negro. As respostas foram tratadas como fonte complementar à análise literária, ampliando as camadas interpretativas da pesquisa e permitindo uma leitura mais situada da obra, sem recorrer a uma abordagem biográfica determinista.

Dessa forma, a metodologia articula três eixos fundamentais: a análise textual da obra poética, a escuta do autor e a observação direta do território referido na obra, compondo um percurso investigativo coerente com a perspectiva decolonial que orienta o estudo. Ao integrar teoria, texto literário e experiência empírica, a pesquisa busca deslocar hierarquias de saber, valorizar epistemologias outras e ampliar os modos de leitura da literatura contemporânea brasileira, compreendendo a poesia como prática estética, social e política profundamente enraizada em contextos históricos específicos.

Essa abordagem dialoga com uma tradição crítica que compreende a literatura em relação estreita com a realidade social. Conforme aponta Antonio Candido (2006), a crítica literária não se limita à apreciação estética, mas deve considerar os vínculos entre obra e sociedade, reconhecendo o texto literário como forma de conhecimento e expressão histórica. Nesse sentido, a pesquisa fundamenta-se em autores como Candido (2000), Bosi (2002) e Dalcastagnè (2012), para discutir a relação entre literatura e sociedade; Aníbal Quijano (2005) e Walter Dignolo (2022), para a compreensão da colonialidade do poder; Leite (2000), Little (2002), Nascimento (1980), Haesbaert (2004), Fanon (1968) e Maria Geralda (2010), no debate sobre territorialidade e resistência quilombola; além de intelectuais quilombolas e antirracistas como Abdias Nascimento (1980), Lélia Gonzalez (2020) e Antonio Bispo dos Santos (2015), entre outros.

A dissertação organiza-se em quatro seções principais, além desta introdução e das considerações finais. A estrutura foi pensada de modo a conduzir o leitor por um percurso analítico progressivo, que articula contexto literário, território, corpo, trabalho e resistência, permitindo compreender a obra *A Claridade da Gente* em sua complexidade estética, política e social.

A primeira seção dedica-se a situar a escrita de Paulo Rodrigues no contexto da literatura maranhense contemporânea, compreendendo-a como parte de um campo literário plural e tensionado por desigualdades raciais, territoriais e de classe. Discute-se como o acesso à publicação, à circulação e ao reconhecimento literário no Brasil ainda é marcado por exclusões estruturais, que impactam diretamente escritores negros, periféricos e oriundos do interior do país.

Nesse momento, a trajetória do autor é analisada como elemento constitutivo de sua poética, evidenciando como sua experiência social, racial e territorial atravessa a construção estética dos poemas. A partir do diálogo com Antonio Candido e Alfredo Bosi, discute-se a função social da literatura e sua capacidade de mediar conflitos históricos, ao mesmo tempo em que a teoria decolonial permite compreender a escrita de Paulo Rodrigues como prática de enfrentamento às hierarquias coloniais do saber e da representação.

A segunda seção concentra-se na análise da territorialidade quilombola, tomando o Quilombo Onça, localizado em Santa Inês-MA, como eixo central de reflexão. O quilombo é compreendido não apenas como cenário da poesia, mas como matriz simbólica que articula memória, ancestralidade, pertencimento e resistência/reexistência. Discute-se como a narrativa fundacional da comunidade, transmitida pela oralidade, constitui um elemento estruturante da identidade coletiva e da permanência territorial.

Nessa parte, a pesquisa dialoga com estudos sobre território, territorialidade e desterritorialização, evidenciando que a violência no campo ultrapassa a dimensão material da perda da terra, atingindo vínculos afetivos, modos de vida e memórias coletivas. A poesia de Paulo Rodrigues é analisada como dispositivo de memória e denúncia, capaz de tornar visíveis conflitos agrários, deslocamentos forçados e a persistência de uma lógica que transforma o território em mercadoria e naturaliza a expulsão de populações negras rurais.

A terceira seção aprofunda a relação entre terra, corpo e violência, demonstrando como o conflito agrário se inscreve diretamente nos corpos dos sujeitos subalternizados. A terra ferida que atravessa a poesia de Paulo Rodrigues é analisada como espaço ambíguo de pertencimento e de morte, marcado pelo sangue, pela expulsão e pelo apagamento histórico.

Ao articular memória histórica e cotidiano, esta seção evidencia que a violência no campo não é episódica, mas estrutural, atravessando gerações e produzindo um êxodo contínuo. A análise demonstra ainda como a poesia registra gestos de resistência afetiva e simbólica que mantêm viva a relação com o território, mesmo quando a permanência física se torna inviável, afirmando a memória como forma de reexistência.

A quarta seção dedica-se à análise do trabalho feminino e do trabalho infantil na poesia de *A Claridade da Gente*, compreendidos como pilares invisibilizados da ordem agrária colonial-capitalista. As mulheres e as crianças que emergem nos poemas são analisadas como sujeitos centrais para a manutenção da vida coletiva, embora historicamente sobrecarregadas, exploradas e silenciadas.

Esse momento evidencia como a exploração do trabalho se articula à produção de hierarquias de gênero, raça e classe no campo, revelando a persistência de estruturas coloniais que naturalizam a precarização da vida. Ao trazer esses corpos para o centro da cena poética, Paulo Rodrigues rompe com o apagamento histórico e afirma a dignidade de existências frequentemente relegadas à margem do discurso literário e social.

Nas considerações finais, retoma-se o percurso analítico desenvolvido ao longo da dissertação, reafirmando que *A Claridade da Gente* se constitui como uma obra profundamente contra-hegemônica. A poesia de Paulo Rodrigues denuncia a naturalização da violência no campo, confronta a continuidade das estruturas coloniais e reivindica o direito à permanência territorial, à memória e à palavra. Ao reinscrever simbolicamente sujeitos, territórios e experiências historicamente marginalizados, a obra evidencia a potência da literatura como prática ética e política, capaz de tensionar narrativas hegemônicas e de produzir outras formas de existência e de conhecimento.

Desse modo, esta dissertação se constitui como um ato político e decolonial, ao recusar a falsa neutralidade que historicamente orienta grande parte da produção acadêmica e que, ao se pretender objetiva, acaba por reproduzir as mesmas estruturas de poder que silenciavam e ainda silenciam corpos, territórios e experiências. Ancorado em uma trajetória marcada pelo contato direto com o campo e com as violências impostas às populações rurais e quilombolas, este trabalho assume a pesquisa como prática de posicionamento e enfrentamento.

A leitura de *A Claridade da Gente*, de Paulo Rodrigues, opera, assim, como uma estratégia crítica de destabilização dos discursos hegemônicos que atravessa tanto a organização social quanto os modos consagrados de produzir conhecimento. Ao afirmar a poesia engajada como forma legítima de saber e de luta, esta dissertação reivindica a escrita

acadêmica como espaço de ruptura, memória e reexistência, comprometida com outras epistemologias, outros pertencimentos e outras possibilidades de mundo.

Reconhece-se, contudo, que esta pesquisa não pretende esgotar as múltiplas possibilidades de leitura da obra analisada. Ao contrário, assume-se como parte de um campo crítico em construção, atravessado pela posição do pesquisador e aberto a novos diálogos, deslocamentos teóricos e aprofundamentos analíticos. Ao insistir na leitura da poesia como espaço de disputa simbólica e de reexistência, este trabalho reafirma a literatura como prática social fundamental para pensar o presente e reivindicar, pela palavra, o direito coletivo de existir, lembrar e permanecer.

1 A POESIA COMO TERRITÓRIO DE DISPUTA SIMBÓLICA E POLÍTICA: a escrita de Paulo Rodrigues na literatura maranhense contemporânea

Compreender a poesia como território de disputa simbólica e política implica reconhecê-la como um espaço ativo de produção de sentidos, no qual se confrontam diferentes visões de mundo, memórias e projetos de sociedade. Nessa perspectiva, a linguagem poética deixa de ser compreendida apenas como exercício estético para constituir-se como prática discursiva que intervém criticamente na realidade, tensionando narrativas hegemônicas e afirmando experiências historicamente silenciadas. A disputa simbólica manifesta-se, assim, na resignificação de imagens, identidades e pertencimentos, enquanto a dimensão política emerge na medida em que a poesia problematiza relações de poder, denuncia processos de exclusão e reivindica reconhecimento cultural e territorial. Desse modo, a poesia opera como lugar de resistência e reexistência, articulando estética e política ao reconfigurar o imaginário social e disputar os sentidos atribuídos ao território, à identidade e à memória, sobretudo no contexto das realidades subalternizadas.

Paralelamente à produção literária, observa-se o fortalecimento de estudos críticos e de iniciativas acadêmicas voltadas à reflexão sistemática sobre a literatura maranhense contemporânea. Pesquisas desenvolvidas no âmbito universitário têm buscado mapear trajetórias estéticas, analisar temáticas recorrentes e compreender os modos de inserção dessa literatura no sistema literário brasileiro. Nesse contexto, no artigo “Poetisas maranhenses contemporâneas”, Corrêa e Corrêa Pinto (2011, p. 1) situam a produção literária feminina no Maranhão no campo da contemporaneidade como “a safra poética das últimas décadas do século XX próximo passado, a partir dos anos 80”. Os autores ressaltam, ainda, que muitas dessas produções permanecem pouco conhecidas e insuficientemente divulgadas (Corrêa; Corrêa Pinto, 2011) evidenciando assimetrias de circulação e reconhecimento no interior do próprio campo literário.

Ao deslocar a poesia maranhense de uma posição periférica, Santos (2023), ao analisar a obra *Litania da velha*, de Arlete Nogueira da Cruz, argumenta que essa poética ultrapassa os limites do regionalismo ao articular uma linguagem simbólica capaz de dialogar com questões universais da experiência humana. Essa leitura contribui para ampliar a compreensão da literatura maranhense contemporânea como uma produção esteticamente complexa, capaz de estabelecer diálogos consistentes com o cenário literário nacional sem abdicar de suas marcas territoriais e históricas.

Essa articulação entre memória, tempo presente e elaboração estética também é destacada por Oliveira, Quevedo e Abreu (2024), ao refletirem sobre a atuação do Grupo de Estudos em Lírica Brasileira Contemporânea¹ da Universidade Federal do Maranhão, evidenciando o papel da crítica acadêmica na legitimação, problematização e difusão da poesia produzida no estado. Nesse sentido, os autores destacam que [...] a pesquisa acadêmica de obras contemporâneas também lida com o desafio de apreender uma produção em constante devir e, sobre ela, produzir uma memória, ainda que não perene, pelo menos duradoura, dessa produção poética. (Oliveira; Quevedo; Abreu, 2024, p. 26)

Essa perspectiva evidencia a poesia contemporânea como um espaço privilegiado de inscrição histórica e cultural no tempo presente. Ao lidar com uma produção caracterizada pelo “constante devir”, o trabalho acadêmico não se limita à interpretação dos textos, mas atua também na constituição de uma memória literária capaz de resistir aos processos de apagamento e dispersão próprios da contemporaneidade. Nesse sentido, a pesquisa sobre a poesia contemporânea no Maranhão contribui para o reconhecimento simbólico dessas vozes no campo literário, tensionando os limites do cânone e ampliando a historiografia literária para além de seus recortes tradicionais e excludentes.

Nesse cenário, destacam-se autores que vêm consolidando trajetórias significativas no campo literário local e nacional. Entre eles, Paulo Rodrigues, poeta e professor natural de Caxias, figura como um dos principais representantes da poesia maranhense contemporânea. Sua obra inclui títulos como *O abrigo de Orfeu* (2017), *Escombros de ninguém* (2018), *Cinelândia* (2020) e *A Claridade da Gente* (2023), entre outros, pelos quais recebeu importantes reconhecimentos, como o Prêmio Álvares de Azevedo, concedido pela União Brasileira de Escritores, e o Prêmio Internacional Literatura e Fechadura, de São Paulo. Sua produção poética caracteriza-se por uma escrita sensível às injustiças sociais, às desigualdades regionais e às experiências cotidianas de sujeitos historicamente marginalizados, articulando, de modo consistente, elaboração estética e denúncia social.

Ao lado de Paulo Rodrigues, a poesia maranhense contemporânea constitui-se a partir de um conjunto expressivo de autores e autoras cujas produções vêm sendo reunidas, visibilizadas e difundidas por meio de iniciativas institucionais e coletivas. *A Mostra da Poesia Contemporânea do Maranhão*, promovida pela Academia Maranhense de Letras, destaca-se

¹ O Grupo de Pesquisa em Lírica Brasileira Contemporânea, vinculado ao curso de Letras da Universidade Federal do Maranhão (UFMA), desenvolve estudos sobre a poesia brasileira produzida a partir de 2014, analisando poetas contemporâneos, suas poéticas e memórias. O grupo foca em produção de artigos e análises críticas no contexto maranhense, com publicações em revistas especializadas.

nesse contexto ao congregar nomes como Ana Liz, Bioque Mesito, Carlos Denilson Tomé Cunha, César William, Evilásio Júnior, Luiza Cantanhede, Neurivan Sousa, Pedro Lucas, Rafael Oliveira e Silvana Menezes, entre outros, evidenciando a pluralidade estética e temática que caracteriza a cena poética atual no estado.

A obra *Tecido tempo: mostra da poesia contemporânea do Maranhão* (2023) configura-se como um marco relevante no processo de mapeamento, sistematização e legitimação da produção poética maranhense contemporânea. Idealizada a partir de uma convocação pública promovida pela Academia Maranhense de Letras (AML), a coletânea emerge do reconhecimento da vitalidade, da diversidade estética e da qualidade da poesia produzida no Maranhão na atualidade. Como afirmam os organizadores:

Tecido Tempo foi pensada como uma coletânea da poesia maranhense contemporânea, a partir de convocação feita pela Academia Maranhense de Letras – AML. Entendemos que a diversidade e a qualidade da poesia produzida no Maranhão nos dias de hoje, para além do material aqui reunido, é resultado da seleção de poetas, entre 70 autores inscritos” (Academia Maranhense de Letras, 2023, p. 13).

A obra, portanto, não se apresenta como um projeto totalizante, mas como um recorte representativo de um campo poético em expansão e em permanente movimento. No âmbito dos estudos sobre a literatura maranhense contemporânea, torna-se fundamental problematizar as dinâmicas de concentração, legitimação e circulação da produção poética no estado, historicamente marcadas pela centralidade simbólica, editorial e institucional de São Luís.

Essa configuração, recorrente em diferentes tradições literárias regionais, tende a invisibilizar vozes oriundas do interior e a reforçar hierarquias espaciais no interior do próprio campo literário, produzindo assimetrias no acesso à visibilidade, ao reconhecimento crítico e aos mecanismos de consagração. É nesse contexto que *Tecido tempo* se afirma como uma intervenção crítica e poética de grande relevância, ao explicitar movimentos de deslocamento desse eixo hegemônico e ao reconhecer a emergência de poéticas vinculadas a outras territorialidades. Esse gesto é explicitado no texto de apresentação da coletânea:

[...] um dado que nos pareceu positivo entre os selecionados é que mais da metade é de escritores fora da capital maranhense, o que demonstra uma tendência à descentralização e de afirmação da força poética para além de São Luís. De 16 poetas, nove são do interior do Estado, de cidades como Santa Inês, Santa Luzia, Codó, Caxias, Chapadinha e Magalhães de Almeida” (Academia Maranhense de Letras, 2023, p. 14).

Esse movimento evidencia a emergência do reconhecimento de novas territorialidades poéticas e a consolidação de um cenário literário progressivamente mais plural. Nesse contexto,

para os estudos da poesia maranhense contemporânea, a obra em questão oferece um material de grande relevância, pois possibilita observar tanto a diversidade formal e temática das produções quanto os deslocamentos geopolíticos da literatura, ampliando o debate em torno de categorias como centro e margem, capital e interior, tradição e contemporaneidade. Assim, a coletânea contribui de modo decisivo para a compreensão das dinâmicas atuais da poesia no Maranhão, afirmando-se como uma referência incontornável para pesquisadores (as) e leitores (as) interessados (as) na literatura produzida no estado.

Do ponto de vista estilístico e ético, a literatura maranhense contemporânea caracteriza-se, ainda, por uma escrita comprometida com a acessibilidade e com a reflexão social. Neres (2022) observa que se trata de uma produção que “preza pelo uso de uma linguagem acessível a todas as classes de leitores”, conduzindo o leitor a reflexões que abrangem “desde as fraturas sociais até questões relativas ao relacionamento do ser humano consigo mesmo e com a natureza” (Neres, 2022, p. 132). Essa postura reafirma a literatura como um espaço privilegiado de crítica, denúncia e elaboração simbólica das desigualdades sociais.

Desse modo, a historiografia da literatura maranhense contemporânea revela um campo marcado pela resistência cultural, pela centralidade da poesia, pela diversidade de vozes e pela interiorização da produção literária. Cidades como Caxias, Imperatriz, Codó, Bacabal, Santa Inês, Pindaré e Alto Alegre do Pindaré configuram-se como importantes polos de criação poética, contribuindo para a ampliação e a pluralização dos espaços de enunciação literária no estado.

Nesse contexto, a tabela a seguir apresenta um recorte de poetas maranhenses contemporâneos, com base no levantamento organizado por José Neres — pesquisador integrante do Grupo de Estudos em Literatura Maranhense Contemporânea (GELMA) — que reúne autores e autoras com publicações a partir dos anos 2000, bem como nas obras *Tecido tempo* (2023), da Academia Maranhense de Letras e *Potentés vozes* (2025), livro de entrevistas organizado por Paulo Rodrigues e Antônio Ailton. Não se trata de um mapeamento exaustivo ou conclusivo, mas de um panorama inicial, que evidencia a diversidade estética, temática e territorial da poesia maranhense contemporânea, servindo como base para as análises desenvolvidas ao longo deste trabalho. Destaca-se que o recorte apresentado na Tabela 1 compreende o período de 2000 a 2025, tomando como marco inicial a consolidação da produção poética maranhense no século XXI.

Tabela 1- Autores(as) da poesia maranhense contemporânea (2000–2025)

Autor(a)	Origem / Local	Perfil / Atuação	Principais Obras
Adriana Gama de Araújo	São Luís (MA)	Professora e historiadora; poesia ligada à identidade e vivências	<i>Mural de Nuvens para Dias de Chuva</i> (2018); <i>Transito</i> (2019); <i>Metábole</i> (2021); <i>Na Intimidade de Um Ser Estranho</i> (2024)
Albérico Carneiro	Primeira Cruz (MA)	Poeta e romancista	<i>As damas negras em noite de núpcias</i> (1994); <i>Ilha do amor: tratado do amor natural</i> (2013)
Alex Brasil	Codó (MA)	Poeta, publicitário, poesia social e ambiental	<i>Todas as Estações</i> (2003), <i>Último sol Nascente</i> (2012)
Altemar Lima	Alto Alegre do Pindaré (MA)	Poeta e educador maranhense com atuação literária e cultural.	<i>Monumento ao Desejo</i> (2006); <i>Ensaio para a Madrugada</i> (2024)
Ana Luiza Almeida Ferro	São Luís (MA)	Promotora de Justiça; escritora	<i>Quando</i> (2002); <i>O naufrago e a linha do horizonte</i> (2008); <i>Versos e anversos</i> (2012)
Anna Liz Ribeiro	Santa Luzia (MA)	Professora e poetisa; escrita feminina e social	<i>Conversa com alguém que sente</i> (2008), <i>Disperso em Verso</i> (2015), <i>Retalhos de Liz</i> (2018)
Antônio Ailton Silva Santos	São Luís (MA)	Professor e ensaísta; poesia de rigor formal	<i>As habitações do Minotauro</i> (2001); <i>Compulsão Agridoce</i> (2015); <i>Cerzir</i> (2019)
Arlete Nogueira da Cruz	Cantanhede (MA)	Poetisa e professora; memória e crítica social	<i>Litania da Velha</i> (1996); <i>O quintal</i> (2013); <i>Colheita</i> (2017)
Bioque Mesito	São Luís (MA)	Geógrafo e poeta; experimentação verbal	<i>A inconstante órbita dos extremos</i> (2017); <i>A desordem das coisas naturais</i> (2021)
Carlos Denilson (Carlos Vinhort)	Santa Inês (MA)	Poeta, contista, cronista, romancista e compositor	<i>Do eu ao outro...</i> (2016) <i>Santuário de Ausências</i> (2023)
Carvalho Junior	Caxias (MA)	Poeta e professor; linguagem experimental	<i>As mulheres de Carvalho</i> (2011) <i>O homem-Tijubina</i> (2019)
Celso Borges	São Luís (MA)	Jornalista e poeta; economia vocabular	<i>Belle époque</i> (2010)
César Borrhalho	Codó (MA)	Poeta e Professor de filosofia	<i>Participação na Ontologia Tecido tempo</i> (2023)
Daniel Blume	São Luís (MA)	Advogado; poesia entre o jurídico e o cotidiano	<i>Penal</i> (2015); <i>Resposta ao Terno</i> (2018); <i>Delações</i> (2020)
Débora Reis	São Luís (MA)	Poeta; experiência feminina, gênero e subjetividade	<i>Histórica</i> (2023); <i>Puérpera</i> (2024)
Dyl Pires	São Luís (MA)	Ator e poeta; experimentação formal	<i>O círculo das pálpebras</i> (1999); <i>O torcedor</i> (2014)
Evilásio Júnior	Santa Inês (MA)	Poeta; temática social e existencial	<i>Pulsões de vida e morte</i> (2019); <i>Antropologia da Terra</i> (2023); <i>Quando os tambores ancestrais pulsam nas retinas da noite</i> (2025)
Ezequias Silva	Zé Doca (MA)	Poeta e professor, com poesia reflexiva de cunho social e identitário	<i>Pensamentos de um Velho Artesão de Poesias</i> (2017)
Fernando Abreu	São Luís (MA)	Jornalista e poeta; crítica social	<i>O umbigo do mudo</i> (2003)
José Neres	São José de Ribamar (MA)	Professor e pesquisador; poesia lírica e crítica	<i>Poemas de Desamor</i> (2003)
Kissyan Castro	Barra do Corda (MA)	Professor e poeta; imagens simbólicas	<i>Bodas de pedra</i> (2013); <i>Rio conjugal</i> (2016)
Laura Amélia Damous	Turiçu (MA)	Professora e membro da AML; poesia minimalista	<i>Cimitarra</i> (2001); <i>Arabesco</i> (2010);

Lila Maia	São Luís (MA)	poeta e professora; temas como memória, afetividade, tempo e experiência subjetiva	<i>Céu despido</i> (2004), <i>Caixa de guardar amor</i> (2013), <i>O coração range sob as estrelas</i> (2015)
Lindevânia Martins	Pinheiro (MA)	Poeta, prosadora, defensora pública e pesquisadora; atuação em gênero, direito e literatura	<i>Fora dos Trilhos</i> (2019)-poesia, <i>A Moça da Limpeza</i> (2021) –prosa, <i>Teresa Decide Falar</i> (2022)-prosa
Lourival Serejo	Viana (MA)	Escritor e magistrado; memória e territorialidade	<i>Pescador de Memórias</i> (2016)
Luís Augusto Cassas	São Luís (MA)	Poeta de projeção nacional; misticismo e crítica social	<i>O filho pródigo</i> (2008); <i>A poesia sou eu</i> (2012)
Luís Henrique	Santa Inês (MA)	Poeta, professor; a experiência cotidiana, as relações afetivas	Poétalas e Fecundo (2000), Poemas Depois(2002), Eróticos (2002) Órfãos de Mim (Poesias, 2003). Mulheres, Mulheres (Poesias, 2007)
Luíza Cantanhede	Santa Inês (MA)	Poetisa; intimismo e denúncia social,	<i>Palafitas</i> (2016); <i>Amanhã serei uma flor insana</i> (2018), <i>Alfinetes</i> (2025)
Maura Luza	Monção (MA),	Escritora, poetisa e professora. Poesia afro-identitária.	<i>Nuances de Uma Essência</i> (2021); <i>Revisitando Memórias</i> (2022); <i>Poeticidade Latente</i> (2023); <i>Era uma vez ... uma mamãe rolinha</i> (2024)
Mhário Lincoln	São Luís (MA)	Poeta e ativista cultural	<i>A bula dos sete pecados</i> (2021);
Marcelo chavinski	São Luís (MA)	Poeta, escritor e compositor	<i>O temporal</i> (2005), <i>Dom Juan</i> (2013)
Natan Campos	São Luís (MA)	Poeta com temática existencial	<i>A Ilha Naufragada</i> (2018); <i>O Bicho Palavreiro</i> (2018)
Neurivan Sousa	Magalhães de almeida (MA)	Poeta e professor	<i>Lume</i> (2015), <i>palavras sonâmbulas</i> (2016), <i>minha estampa é da cor do tempo</i> (2018)
Paulo Rodrigues	Caxias (MA)	Professor e crítico literário; poesia engajada	<i>Cinelândia</i> (2020) <i>A Claridade da Gente</i> (2023) <i>Cordilheira</i> (2025)
Rilnete Melo	Monção (MA)	Poetiza e professora. Poesia de perspectivas femininas e experiências sensoriais	<i>Construindo Versos</i> (2022) <i>O máximo de mim e outros mínimos poemas</i> (2023)
Salgado Maranhão	Caxias (MA)	Poeta. Poesia com temática de identidade, memória, condição humana, crítica ao mundo moderno	<i>Sol sanguíneo</i> (2002); <i>Solo de Gaveta</i> (2005); <i>A casca mítica</i> (2019); <i>Pedra de encantaria</i> (2021); <i>A voz que vem dos poros</i> (2023);
Silvana Meneses	Caxias (MA)	Poeta e professora; introspecção e dimensão existencial	<i>Embarcação</i> (1988); <i>Reação</i> (2014); <i>Haicais – Bashô me basta</i> (2023)
Sônia Almeida	São Luís (MA)	Professora e pesquisadora; experimentação linguística	<i>Palavra cadente</i> (2001) <i>Há fogo no jogo</i> (2003);
Weliton Carvalho	Bacabal (MA)	Poeta e magistrado; simbologia social	<i>Travessia sem fim</i> (1999) <i>Geometria do Lúdico</i> (2005);
William Amorim	São Luís (MA)	Poeta, escritor, contista e ensaísta; experiências cotidianas	<i>O amor em uma aprendizagem ou o livro dos prazeres</i> (2018); <i>Manancial</i> (2021); <i>Balaio de felicidades</i> (2023); <i>Antologia Poética: Um abraço em Galeano</i> (2024)

Fonte: autoria própria.

Diante desse panorama, a tabela apresentada assume um papel metodológico e crítico fundamental ao sistematizar um recorte representativo da poesia maranhense contemporânea, tornando visível a pluralidade de autores, trajetórias, territórios e projetos estéticos que conformam esse campo literário. Ao reunir poetas oriundos tanto da capital quanto do interior do estado, com distintas formações profissionais e modos de inserção no campo cultural, o levantamento evidencia a progressiva descentralização da produção poética e a emergência de múltiplas territorialidades literárias, que deslocam o eixo de legitimação da poesia para além dos centros tradicionais de consagração. Mais do que um simples inventário de nomes e obras, a tabela explicita a coexistência de poéticas que transitam entre a experimentação formal, a denúncia social, o intimismo, a reflexão existencial e o diálogo com saberes diversos, configurando um campo dinâmico, heterogêneo e em permanente processo de construção.

Cumprе ressaltar que esse mapeamento constitui, antes de tudo, um gesto crítico de leitura e de organização do presente literário maranhense, assumidamente consciente de suas lacunas e de seu caráter provisório. Como aponta a crítica contemporânea, tratar da literatura em curso implica lidar com produções em constante devir, cujos sentidos, alcances e permanências ainda se encontram em disputa no interior do campo literário. É nesse espaço de tensões simbólicas, negociações estéticas e disputas por visibilidade que se insere a obra de Paulo Rodrigues, cuja trajetória autoral se destaca por articular experiência social, territorialidade e elaboração poética de modo singular no cenário contemporâneo.

A trajetória de Paulo Rodrigues, poeta maranhense natural de Caxias, é profundamente atravessada pela experiência do território, compreendido não apenas como espaço geográfico, mas como lugar de memória, pertencimento e conflito. Com raízes fincadas em comunidades interioranas, o autor constrói uma escrita que transforma o território vivido em matéria poética, fazendo da palavra um espaço de abrigo e enfrentamento, de preservação e denúncia. Sua poesia emerge, assim, como prática de reexistência, na qual o sujeito poético reivindica o direito de narrar a si mesmo e ao seu lugar no mundo a partir de uma perspectiva situada.

Ainda criança, Paulo Rodrigues migra com a família para Santa Inês, cidade que se torna um novo território de formação afetiva, social e intelectual. A perda precoce do pai e as dificuldades econômicas impuseram-lhe o ingresso no mundo do trabalho desde cedo, experiência que contribuiu decisivamente para a construção de um olhar sensível às desigualdades e às formas de precarização da vida. Como afirma o próprio autor, “foi uma infância de muita carência de recursos, no entanto muito rica de experiências humanas”

(Rodrigues, 2025)², vivências que se convertem em substrato simbólico de sua poesia, na qual o território aparece como espaço marcado pela dor, mas também pela solidariedade e pela resistência cotidiana.

Desde jovem, Paulo Rodrigues encontrou na literatura e, de modo particular, na poesia, não apenas um refúgio subjetivo, mas um instrumento de elaboração crítica da realidade. O contato mais intenso com o universo literário ocorre no espaço escolar, especialmente por meio do professor Pedro Filho, responsável por introduzi-lo à leitura poética. Ao rememorar esse momento formativo, o autor afirma: “A poesia me salvou. Não é apenas uma metáfora”, relatando como os versos de Rimbaud reverberaram em sua interioridade por dias, produzindo um sentimento ambíguo de estranhamento e pertencimento (Rodrigues, 2025). Essa experiência inicial revela a potência da poesia como espaço simbólico de deslocamento e reconhecimento, dimensão que atravessará toda a sua obra.

O percurso formativo de Paulo Rodrigues é amplo e multifacetado, evidenciando um autor atento às múltiplas camadas da linguagem e do discurso. Graduado em Letras, com pós-graduações em Língua Portuguesa e Literatura Brasileira, o poeta cursou Filosofia e, atualmente, estuda Direito. Essa formação plural reflete-se em sua escrita, que articula lirismo, reflexão crítica e consciência política, sustentando um projeto literário comprometido com a denúncia das desigualdades e com a elaboração estética das experiências territoriais e sociais que o constituem.

A recepção crítica da obra de Paulo Rodrigues tem destacado, de modo recorrente, sua capacidade de converter a experiência do território em construção poética, reconhecendo em sua escrita uma voz que questiona discursos hegemônicos e amplia os horizontes da poesia maranhense contemporânea. Inserido em um campo literário marcado pela pluralidade e pela disputa simbólica, o autor vem sendo lido como um poeta que articula memória, identidade e território a partir de uma perspectiva situada, antecipando debates que se aprofundam tanto em sua produção literária quanto em sua atuação pública como intelectual comprometido com a realidade social.

² Entrevista concedida por Paulo Rodrigues do Santo Filho, autor da obra *A claridade da gente*, a Regivaldo da Silva Carvalho, em 06 de julho de 2025. A entrevista ocorreu por meio de um questionário escrito previamente elaborado. A proposta dessa interlocução foi colher informações diretas a respeito de suas experiências pessoais, influências literárias, processo criativo e percepções sobre o papel da poesia como instrumento de resistência e identidade. A entrevista, além de enriquecer a análise crítica de sua produção, permitiu acessar dimensões subjetivas e contextuais que não se revelam apenas pela leitura das obras, mas que são essenciais para compreender a complexidade e a potência de sua escrita no cenário literário maranhense e nacional. A entrevista encontra-se completa em apêndice.

Nesse sentido, sua trajetória no jornalismo, iniciada em 2005, constitui uma extensão concreta de seu projeto estético e político, revelando um compromisso contínuo com a palavra como instrumento de reflexão crítica e de intervenção social. Desde as primeiras crônicas publicadas no periódico *AGORA! Santa Inês* até suas colaborações mais recentes em veículos como *O Imparcial*, *Revista Brasil Drummond* e *Sacada Literária*, a escrita jornalística de Paulo Rodrigues dialoga diretamente com sua produção poética, fortalecendo seu engajamento com questões sociais, culturais e políticas do país. Como o próprio autor afirma, “a minha escrita jornalística ajuda na compreensão do mundo material concreto. Com os olhos abertos, eu busco produzir uma literatura que não seja alienada” (Rodrigues, 2025). Dessa forma, o exercício do jornalismo não apenas complementa, mas tensiona e impulsiona sua poética de resistência, ao ancorá-la nas contradições do cotidiano e nas dinâmicas concretas do território vivido.

O jornal *AGORA! Santa Inês*, espaço no qual Paulo Rodrigues iniciou sua atuação como jornalista, insere-se nesse percurso como um território estratégico de circulação discursiva. Trata-se de um dos veículos impressos e digitais mais tradicionais do interior do Maranhão, com circulação semanal e sede na cidade de Santa Inês, fundado há mais de duas décadas. O periódico atua como importante espaço de registro da vida política, social e cultural da região, abordando desde denúncias locais até coberturas literárias e entrevistas com autores maranhenses. Além de manter presença ativa nas redes sociais, o jornal destaca-se por sua postura crítica frente à administração pública e por valorizar agentes culturais locais, como exemplifica a entrevista com o poeta Fernando Abreu, publicada na edição nº 1867, de 14 de julho de 2025 (*AGORA! Santa Inês*, 2025). É nesse contexto que se pode observar, de modo mais concreto, a habilidade de Paulo Rodrigues como jornalista, cuja escrita evidencia a convergência entre prática informativa, sensibilidade literária e compromisso social.

Figura 1-Entrevista realizada por Paulo Rodrigues



Fonte: *AGORA! Santa Inês*, 2025.

Com uma editoria diversificada, que abrange cadernos como Política, Opinião, Cultura e Literatura, o *AGORA! Santa Inês* reafirma o papel da imprensa regional como instrumento de memória, crítica e resistência. Em um contexto marcado pelo avanço tecnológico e pela aceleração dos fluxos informacionais, manter um jornal local configura-se como um desafio, mas também como um gesto político de afirmação do território e de valorização das narrativas que emergem fora dos grandes centros. É nesse espaço que Paulo Rodrigues exercita uma escrita comprometida com o cotidiano e com as contradições sociais, dimensão que atravessa tanto sua prática jornalística quanto sua produção literária.

Essa experiência situada na imprensa regional dialoga diretamente com a consciência que o autor tem de sua posição à margem do eixo cultural dominante no Brasil, historicamente concentrado no Sudeste. Ao refletir sobre os impactos desse deslocamento na construção de sua identidade como escritor, Paulo Rodrigues explicita as limitações geográficas e simbólicas impostas à produção literária periférica, ao mesmo tempo em que reivindica a potência criativa dessas margens. Como afirma o autor:

Quem não está em São Paulo ou no Rio de Janeiro está fora do centro. É lá que as coisas acontecem também na literatura. Nós temos que enfrentar uma limitação geográfica enorme. A literatura produzida fora do 'eixo' pode abordar temas e perspectivas regionais, explorando as culturas e experiências locais, mas também pode tratar de temas universais de formas inovadoras e originais. É isso que estamos fazendo para participar da literatura contemporânea brasileira. (Rodrigues, 2025)

Ao reconhecer tais condicionamentos, o autor não os assume como obstáculo intransponível, mas os transforma em princípio estético e político de sua escrita. A partir das margens, Paulo Rodrigues compreende que é possível produzir uma literatura de resistência, capaz de dialogar com questões universais a partir de prismas alternativos, deslocando o centro e ampliando os horizontes da literatura brasileira contemporânea.

Esse compromisso com uma literatura situada e crítica não se dissocia de uma responsabilidade ética em relação à palavra. Influenciado por Graciliano Ramos, Paulo Rodrigues defende que “a palavra foi feita para dizer”, recusando uma escrita meramente ornamental ou alienada. Para o autor, a literatura deve comunicar, provocar espanto estético e instaurar reflexão crítica, articulando forma e conteúdo, beleza e posicionamento político (Rodrigues, 2025). Sua obra estrutura-se, assim, como um gesto que combina rigor formal e engajamento, recusando o apagamento das subjetividades subalternizadas.

Essa postura ética desdobra-se também na compreensão da linguagem como espaço de disputa simbólica e política. Paulo Rodrigues reconhece a importância de tensionar os padrões da norma culta com as expressões linguísticas do povo, sobretudo aquelas oriundas das experiências negras e periféricas. Ao afirmar que “o escritor deve disputar o espaço também na questão da linguagem”, e ao evocar Manuel Bandeira para legitimar a “língua certa do povo”, o autor insere sua escrita em um movimento que recodifica o cânone literário a partir de vozes historicamente silenciadas (Rodrigues, 2025). A linguagem, nesse sentido, torna-se território de enfrentamento e de afirmação identitária.

A militância literária de Paulo Rodrigues articula-se, de forma indissociável, à sua militância política. Filiado ao Partido dos Trabalhadores (PT) e atuante nas lutas do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), o autor acredita na força coletiva como agente de transformação social. Sua visão de mundo, influenciada pelo marxismo e por pensadores como Georg Lukács, Darcy Ribeiro e Florestan Fernandes, atravessa sua produção literária, que se mantém atenta às contradições do modo de produção capitalista e às desigualdades estruturais da sociedade brasileira (Rodrigues, 2025).

Para além da escrita individual, Paulo Rodrigues atua como agitador cultural, participando ativamente de eventos, coletivos e projetos de incentivo à leitura. Essa dimensão coletiva também se manifesta nas interlocuções que estabelece com outros escritores. O diálogo com autores como Salgado Maranhão e Nathan Sousa, bem como com poetas contemporâneos do Maranhão — Luiza Cantanhêde, Antonio Aílton, Lila Maia, Fernando Abreu, Bioque Mesito, Neurivan Sousa, Laura Amélia Damous e Samuel Marinho — evidencia uma concepção de literatura como prática relacional, fundada na escuta e na troca. Como afirma o próprio autor:

Eu tenho relação com muitos poetas e escritores do Brasil. Converso muito com Salgado Maranhão, que é o maior poeta brasileiro na atualidade. Tenho ampliado o diálogo com o Nathan Sousa, que é o escritor mais premiado do Piauí. E gosto muito dos autores contemporâneos do Maranhão... (Rodrigues, 2025).

No cenário maranhense, essas interlocuções contribuem para a constituição de um campo literário vigoroso, descentralizado e insurgente. A fundação do coletivo literário *Vozes do Vale*, ao lado de nomes como Evilásio Júnior, Carlos Vinhorth, Anna Liz e Luís Henrique, reforça o compromisso do autor com a coletividade como força criativa e política. Ao afirmar que “T. S. Eliot tem razão. Sozinho até o café fica amargo”, e ao retomar a ideia de João Cabral de Melo Neto de que “um galo sozinho não tece uma manhã”, Paulo Rodrigues sintetiza uma concepção de literatura fundada na partilha, na comunhão e na resistência (Rodrigues, 2025).

Escrever, para o autor, é um gesto coletivo, capaz de tecer redes de sentido e de enfrentamento no interior das disputas simbólicas do presente.

Eu, Luiza Cantanhêde, Evilásio Júnior, Carlos Vinhorth, Anna Liz e Luís Henrique fundamos o coletivo *Vozes do Vale*. Nossa intenção é ampliar a formação do leitor proficiente usando o texto literário contemporâneo. Levamos o livro, o autor, atividades literárias para escolas públicas e universidades do Vale do Pindaré. No dia 30 de maio, por exemplo, nós estivemos na UEMA – Campus Santa Inês. e trabalhamos uma mesa de debate com o tema: A IMPORTÂNCIA DA LITERATURA CONTEMPORÂNEA NA UNIVERSIDADE. Em 2024, publicamos uma antologia cujo título é: O QUE NÃO CALOU DENTRO DE NÓS. E lançaremos outra antologia em 2025, porque entraram mais cinco autores para compor o referido coletivo: Maura Luza, Altamar Lima, Ezequias Silva, Rilnete Melo e Marcelo Henrique. (Rodrigues, 2025).

Ao fomentar espaços de formação leitora e de circulação da produção literária contemporânea nas periferias do Maranhão, Paulo Rodrigues não apenas amplia o acesso à literatura, mas atua diretamente na constituição de um campo literário insurgente, atento às vozes historicamente marginalizadas. Seu engajamento no coletivo *Vozes do Vale*, por meio de ações em escolas públicas, universidades e publicações colaborativas, reafirma uma prática estética que se articula de modo indissociável à realidade social e territorial do Vale do Pindaré. Essa atuação, enraizada nas experiências cotidianas da população negra, periférica e quilombola da região, rompe com a lógica centralizadora dos grandes centros culturais e reivindica para o Maranhão um lugar de protagonismo na cena literária contemporânea brasileira, deslocando os eixos tradicionais de legitimação da produção poética.

Essa inserção territorial e coletiva não se limita a uma dimensão pedagógica ou cultural, mas desdobra-se em um projeto literário explicitamente contra-hegemônico. A literatura produzida por Paulo Rodrigues inscreve-se, de forma consciente, no enfrentamento às estruturas de poder e às normas culturais dominantes, recusando qualquer pretensão de neutralidade estética ou política. Para o autor, a escrita não pode ser complacente diante das violências históricas que atravessam a formação social brasileira. Ao afirmar que “a literatura é também uma arma” e que sua intenção é “criticar as estruturas de poder e as normas culturais dominantes” (Rodrigues, 2024), o poeta explicita uma concepção de literatura comprometida com a ampliação das possibilidades de representação e de escuta, capaz de instaurar perspectivas alternativas que tensionem o imaginário colonial ainda vigente.

Nessa perspectiva, sua obra se dedica ao resgate de corpos, memórias e territórios sistematicamente apagados pelas narrativas oficiais. Escrever, em um país ainda estruturado sobre bases profundas de exclusão social e racial, constitui, portanto, um gesto político. A literatura contra-hegemônica proposta por Paulo Rodrigues não rejeita a dimensão formal da

linguagem poética; ao contrário, exige da estética um diálogo permanente com a realidade concreta. Essa concepção se sintetiza na afirmação de que “a posição da poesia é oposição” (Rodrigues, 2025), evocando o verso de Celso Borges como princípio ético e estético que orienta sua produção, na qual forma e conteúdo se articulam como estratégias de resistência.

A experiência de Paulo Rodrigues como escritor negro oriundo do interior maranhense evidencia, de modo particular, os silenciamentos e processos de marginalização enfrentados por sujeitos que escrevem a partir das margens do sistema literário. Inserida em uma sociedade marcada pelo racismo estrutural, sua trajetória literária revela como a palavra pode operar como instrumento de ruptura dessas barreiras históricas. Ao refletir sobre os silenciamentos vivenciados ao longo de seu percurso, o autor afirma: “Um homem negro numa sociedade fundada na escravidão, que sustenta um racismo estrutural, sempre enfrenta silenciamentos. Por outro lado, a literatura de qualidade é muito forte. Ela ultrapassa as barreiras todas” (Rodrigues, 2025). Esse posicionamento reforça a compreensão da literatura como espaço de enfrentamento simbólico e de afirmação subjetiva.

Esse projeto estético-político materializa-se também no percurso editorial do autor, que compreende tanto a publicação de obras individuais quanto a participação em coletâneas, evidenciando sua inserção em múltiplos circuitos de circulação literária. A presença de Paulo Rodrigues em antologias de alcance nacional e internacional atesta o reconhecimento crítico de sua produção e também a ressonância de uma escrita comprometida com as pautas socioculturais que atravessam sua obra. Nesse sentido, a sistematização de suas publicações, apresentada na Tabela 2, permite visualizar a amplitude de sua atuação literária e a consolidação de um projeto autoral que articula território, resistência e elaboração estética no cenário contemporâneo.

Tabela 2- Produção literária de Paulo Rodrigues

Ano	Obra	Gênero	Observações
2013	<i>Dissonâncias Poéticas...</i>	Poesia	Primeira obra publicada pela Editora 360°
2014	<i>Crônicas da Cidade...</i>	Crônicas	Pela mesma editora
2015	<i>Apenas Um Sujeito Lírico</i>	Poesia	Continuidade da produção inicial
2017	<i>O Abrigo de Orfeu</i>	Poesia	Nova editora (Penalux)
2018	<i>Escombros de Ninguém</i>	Poesia	Reflexões líricas e existenciais
2019	<i>Uma Interpretação para São Gregório</i>	Poesia	2º lugar no prêmio Álvares de Azevedo
2021	<i>Cinelândia</i>	Poesia	1º lugar no prêmio Literatura e Fechadura (SP)
2023	<i>A Claridade da Gente</i>	Poesia	Parte da trilogia do humano; seções refletem memória e quilombos
2023	<i>Tecido tempo</i>	Antologia	Mostra da poesia maranhense contemporânea
2023	<i>Brasil Moçambique</i>	Antologia	Diálogos entre Brasil e África

2023	<i>O que não calou de nós</i>	Antologias	Participação no coletivo literário Vozes do Vale
2024	<i>Cordilheira</i>	Poesia	Final da trilogia, lançada pela Patuá
2025	<i>O Desencanto das Águas</i>	Romance	Primeiro romance do autor

Fonte: autoria própria, 2025³.

Ressalte-se que, para além das premiações conquistadas ao longo de sua trajetória literária, Paulo Rodrigues tem alcançado expressivo reconhecimento institucional por sua contribuição à cultura e à literatura maranhense, o que evidencia o processo de legitimação de sua obra no interior do campo literário. Sua eleição como sócio correspondente da Academia Maranhense de Letras, uma das mais tradicionais instituições culturais do estado, bem como sua admissão como membro da Academia Caxiense de Letras, consolidam sua inserção intelectual tanto no cenário estadual quanto no âmbito local, indicando o reconhecimento crítico de um projeto literário que articula rigor estético, engajamento social e reflexão sobre o território.

É sob essa perspectiva de reconhecimento e legitimação simbólica que se organiza a Tabela 3, a qual apresenta, de forma cronológica, as principais premiações recebidas por Paulo Rodrigues ao longo de sua trajetória. Mais do que um simples registro honorífico, a sistematização dessas distinções permite evidenciar a projeção, a circulação e o prestígio de sua obra no contexto da literatura contemporânea, bem como os modos pelos quais sua produção vem sendo progressivamente incorporada às instâncias de consagração e validação do campo literário.

Tabela 3 - Premiações de Paulo Rodrigues por livros e contribuições

Ano	Prêmio / Concurso	Obra	Detalhes / Reconhecimento	Fonte
2019	Prêmio Álvares de Azevedo – UBE-RJ	<i>Uma Interpretação para São Gregório</i>	Primeira premiação de Paulo por livro inédito; indica sua emergência na cena literária nacional	https://sacadaliteraria.com.br/...
Out 2020	Semifinalista – Prêmio Internacional Literatura & Fechadura (SP)	<i>Cinelândia</i>	Único maranhense semifinalista no concurso; destaque internacional	https://www.abimaelcosta.com.br/...
Dez 2020	Vencedor – Prêmio Literatura & Fechadura (SP)	<i>Cinelândia</i>	Venceu a edição 2020, premiando a obra inédita e garantindo contrato de publicação	https://www.abimaelcosta.com.br/...

³ Atualmente, Paulo Rodrigues finaliza um livro infantil e prepara o lançamento de seu primeiro romance, *O Desencanto das Águas*, já em contrato com a editora Litteralux, de São Paulo. Também nutre o desejo de escrever uma obra sobre o Brasil profundo, mas reconhece que ainda precisa amadurecer para lidar com a densidade do tema. Seu compromisso permanece: criar obras que articulem memória, política, estética e ancestralidade (Rodrigues, 2025).

26 Maio 2024	Prêmio Marcus Vinícius Quiroga – UBE-RJ	<i>Moinhos</i>	Primeiro lugar em Concurso Internacional de Literatura UBE-RJ; cerimônia na ABL	https://www.academia.org.br/...
Fev 2025	Conquista repetida – Prêmio Marcus Vinícius Quiroga – UBE-RJ	<i>Moinhos</i>	Segundo destaque no concurso, reforçando a relevância do livro inédito	https://www.facetubes.com.br/...

Fonte: autoria própria, 2025.

No que se refere à recepção crítica de sua obra, Paulo Rodrigues demonstra atenção e sensibilidade às leituras que evidenciam a dimensão estética e política de sua escrita. Entre essas leituras, o autor destaca, com particular relevo, a interpretação do poeta Isaac Souza, por exemplo, para quem o livro *A Claridade da Gente* realiza “um mergulho nas trevas da história [...] para o banquete da história”; ainda que esse banquete não esteja plenamente servido, a poesia oferece, segundo Souza, ao menos “um amargo café” (Rodrigues, 2025). Ao enfatizar essa leitura, Rodrigues reconhece nela a compreensão de uma poética construída a partir do enfrentamento das contradições históricas e sociais, nas quais a linguagem assume função crítica e provocadora.

Esse reconhecimento crítico dialoga diretamente com o próprio posicionamento estético do autor, que afirma não direcionar sua escrita a um público genérico, mas a leitores dispostos a enfrentar a complexidade da linguagem poética e as questões sociais que a atravessam. Ao declarar que “não trabalho no campo semântico do óbvio”, Rodrigues explicita sua recusa a soluções simplificadoras e à domesticação dos discursos, reafirmando o compromisso com um projeto estético que confronta a vida material concreta e suas formas de representação simbólica.

A presença de sua obra no campo da crítica manifesta-se, de modo mais recorrente, em espaços culturais alternativos, como blogs, portais literários e mídias digitais — a exemplo do *Facetubes*, *Sacada Literária* e *Região Tocantina*. Nesse conjunto de ensaios e resenhas, sobressaem leituras que destacam o engajamento político de sua linguagem poética e a valorização das culturas tradicionais do interior do Maranhão. Entre essas contribuições, merece destaque o ensaio “Claridade da Gente: o *ethos* revolucionário na poesia de Paulo Rodrigues”, de Evilásio Júnior, que oferece uma leitura interpretativa de sua obra mais recente, enfatizando a força estética e crítica de sua escrita.

Soma-se a esse reconhecimento crítico sua atuação em coletivos literários, como o *Voices do Vale*, e em grupos de pesquisa, a exemplo do Grupo de Estudos em Literatura Maranhense Contemporânea (GELMA). Essa inserção reforça seu papel não apenas como

poeta, mas também como articulador cultural e pensador de uma literatura de resistência no contexto regional, ampliando os espaços de circulação e debate de sua obra.

Nesse sentido, a Tabela 4 reúne textos publicados entre 2018 e 2024 que analisam, resenham ou reconhecem a trajetória de Paulo Rodrigues como poeta, educador e militante da palavra. A crítica especializada, como a de Evilásio Júnior, enfatiza o “*ethos* revolucionário” de sua poesia, enquanto leituras de Luiza Cantanhêde e Gyzelle Góes ressaltam o uso de metáforas visuais e cinematográficas como recursos de denúncia e reinvenção poética. Publicações em veículos como *Sacada Literária*, *Revista ALL-EM*, *GerminaLiteratura* e *Ruído Manifesto* evidenciam, ainda, o reconhecimento nacional que sua obra vem conquistando, conectando o autor a uma cena literária periférica e insurgente que se afirma pela força da palavra. Desse modo, a Tabela 4 configura-se como um mapeamento das vozes críticas que vêm consolidando Paulo Rodrigues como um dos nomes de destaque da poesia maranhense contemporânea.

Tabela 4 - **Fortuna crítica sobre a obra literária de Paulo Rodrigues**

Data	Autor	Tipo de texto	conteúdo	Link de acesso/ local
03/03/2024	Evilásio Júnior (site Região Tocantina)	Resenha crítica	Analisa o livro <i>A Claridade da Gente</i> (2023), ressaltando seu “ <i>ethos</i> revolucionário” e a seção “Quilombola Onça”, destacando a força simbólica e social da obra	https://regiaotocantina.com.br/2024/03/03/...
2024	Luiza Cantanhêde (Sacada Literária)	Crítica temática	Em <i>O olhar semiótico de Paulo Rodrigues</i> , destaca <i>Cinelândia</i> (vencedor do Prêmio “Literatura & Fechadura”) e sua visão política-urbana, usando metáforas cinematográficas	https://sacadaliteraria.com.br/..o-olhar-semiotico-de-paulo-rodrigues...
2024	Evilásio Júnior (Sacada Literária)	Crítica literária	Sobre <i>A Claridade da Gente</i> , reforça a consciência poética de Rodrigues, que funde o mundo simbólico e a realidade dos oprimidos	https://sacadaliteraria.com.br/..claridade-da-gente-o-ethos-revolucionario...
2024–2025	Antonio Ailton, Salgado Maranhão e outros (Sacada Literária entrevistados por Paulo Rodrigues)	Entrevistas	Embora conduzidas por Paulo, trazem visões de vozes influentes sobre o valor social e estético da poesia maranhense, conectando Rodrigues a esse movimento	https://sacadaliteraria.com.br/..holofotes/...
2018 (dez)	Ruído Manifesto	Publicação de poemas e bio	Primeira publicação crítica nacional com apresentação e seis poemas.	https://ruidomanifesto.org/paulorodrigues/

17/12/2020	Blog Abimael Costa	Notícia sobre prêmio	Vitória no Prêmio Internacional Literatura & Fechadura com Cinelândia.	https://www.abimaelcosta.com.br/2020/12/poeta-paulo-rodrigues-vence-edicao-2020.html?m=1
18/12/2020	Governo do Maranhão (Seduc)	Notícia institucional	Reconhecimento do autor como professor e escritor premiado.	https://www.educacao.ma.gov.br/professor-da-rede-estadual-e-vencedor-do-premio-internacional-literatura-e-fechadura-2020/
2021 (dez)	GerminaLiteratura	Entrevista / Análise	Conversa com o autor e análise de sua linguagem poética e cinematográfica.	https://www.germinalliteratura.com.br/2021/naberlinda_paulo_rodrigues_dez21.htm
13/01/2022	Gyzelle Góes / Facetubes	Resenha de Cinelândia	Interpretação crítica da obra como experiência poética, política e visual.	https://www.facetubes.com.br/noticia/2422/cinelandia-de-paulo-rodrigues-m-o-que-nos-move-e-a-poesia
2022 (jul–set)	Revista ALL-EM / Issuu	Perfil biográfico-literário	Ensaio sobre trajetória literária e inserção do autor como educador e poeta.	https://issuu.com/leovaz/docs/all_em_revista_9.3_julho-setembro_2022b/s/16996197
22/10/2023	Sandro Fortes / Sacada Literária	Crítica comparativa	Leitura conjunta da obra de Paulo com Sandro Fortes, destacando poética e engajamento.	https://sacadaliteraria.com.br/paisagem-critica/a-claridade-da-poesia-as-luzes-de-sandro-fortes-e-paulo-rodrigues/
04/11/2023	Isaac Souza / Leia Isaac	Resenha crítica literária	Interpretação filosófica do livro <i>A Claridade da Gente</i> , como diálogo com ancestralidade e resistência.	https://leiaisaac.com/2023/11/04/a-claridade-da-gente-ou-um-cafe-com-os-mortos/#
2023–2024	Sacada Literária	Crítica temática	Análise do “ethos revolucionário” na obra <i>A Claridade da Gente</i> , destacando o papel social da poesia.	https://sacadaliteraria.com.br/paisagem-critica/claridade-da-gente-o-ethos-revolucionario-na-poesia-de-paulo-rodrigues/
2024 (sem data)	Recanto das Letras	Resenha interpretativa	Análise acessível que lê Cinelândia como um “filme poético de resistência social”.	https://www.recantodasletras.com.br/analise-de-obras/7441724
2024	Antonio Cílrío da Silva Neto, Arielly Rangel Rodrigues e Tatiana Thays Ramos	Relatório Fapema	O poema “A Hora de Macabéa” (2017), de Paulo Rodrigues, foi analisado como tradução intersemiótica da obra de Clarice Lispector, em diálogo com a pintura de Joel DuMara.	https://www.ppg.uema.br/2025/01/coletanea-pibic-uema-produzindo-conhecimento-ciclo-2022-2023/
2024	Regivaldo da Silva Carvalho	Artigo científico	Colonialidade do poder e territorialidade quilombola: uma análise comparativa de “Torto arado” de Itamar Vieira Junior e “A claridade da gente” de Paulo Rodrigues.	

Fonte: autoria própria, 2025.

A fortuna crítica em torno da obra de Paulo Rodrigues destaca uma recepção consistente e plural, que reconhece tanto a densidade estética quanto o compromisso social de sua poesia. Em resenha publicada no site *Região Tocantina*, Evilásio Júnior analisa *A Claridade da Gente*

(2023) destacando o que denomina de “ethos revolucionário” da obra, com especial atenção à seção “Quilombola Onça”, na qual a poesia assume forte carga simbólica e política, articulando memória coletiva, identidade e resistência social. Essa leitura reforça a compreensão do livro como um projeto poético que ultrapassa o lirismo individual para se inscrever no campo das lutas históricas dos sujeitos subalternizados.

No âmbito da crítica temática e semiótica, Luiza Cantanhêde, em texto publicado no *Sacada Literária*, enfatiza a dimensão político-urbana da obra *Cinelândia*, vencedora do Prêmio Internacional Literatura & Fechadura. Em *O olhar semiótico de Paulo Rodrigues*, a crítica mobiliza metáforas cinematográficas para evidenciar como o poeta constrói uma poética visual, na qual a cidade se transforma em cenário de disputas simbólicas, revelando tensões sociais e ideológicas por meio de imagens e enquadramentos poéticos. Essa abordagem dialoga com outras leituras que identificam na escrita de Rodrigues um trânsito constante entre literatura e linguagem audiovisual.

Ainda no *Sacada Literária*, Evilásio Júnior aprofunda sua análise de *A Claridade da Gente* ao destacar a consciência poética do autor, que funde o mundo simbólico à realidade concreta dos oprimidos. Segundo o crítico, a poesia de Rodrigues opera como mediação entre imaginação e experiência social, conferindo visibilidade às vozes historicamente silenciadas. Esse aspecto também se reflete nas entrevistas conduzidas por Paulo Rodrigues com nomes como Antonio Aílton e Salgado Maranhão, nas quais, embora o poeta assuma o papel de entrevistador, emerge um diálogo produtivo com vozes influentes da poesia maranhense, situando sua produção dentro de um movimento literário comprometido com valores estéticos e sociais.

A circulação da obra de Paulo Rodrigues em diferentes espaços editoriais e midiáticos confirma sua relevância no cenário literário contemporâneo. A publicação *Ruído Manifesto* marcou sua primeira inserção crítica em âmbito nacional, reunindo apresentação e seis poemas que já apontavam para os temas da resistência e da experimentação formal. O reconhecimento institucional também se faz presente em notícias como a divulgação, no *Blog Abimael Costa*, da vitória de *Cinelândia* no Prêmio Literatura & Fechadura, bem como no destaque concedido pelo Governo do Maranhão (Seduc), que reconhece o autor enquanto professor e escritor premiado.

Entrevistas e análises publicadas em espaços como *GerminaLiteratura* e *Facetubes*, por Gyzelle Góes, reforçam a leitura da obra de Rodrigues como uma experiência poética, política e visual. Nessas abordagens, a poesia é compreendida como linguagem em movimento, capaz de articular palavra, imagem e crítica social. De modo semelhante, a *Revista ALL-EM*, em perfil

biográfico-literário publicado na plataforma Issuu, apresenta um ensaio sobre a trajetória do autor, destacando sua inserção como educador e poeta comprometido com a formação crítica e cultural.

A crítica comparativa também ocupa lugar relevante na recepção da obra. Sandro Fortes, em texto publicado no *Sacada Literária*, propõe uma leitura conjunta de sua produção com a de Paulo Rodrigues, evidenciando afinidades poéticas e o engajamento político que atravessa ambas as escritas. Já Isaac Souza, no canal *Leia Isaac*, oferece uma interpretação filosófica de *A Claridade da Gente*, entendendo o livro como um diálogo profundo com a ancestralidade, a memória e os processos de resistência coletiva. Essa perspectiva é complementada por análises mais acessíveis, como a do *Recanto das Letras*, que lê *Cinelândia* como um “filme poético de resistência social”, reforçando a dimensão imagética e narrativa da obra.

Por fim, a produção de Paulo Rodrigues também tem sido objeto de investigação acadêmica. No relatório da FAPEMA, Antonio Cilírio da Silva Neto, Arielly Rangel Rodrigues e Tatiana Thays Ramos analisam o poema *A Hora de Macabéa* (2017) como uma tradução intersemiótica da obra de Clarice Lispector, em diálogo com a pintura de Joel DuMara, salientando a complexidade interartística da escrita do poeta. Em perspectiva semelhante, Regivaldo da Silva Carvalho, em artigo científico, realiza uma análise comparativa entre *Torto arado*, de Itamar Vieira Junior, e *A Claridade da Gente*, de Paulo Rodrigues, discutindo a colonialidade do poder e a territorialidade quilombola. Esse estudo consolida a inserção da obra de Rodrigues no debate contemporâneo sobre literatura, decolonialidade e resistência social.

Diante do exposto, constata-se que, até o presente momento, não há registros de pesquisas acadêmicas consolidadas — como dissertações de mestrado ou teses de doutorado — que tenham como objeto central a produção literária de Paulo Rodrigues. A circulação e a recepção de sua poesia ocorrem predominantemente em espaços não acadêmicos, o que evidencia a ausência de um reconhecimento sistemático por parte da crítica universitária e revela um vazio significativo no âmbito da crítica literária institucional.

Essa lacuna indica um campo ainda pouco explorado e fértil para investigações que articulem literatura e sociedade a partir de categorias críticas como estética e política, linguagem e território, tradição e invenção. Compreendido não apenas como espaço físico, mas como construção histórica, simbólica e relacional — conforme propõe Milton Santos (2006) ao definir o território como “chão mais identidade” —, o território emerge, na obra de Paulo Rodrigues, como lugar de conflito, memória e pertencimento, atravessado por relações de poder, exclusão e resistência.

Analisar a trajetória e a produção do autor implica, portanto, reconhecer a força de uma escrita que nasce da experiência vivida, mas que ultrapassa o plano individual para revelar fissuras estruturais da sociedade brasileira. Sua poesia transforma a dor social, a periferia, o racismo e a desigualdade em matéria estética e gesto político, reinscrevendo sujeitos e espaços historicamente marginalizados no campo da representação literária. Nesse movimento, a escrita de Paulo Rodrigues dialoga com a noção de multiterritorialidade formulada por Rogério Haesbaert (2010), ao articular pertencimentos diversos — urbanos, periféricos, quilombolas e ancestrais — que coexistem e se tensionam em sua poética.

É nesse contexto que a presente pesquisa se insere, propondo, em nível de mestrado, uma análise sistemática da obra literária de Paulo Rodrigues, com ênfase em *A Claridade da Gente* (2023). Ao assumir esse recorte, a dissertação configura-se como o primeiro estudo acadêmico dedicado especificamente à produção poética do autor, contribuindo para sua inserção no campo da crítica literária universitária e para o aprofundamento do debate sobre literaturas produzidas a partir das margens.

Inserida no contexto da poesia maranhense contemporânea, *A Claridade da Gente* articula memória, território, trabalho e experiência social, constituindo-se como espaço de disputa simbólica no qual se confrontam narrativas hegemônicas e contra-hegemônicas. O deslocamento do geral para o particular opera, assim, como estratégia analítica que reconhece na obra uma síntese expressiva das tensões que atravessam a produção poética do século XXI, especialmente no que concerne às lutas por visibilidade, legitimidade e direito à palavra.

A obra integra um projeto estético mais amplo — a chamada “trilogia do humano”, composta por *Cinelândia*, *A Claridade da Gente* e *Cordilheira* — no qual Paulo Rodrigues articula estética, ética e política como dimensões indissociáveis de sua criação poética. Essa articulação evidencia uma poética comprometida com a leitura crítica da realidade brasileira, marcada pela persistência da colonialidade do poder, conforme problematiza Aníbal Quijano (2005), cujos efeitos seguem operando na organização social, racial e territorial do país.

Nesse sentido, *A Claridade da Gente* afirma-se como território poético de resistência e reexistência. Ao mobilizar experiências de comunidades quilombolas — como os Quilombos Cuba, Marfim e Onça —, a obra reinscreve o quilombo não apenas como espaço geográfico, mas como epistemologia: uma forma alternativa de produzir conhecimento, sociabilidade e relação com a vida. O território deixa, assim, de funcionar como mero pano de fundo e passa a operar como categoria crítica que estrutura a linguagem poética e orienta o gesto político da escrita.

Em contextos marcados pela exploração capitalista e pela persistência de desigualdades estruturais, a literatura, assim como se configura na poética de Paulo Rodrigues, não pode ser compreendida como prática neutra ou dissociada das relações sociais que a atravessam. Conforme argumenta Regina Dalcastagnè (2012), a produção literária participa ativamente da construção de imagens, valores e hierarquias, legitimando determinadas experiências e silenciando outras. Ao conceber a literatura brasileira como um “território contestado”, a autora desloca o debate do plano exclusivamente estético para o campo das relações de poder, evidenciando que escrever, publicar e ser lido implica disputar visibilidade, reconhecimento e legitimidade simbólica.

Essa compreensão permite pensar o campo literário como espaço dinâmico de disputas, no qual narrar é também disputar sentidos, lugares e formas de existência. As vozes que emergem das margens tensionam critérios consagrados de valor e convocam a crítica a rever seus próprios pressupostos, revelando que o valor literário não constitui um atributo fixo, mas uma construção histórica atravessada por relações de poder e por processos de exclusão.

Essa perspectiva dialoga diretamente com a concepção de Antonio Candido (2011) acerca da função humanizadora da literatura. Para o crítico, a experiência literária desempenha papel fundamental na formação humana, ao organizar emoções, ampliar a percepção do mundo e favorecer o reconhecimento do outro. Ao problematizar a coexistência entre avanços civilizatórios e persistência da violência — aquilo que denomina “barbárie civilizada” —, Candido evidencia os limites de uma noção linear de progresso e reafirma a literatura como prática ética capaz de iluminar as contradições do presente.

À luz dessas formulações, *A Claridade da Gente* afirma-se como intervenção estética e ética no interior da realidade social brasileira. Ao conferir visibilidade a sujeitos historicamente forjados por processos de exclusão e ao expor experiências atravessadas pela negação sistemática de direitos, Paulo Rodrigues confronta a retórica do progresso que convive com a permanência da violência estrutural. Sua poética articula memória, cotidiano e vozes silenciadas pela colonialidade do poder, construindo uma arquitetura verbal que confere inteligibilidade à experiência da dor, da exclusão e da resistência.

A organização formal dos poemas, nesse sentido, não se apresenta como elemento secundário, mas como dimensão constitutiva do gesto ético da obra, na medida em que, conforme aponta Candido, é a forma literária que possibilita ordenar afetos, percepções e modos de apreensão do mundo. Assim, *A Claridade da Gente* ultrapassa a dimensão representacional e se inscreve como prática simbólica capaz de reorganizar a sensibilidade do leitor, ampliando sua compreensão das relações sociais e históricas que estruturam a realidade brasileira.

Encerradas essas considerações gerais, a seção seguinte dedica-se à análise dos poemas da obra, buscando evidenciar como tais princípios se materializam concretamente na linguagem poética de Paulo Rodrigues, nas imagens, nos ritmos e nas vozes que constituem *A Claridade da Gente*.

2 UM SOL QUE CONTINUA QUEIMANDO O ASFALTO DA COLONIALIDADE: passado e presente na luta quilombola e a poética contra-hegemônica de Paulo Rodrigues

A história dos quilombos no Brasil está intrinsecamente ligada aos processos de resistência negra à colonialidade e à imposição do sistema escravista. Mais do que redutos de fuga, os quilombos foram, e continuam sendo, territórios de insurgência, nascidos do confronto direto com a estrutura colonial e seus desdobramentos contemporâneos.

A gênese dessas comunidades evidencia a capacidade de articulação dos povos africanos escravizados que, ao chegarem ao Brasil, rebelaram-se contra os colonizadores, como afirma Bispo dos Santos (2015, p. 49): “imediatamente se rebelaram contra os colonizadores, deles escapando de várias maneiras: adentrando-se pelas matas virgens, reconstituindo os seus modos de vida em grupos comunitários contra colonizadores, formando comunidades em parceria com os povos nativos”.

Como grande exemplo dessa reconstrução de modos de vida é o quilombo dos Palmares. A longevidade de Palmares, que resistiu a diversas expedições punitivas de 1630 até sua queda em 1695, demonstra não apenas sua força militar, mas a complexidade de sua organização social e cultural como forma de enfrentamento ao sistema escravista. Como destaca o autor Clóvis Moura (1981):

Palmares resistiu a todas as expedições punitivas de 1630 até 1695, fato que demonstra cabalmente a sua capacidade de resistência e seu poderio militar. Foi destruída a república, mas somente depois de ter escrito a epopéia do seu exemplo: a maior resistência social, - militar, econômica cultural e - ao sistema escravista. Outros quilombos também se organizaram militarmente. Sem falarmos no do Preto Cosme no Maranhão. (Moura, 1981, p. 50)

Essa dimensão épica da luta palmarina ecoa em outras experiências de insubmissão negra, como os quilombos maranhenses, notadamente liderado por Preto Cosme, que também mobilizou formas de organização militar e política para desafiar as estruturas de dominação, mostrando que a história dos quilombos no Maranhão é marcada por estratégias diversas de autonomia e combate.

A experiência do quilombo no Maranhão revela uma complexa e poderosa organização de resistência que ainda carece de reconhecimento historiográfico à altura de sua importância. Embora as fontes oficiais, como observa Moura (1981, p. 51), descrevam Preto Cosme de forma pejorativa como “um assassino vulgar e sanguinário” ou, segundo Caxias, “o infame Cosme”,

essas narrativas refletem a tentativa do poder imperial de deslegitimar lideranças negras insurgentes. De acordo com Moura:

Do ponto de vista de organização militar o quilombo do Preto Cosme tem particularidades que devem ser destacadas. Numa região cheia de quilombos, como o Maranhão, Preto o Cosme, que estava condenado forca à em São Luís, conseguiu evadir-se e fundar um. Nas cabeceiras do Rio Preto organizará um quilombo de mais de 3000 negros sob a sua direção. A sua estrutura de governo era altamente centralizada, estando o Preto Cosme praticamente com todos os poderes nas mãos. Este reduto, porém, não teve ainda o seu historiador nem sabemos se, com a falta de elementos para ser pesquisado presentemente, será possível uma reconstituição científica de como se formou e desenvolveu internamente a sua estrutura. A própria personalidade Preto Cosme é apresentada apenas como a de um assassino vulgar e sanguinário, quando não de um megalômano paranóico. Caxias refere-se a ele como a "o infame Cosme". (Moura, 1981, p. 51)

A criação de um quilombo que chegou a reunir mais de 3.000 pessoas, sob uma liderança centralizada, evidencia a notável habilidade política e militar de Cosme. Em um território densamente ocupado por comunidades quilombolas, sua atuação revela que, para além do confronto armado, existia uma lógica de comando, organização interna e planejamento estratégico voltada à defesa, à permanência e à expansão do grupo. Trata-se, portanto, de um território produzido politicamente, no qual o espaço deixa de ser mero refúgio para se constituir como base material e simbólica de resistência coletiva.

Essa realidade subverte frontalmente a imagem construída pelo discurso historiográfico dominante, que historicamente associou lideranças negras insurgentes à desordem, à irracionalidade ou à criminalidade. A ausência de um esforço sistemático para reconhecer a racionalidade política da experiência liderada por Cosme evidencia um apagamento epistemológico que deslegitima formas negras de organização social. Falta, nesse sentido, uma leitura que compreenda sua trajetória não como desvio ou patologia social, mas como insubordinação consciente de quem recusou a ordem escravocrata e edificou um projeto coletivo de liberdade.

Revisitar essa experiência a partir de outras epistemologias torna-se, portanto, indispensável. Quando os quilombos são analisados apenas como reações marginais ao sistema escravista, perde-se de vista sua dimensão mais profunda: a de territórios de autonomia, produção de sociabilidades próprias e exercício de poder político. No caso dos quilombos liderados por Cosme, trata-se de um território insurgente, produzido pela ação coletiva de sujeitos historicamente subalternizados, que nele constroem novas formas de existência e pertencimento.

Essa perspectiva permite compreender o quilombo como um projeto histórico alternativo, e não como simples negação da ordem escravista. Dialogando com a noção de multiterritorialidade de Rogério Haesbaert, a experiência de Cosme evidencia como diferentes territórios — o da escravidão imposta, o da fuga, o da organização coletiva e o da luta armada — coexistem e se tensionam, produzindo novas territorialidades negras no interior do Maranhão oitocentista.

Inserida em um contexto marcado pela extrema violência do regime escravista e pela repressão sistemática aos focos de insurreição negra, a liderança de Cosme logrou organizar um território que funcionava simultaneamente como refúgio, base de mobilização e centro de articulação política de ex-escravizados. Suas ações, assim, não se restringem ao isolamento quilombola, mas integram um movimento mais amplo de insubmissão negra que, em determinado momento, encontra na Balaiada um novo campo de alianças, disputas e possibilidades históricas. É nesse horizonte de leitura que Clóvis Moura insere a atuação de Cosme, ao compreender a resistência negra como força estruturante das lutas sociais no Brasil, conforme aponta:

O que podemos afirmar sobre as atividades desse líder quilombola no seu reduto é que, sob sua iniciativa, foi fundada uma escola e estabelecido, do ponto de vista militar, um sistema de piquetes de guerrilheiros que incursionavam às fazendas vizinhas, de onde retiravam víveres e traziam novos insurretos. Tudo leva a crer que esse quilombo era um ajuntamento altamente militarizado, tanto que, ao surgir o movimento da Balaiada, Cosme adere a ele com um exército considerável de ex-escravos, força que irá crescendo à medida que a luta avança. Ao ser ocupada a cidade de Caxias, uma das mais importantes do Maranhão, pelas tropas dos balaaios, delas participavam quilombolas os do Preto Cosme que cantavam nas suas ruas: O Balaio chegou! O Balaio chegou! Cadê branco? Não há mais branco! Não há mais sinhô! (Moura, 1981, p. 52-53).

Essa participação ativa no movimento da Balaiada demonstra a capacidade de articulação de Cosme e seu entendimento estratégico do momento histórico. Ao integrar seu exército de quilombolas às forças rebeldes, ele ampliou o impacto político de sua luta, transformando a causa quilombola em parte de uma insurreição regional mais ampla. Os versos entoados nas ruas de Caxias anunciam a presença negra na linha de frente da revolta e simbolizam o colapso temporário da ordem senhorial: a ausência do “sinhô” e a queda do “branco” revelam um momento de inversão da hierarquia racial e social, ainda que efêmero, mas profundamente simbólico para a história das resistências populares no Brasil.

A repressão aos movimentos de insurreição popular no Maranhão, especialmente no contexto da Balaiada, revela a brutalidade do Estado imperial na contenção das forças que ameaçavam a ordem escravocrata. Como aponta Moura (1981, p. 53), “o poder imperial utilizou

uma estratégia eficaz de divisão ao jogar ‘os balaios brancos e mestiços contra os escravos negros’”, desarticulando assim qualquer aliança que pudesse fortalecer a luta dos oprimidos. Essa manobra foi crucial para que, já em 1841, o general Luís Alves de Lima e Silva (futuro Duque de Caxias) pudesse anunciar o fim da rebelião com a rendição dos últimos líderes em Miritiba e Icatu, reforçando a narrativa de pacificação imposta pelas elites.

A captura e execução de Preto Cosme em São Luís, após ser ferido em combate, selam simbolicamente o esforço do Império em apagar as experiências de resistência negra que ousaram confrontar a lógica escravista. Seu julgamento e enforcamento visavam puni-lo e desencorajar futuras insurgências, reforçando o poder disciplinador do Estado sobre os corpos negros. No entanto, a memória de sua luta, como a de tantos outros líderes quilombolas, permanece como denúncia histórica das estratégias de silenciamento e como testemunho da potência insubmissa das comunidades negras no Brasil.

Nesse processo de insurgência, destaca-se o papel da terra como símbolo e instrumento de liberdade. Para Antônio Bispo dos Santos, a terra não é mercadoria, mas sim vida compartilhada: “Nossa família plantava o que precisava [...]. A nossa roça era emendada com tantas outras roças que a chamávamos de roça de todo mundo” (Santos, 2015, p. 81). Essa prática territorial opõe-se à lógica da propriedade privada e da acumulação, constituindo o que o autor chama de biointeração, uma relação orgânica com os elementos naturais, regida pela partilha e pelo respeito às múltiplas formas de vida.

Ao analisar a experiência quilombola, Antônio Bispo dos Santos recusa os vocabulários coloniais e propõe uma “guerra das denominações”:

Certa vez, fui questionado por um pesquisador de Cabo Verde: “Como podemos contracolonizar falando a língua do inimigo?”. E respondi: “Vamos pegar as palavras do inimigo que estão potentes e vamos enfraquecê-las. E vamos pegar as nossas palavras que estão enfraquecidas e vamos potencializá-las. Por exemplo, se o inimigo adora dizer desenvolvimento, nós vamos dizer que o desenvolvimento desconecta, que o desenvolvimento é uma variante da cosmofofia. Vamos dizer que a cosmofofia é um vírus pandêmico e botar para ferrar com a palavra desenvolvimento. Porque a palavra boa é envolvimento”. (Santos, 2023, p. 3)

Esse trecho revela uma importante inflexão no pensamento decolonial ao propor uma reconfiguração da linguagem como ferramenta de resistência simbólica. Nesse jogo de forças, termos como “desenvolvimento”, amplamente associados ao progresso dentro da lógica colonial-capitalista, são desnudados e denunciados como expressões da *cosmofofia*, ou seja, do medo e da destruição da diversidade de mundos. Em oposição, Santos resgata o termo “envolvimento” como palavra ancestral e relacional, carregada de sentidos que valorizam o

coletivo, a escuta e a convivência. Trata-se, portanto, de uma insurgência discursiva que visa descolonizar o pensamento a partir da própria língua colonizadora, reorganizando seus sentidos para afirmar outras epistemologias e modos de vida.

O termo “desenvolvimento”, tão caro ao discurso ocidental, é criticado como expressão da “cosmofobia”, o medo da diversidade, do sagrado, da natureza e do não controlável: “A cosmofobia é uma doença [...]. A imunização é a contracolônização” (Santos, 2023, p. 9). Essa crítica encontra ressonância nas reflexões de Arturo Escobar (2005), que denuncia o apagamento do lugar, e com ele, dos saberes locais, pela lógica globalizante. Para Escobar, “a marginalização do lugar tem operado como um dispositivo epistemológico profundo do eurocentrismo” (Escobar, 2005, p. 64). Ao defender a centralidade do território como espaço de produção de conhecimento, Escobar reforça a urgência de recuperar o lugar como “projeto político e epistemológico”, no qual “as práticas ecológicas, culturais e econômicas emergem da experiência concreta e enraizada dos povos” (2005, p. 68-70).

Nesse sentido, o quilombo é mais do que um espaço físico: é um sujeito coletivo de reexistência, onde se articulam saberes, práticas, espiritualidades e insurgências. Como afirma Abdias Nascimento (1980, p. 88), “a opressão de ontem forma uma cadeia no espaço, uma sequência ininterrupta no tempo, e das feridas em nosso corpo, das cicatrizes em nosso espírito, nos vêm as vozes da esperança”. Ao longo dos séculos, os quilombos foram centros de rebeldia negra, seja nas zonas rurais, seja nas cidades, acolhendo “fugitivos do serviço militar, criminosos, índios, mulatos e negros marginalizados” (Moura, 1981, p.18), construindo alianças insurgentes frente ao poder colonial.

Essa resistência negra estrutural foi sistematicamente invisibilizada ou minimizada pela historiografia oficial como denuncia Clóvis Moura ao explicar que o movimento abolicionista “jamais considerou o escravizado como agente político” e, por isso, “nunca houve entrosamento entre os quilombolas e os abolicionistas liberais” (Moura, 1981, p. 80). Ao contrário, foram os quilombos, e não a benevolência branca, os verdadeiros protagonistas da luta contra a escravidão, conforme também reconhece Frantz Fanon: “O colonizado zomba desses mesmos valores, insulta-os, vomita-os” (Fanon, 1968, p. 32).

Posto isto, a insurgência quilombola pode ser compreendida como uma ruptura epistêmica com a ordem colonial, na medida em que institui territórios autônomos produzidos por sujeitos historicamente subalternizados. Esses territórios não se constituem apenas como respostas à violência do sistema escravista, mas como espaços forjados a partir de experiências coletivas de dor e luta, atravessadas, simultaneamente, por práticas de memória, espiritualidade, saberes ancestrais e formas próprias de organização comunitária. Nesse sentido, o quilombo

emerge como uma territorialidade política e simbólica que desafia os dispositivos coloniais de dominação, produzindo outras racionalidades, temporalidades e modos de existência.

À luz das reflexões historiográficas e epistêmicas acerca da gênese e da permanência dos quilombos no Brasil — com especial atenção às experiências maranhenses — torna-se possível compreender como esses espaços seguem sendo atravessados por conflitos, apagamentos e disputas no presente. É nesse horizonte analítico que se destaca o Quilombo Onça, território escolhido pelo escritor Paulo Rodrigues como eixo central de sua escrita poética na obra *A Claridade da Gente*, a partir do qual denuncia as violações históricas e contemporâneas sofridas por essa comunidade, ao mesmo tempo em que afirma sua resistência e continuidade.

Assim, a próxima subseção dedica-se à análise do Quilombo Onça não apenas como espaço geográfico, mas como território simbólico e político, no qual memória, violência e resistência/reexistência se entrelaçam. Ao mobilizar esse território em sua poesia, Paulo Rodrigues reinscreve o quilombo no campo da literatura como lugar de disputa de sentidos, revelando como a palavra poética pode atuar como instrumento de denúncia, preservação da memória coletiva e afirmação de outras epistemologias.

2.1 QUILOMBO ONÇA: resistência/reexistência frente à dinâmica de exclusão socioespacial

A memória fundacional do Quilombo Onça ocupa papel central na construção de sua territorialidade simbólica. A narrativa oral que explica a origem do nome da comunidade — marcada pelo enfrentamento corporal entre um homem negro e uma onça — não se reduz a um episódio isolado do passado, mas constitui um elemento estruturante da identidade coletiva. Transmitida de geração em geração, essa história inscreve no território uma ética da coragem, do enfrentamento e da permanência, reafirmando o quilombo como espaço vivo de memória e pertencimento. Esse sentido é explicitado no relato de Valdivino Lopes, conhecido como Vanin, liderança da comunidade e descendente do fundador do quilombo, ao reconstituir a história do enfrentamento com a onça, conforme registrado no podcast do Canal Futura (2025):

Aqui surgiu o nome de onça porque... meu avô.. meu avô, tinha um pessoal aqui e eles gostavam de caçar. Porque aqui só vivia mesmo da caçazinha e das coisas que eles prantava mesmo. Só comia do que ele colhia em pranta de roça, essas coisas. E o resto era caçada, porque aqui tinha muita caça e onça. Teve um homem que o nome deles era, diz que eram dois...um diz que era Matias. Foi uma caçada pra ali, pra um lugar que se chamava Arapapá. Aí os cachorros dele deu numa furna de uma onça parida. Aí ele foi à luta com essa onça. E foi luta mesmo. E a onça matou ele, praticamente

matou. Mas ele também matou a onça. E ele andava com... Quando a onça partiu pra ele, ele não podia correr, não cipoal. Aí a onça partiu, ela dava taponas nele, ele carregava a onça. Ele lutando até que deu de segurar a onça um pouco, as mãos da onça que tava rasgando ele. E ele puxou uma marinha que tinha dentro do mocó. Aí partiu o bucho dela, rasgou. E a onça caiu pra um lado, ele caiu pra outro. Aí o companheiro dele correu e veio chamar a gente. Aí...pegaram ele lá, botaram na rede, trouxeram. Iam levar pra Pindaré, na red, por ali por dentro do mato. Mas aí ele não resistiu, aí morreu. Então nesse caso é que eles botaram o nome de onça. Quando eu me entendi, já achei o nome, né? Mas também achei a história que era meus avô que contavam, que era parceiro deles. E minha mãe, meus tios e minha mãe que contavam diretamente, todo tempo isso aí. (Canal Futura, 2025, 2min48s–4min36s)

A riqueza de detalhes e a centralidade do corpo em luta revelam como a oralidade funciona como prática de transmissão de valores, saberes e modos de existir, nos quais a relação com o território se estabelece para além da posse da terra, envolvendo experiência, memória e sobrevivência coletiva.

Sob uma leitura decolonial, a figura da onça pode ser interpretada como alegoria das forças históricas de dominação que estruturam a colonialidade do poder. Conforme assinala Aníbal Quijano (2005), a colonialidade não se encerra com o fim formal do colonialismo, mas persiste como matriz de poder que organiza hierarquias raciais, territoriais e epistêmicas. Nesse sentido, a onça simboliza uma violência naturalizada, imponente e letal, diante da qual o sujeito quilombola não se submete, mas enfrenta, mesmo ciente do risco extremo que esse confronto implica.

A luta corporal narrada pela memória oral da comunidade — que culmina na morte de ambos — revela uma ética da resistência que se aproxima do que Achille Mbembe (2018) define como formas de existência forjadas sob regimes de morte. No entanto, diferentemente da lógica necropolítica que destina determinados corpos à eliminação e ao esquecimento, a narrativa quilombola ressignifica o enfrentamento como gesto de dignidade e afirmação da humanidade. A morte, nesse caso, não opera como aniquilamento simbólico, mas como ato fundacional, pois inaugura uma memória coletiva que transforma a violência em legado de coragem, honra e pertencimento territorial.

Essa memória, transmitida de geração em geração, expressa a força e a resistência que estruturam a identidade coletiva da comunidade quilombola. Como escreve Bispo dos Santos (2023, p. 14), “no quilombo, contamos histórias na boca da noite [...] para fortalecer a nossa trajetória. [...] Contamos também histórias de bichos: macacos, onças e passarinhos”. Trata-se de uma oralidade insurgente que, mais do que preservar lembranças, constitui uma prática política de transmissão de saberes, na qual o território não se reduz ao solo, porém, se configura como corpo, palavra e horizonte de existência.

É nesse sentido que a fundação simbólica do Quilombo Onça se articula à sua materialidade histórica e territorial. A experiência do enfrentamento com a onça não apenas nomeia a comunidade, mas inscreve no espaço uma narrativa de resistência que se prolonga na forma como o território foi ocupado, vivido e transmitido ao longo do tempo. Durante a visita realizada à comunidade, foi possível registrar esse espaço de contação de histórias utilizado pelos moradores para compartilhar experiências e memórias coletivas, conforme apresentado na Figura 2, ressaltando a permanência da oralidade como eixo estruturante da vida comunitária.

Figura 2-Espaço do quilombo Onça destinado aos momentos de conversa no tempo livre



Fonte: autoria própria, 2025.

Localizado no município de Santa Inês, na região do Vale do Pindaré, o Quilombo Onça insere-se em um território marcado por disputas históricas e profundas transformações sociais. Santa Inês possui relevância econômica e territorial no Maranhão, tendo se originado, no final do século XIX, como povoado vinculado à ferrovia da Companhia Progresso Agrícola, sendo posteriormente emancipado de Pindaré-Mirim em 1967, conforme a Lei Estadual nº 2.723. De acordo com dados do IBGE (2023), o município possui uma área de 786,689 km² e uma população estimada em 88.167 habitantes, configurando-se como um polo regional de comércio e serviços.

Com uma economia historicamente ligada à monocultura e, posteriormente, à agricultura diversificada, Santa Inês apresenta ainda hoje indicadores sociais desafiadores, como um IDHM de 0,674, ao mesmo tempo em que mantém um papel estratégico no escoamento de produção e na organização territorial de comunidades rurais e tradicionais. Essa trajetória evidencia como o município se constitui também como espaço de tensões fundiárias e disputas históricas por terra, especialmente no contexto da presença quilombola na região. A seguir, na figura 3, é possível verificar a localização geográfica da cidade no mapa do Brasil:

Figura 3 - **Localização de Santa Inês no mapa do Brasil**



Fonte: Google Maps, 2025.

Com base nas informações disponibilizadas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a cidade de Santa Inês está situada na região centro-norte do Maranhão, a aproximadamente 245 km de São Luís, a capital do estado. Inserida no território conhecido como Vale do Pindaré⁴, destaca-se por sua relevância socioeconômica e geográfica, sendo marcada por relevo levemente ondulado e presença de cursos d'água como o rio Pindaré, que influencia diretamente o clima e as atividades econômicas locais.

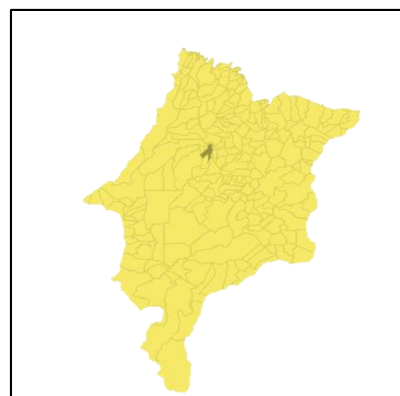
O município faz divisa com cidades como Pindaré-Mirim, Santa Luzia, Bom Jardim, Brejo de Areia, Satubinha e Igarapé do Meio, e é atravessado por rodovias importantes, como a BR-316 e a MA-222, o que lhe confere uma posição estratégica no escoamento da produção regional e na integração entre o litoral e o interior maranhense (IBGE, 2025). As imagens 4 e 5 mostram o mapa do Maranhão com destaque a Santa Inês; e, ao lado, um recorte do *Google Maps* sobre a área territorial da cidade. Tais imagens podem facilitar a localização geográfica do Quilombo Onça.

Figura 5- **Território de Santa Inês**



Fonte: Google Maps, 2025.

Figura 4- **Localização de Santa Inês no mapa do Maranhão**



Fonte: Google Maps, 2025.

⁴ A expressão "Vale do Pindaré" refere-se à região banhada pelo Rio Pindaré, no oeste do estado do Maranhão.

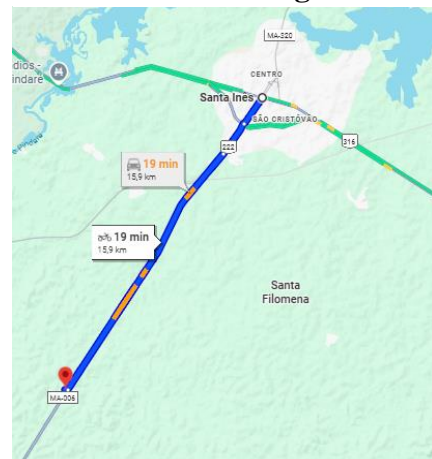
As imagens seguintes mostram o trajeto de aproximadamente 19 minutos entre o centro da cidade de Santa Inês (MA) e a comunidade Onça, localizada na zona rural. O percurso inicial, com cerca de 15,9 km, segue pela BR-222 até o povoado Calango, exatamente no quilômetro 377, da BR 222, situado às margens da rodovia:

Figura 7- quilômetro 377 da BR- 322



Fonte: Google Maps, 2025.

Figura 6- Distância entre Santa Inês e Calango



Fonte: autoria própria, 2025.

A partir do Calango, o caminho continua por uma estrada vicinal de piçarra, sem pavimentação, por mais 3 km até alcançar a comunidade Onça. Esse percurso reflete as condições de acesso às áreas rurais da região, mostrando a dependência das rodovias federais e das vias não asfaltadas para a mobilidade local.

Figura 8- Acesso ao povoado Onça, pelo povoado Calango, na BR 222



Fonte: autoria própria, 2025.

Figura 9- Estrada vicinal que dá acesso à comunidade Onça



Fonte: autoria própria, 2025.

Dadas as informações sobre o acesso à comunidade, vale destacar que em Santa Inês, além do Quilombo Onça, mais duas comunidades quilombolas são reconhecidas oficialmente como remanescentes de quilombos pela Fundação Cultural Palmares: Marfim e Cuba, que aguardam o processo de titulação definitiva de suas terras. Essas certificações são importantes, porque garantem às comunidades o acesso a políticas públicas específicas como saúde, educação, segurança alimentar e direitos territoriais.

Atualmente, o Quilombo Onça possui aproximadamente 50 famílias em seu território. Ao visitá-lo observei elementos importantes da organização comunitária, que revelam tanto os modos de vida quanto aos esforços coletivos pela preservação da dignidade e autonomia do território como mostra a figura 10, referente à vista aérea da comunidade. Para mais, destaca-se também a imagem da área coletiva da comunidade, figura 11:

Figura 10- Vista aérea da comunidade



Foto: Ronilson Monteiro/Moquibom.

Figura 11- Área da comunidade conhecida como Retomada



Fonte: autoria própria, 2025.

A figura 12, a seguir, retrata o centro comunitário da comunidade, uma construção simples, mas de grande valor simbólico, utilizada para encontros, assembleias e eventos sociais. Esse espaço representa um dos pilares da convivência quilombola, em que se constroem decisões e se fortalecem os laços entre os moradores:

Figura 13-Centro Comunitário



Fonte: autoria própria, 2025.

Figura 12- Área Central da Comunidade



Fonte: autoria própria, 2025.

As figuras 12 e 13 registram a área central do quilombo, em que estão localizadas a escola e outras casas, com destaque para a presença de água encanada e energia elétrica, uma conquista importante para a melhoria da qualidade de vida. Foi possível perceber também que há uma tentativa de bloqueamento, pelos órgãos governamentais, das ruas principais do Povoado que ainda são de chão de terra e piçarra. Podemos perceber esse aspecto na próxima imagem que apresenta também a situação atual da escola da comunidade.

Figura 14- Escola Municipal Graça Aranha



Fonte: autoria própria, 2025.

É possível perceber a fachada da Escola Municipal Graça Aranha, pintada com cores vivas e ladeada por árvores de grande porte, ressaltando o esforço da comunidade em manter um espaço educativo ativo, em sintonia com a natureza. Essas fotografias, tiradas no próprio território, testemunham as condições materiais do quilombo e, sobretudo, expressam sua vitalidade e o cuidado com o bem coletivo. Além disso, é interessante destacar o registro fotográfico de um momento bem particular da comunidade: a construção de uma moradia que exemplifica o modelo predominante das casas da comunidade, tendo como fonte o Instagram oficial do quilombo:

Figura 15 - Trabalho comunitário na cobertura de uma casa de taipa



Fonte: Instagram: @quilomboonca_oficial

A imagem mostra uma moradia construída com técnicas tradicionais de arquitetura popular, utilizando madeira, palha e barro. Essa construção simples, com cobertura de palha de babaçu, integra-se ao ambiente natural e expressa a relação da comunidade com os saberes ancestrais herdados de gerações anteriores. Além de refletir o uso sustentável dos recursos disponíveis no território, ela revela um modo de vida que valoriza o equilíbrio entre abrigo, funcionalidade e respeito à terra. Essa forma de habitação é mais do que um espaço físico: é também símbolo de resistência/reexistência e permanência, destacando que, mesmo diante das adversidades históricas e do descaso do Estado, os quilombolas mantêm vivos seus modos próprios de habitar e ocupar o espaço.

Figura 16 - Casa de produção de Farinha



Fonte: autoria própria, 2025.

A figura 16 revela o interior de uma casa de farinha, espaço de grande importância econômica, social e simbólica no cotidiano da comunidade. É nesse ambiente que se realiza a transformação da mandioca, raiz cultivada coletivamente, em farinha, alimento base da alimentação local. A imagem permite observar os utensílios usados na produção, como os fornos, as mesas de madeira e os recipientes artesanais, todos adaptados às necessidades e práticas da comunidade. O ambiente carrega marcas de uso constante e coletivo, refletindo não somente o trabalho diário, mas o senso de solidariedade que permeia as relações no quilombo. A casa de farinha representa, portanto, a materialização de um saber ancestral que continua sendo reproduzido e reinventado, servindo como espaço de encontro, partilha e afirmação identitária.

Sobre essa atividade nos quilombos, Bispo dos Santos afirma que “Além da pescaria, também podemos apresentar uma organização própria dos quilombos e dos povos indígenas e que quase todas as pessoas que moram nessas comunidades conhecem e participam: a estrutura

orgânico-social de uma casa de farinha” (Santos, 2015, p. 82). A citação de Santos revela a centralidade das práticas coletivas e da organização comunitária na vida dos quilombos e dos povos indígenas, tomando como exemplo emblemático a casa de farinha. Mais do que um espaço produtivo, essa estrutura representa uma forma de vida marcada pela reciprocidade, pelo trabalho compartilhado e pelo fortalecimento de laços sociais. A ausência de remuneração monetária direta nos processos de produção evidencia um sistema econômico, baseado na solidariedade e na partilha, em que o valor do trabalho não está atrelado ao lucro, mas à manutenção da vida coletiva e ao apoio mútuo entre os membros da comunidade. Nesse contexto, Santos (2015) destaca:

Na maior parte das vezes, ninguém ganha dinheiro nesse processo. As pessoas ou recebem parte da produção ou recebem ajuda em outras farinhadas ou em quaisquer outras atividades que precisarem. Além disso, as variedades de mandiocas que cultivávamos se desenvolviam em diversos ciclos: havia mandiocas com ciclo de seis meses (chamadas de macaxeiras), de um ano, de dois anos e de ciclo permanente. Isso porque, segundo nossas mestras e mestres, a mandioca nós podíamos acumular, mas o melhor lugar de guardar a mandioca é na terra. Ao contrário da fadiga maldita à qual Adão foi condenado pelo Deus bíblico, aqui se vivencia a comunhão prazerosa da biointeração. (Santos, 2015, p. 84)

Observa-se que a relação com a terra e com os ciclos da natureza é apresentada não como exploração, mas como uma interação respeitosa e contínua. A variedade dos ciclos das mandiocas e o ensinamento de que a terra é o melhor local de armazenamento revelam um saber ancestral que valoriza a sustentabilidade e o equilíbrio ecológico. Assim, a casa de farinha se torna também um símbolo de resistência cultural, saber tradicional e autonomia frente às lógicas capitalistas e coloniais que historicamente tentaram silenciar essas formas de existência.

Além da casa de farinha, nas visitas realizadas, encontrei outros utensílios característicos dessas comunidades, como é possível perceber na figura 17:

Figura 17 - Casa de preparação do arroz para o consumo



Fonte: autoria própria, 2025.

Essa imagem apresenta um pilão tradicional de madeira, posicionado no interior de uma casa construída com materiais da região, como folhas de palmeira e barro batido. O pilão, instrumento ancestral de uso coletivo, é central nas práticas alimentares e culturais das comunidades quilombolas, sendo utilizado no beneficiamento de grãos como arroz, milho e, principalmente, o arroz de toco, que é típico da região. A presença desse utensílio reforça a manutenção de práticas agroalimentares que resistem ao tempo, transmitidas entre gerações por meio da oralidade e da vivência. O ambiente em que ele se encontra, com chão de terra batida e paredes feitas de palhas trançadas, demonstra a continuidade de formas de habitar e viver sustentadas pela coletividade, pela relação com a natureza e pelo conhecimento tradicional. O pilão, nesse contexto, é mais do que um objeto funcional: é símbolo de resistência cultural que sustenta uma rotina cotidiana enraizada na ancestralidade e no trabalho comunitário.

Na parte da retomada do assentamento, pude presenciar a diversidade de cultivos e a presença de saberes tradicionais. Entre os alimentos cultivados, estavam o feijão, a vinagreira, o maxixe, a abóbora, a batata-doce e o milho, cuja colheita estava em andamento. Também observei criatórios de galinhas organizados em galinheiros, demonstrando práticas de subsistência e manejo coletivo. Um detalhe que chama atenção é o uso contínuo da cabaça, utensílio ancestral ainda muito presente no cotidiano da comunidade, evidenciando a valorização de práticas tradicionais. Como podemos ver nas figuras 18 e 19:

Figura 18- **Galinheiro**



Fonte: autoria própria, 2025.

Figura 19- ***Roça quilombola***



Fonte: autoria própria, 2025.

A imagem 19 retrata uma área de cultivo situada na parte da retomada do território quilombola. Nela, é possível observar um plantio diverso, marcado pela presença de milho, com suas hastes secas e altas ao fundo; bananeiras à esquerda, com suas folhas largas e verdes; além da cabaça e da batata-doce, que se espalham rasteiramente pelo chão, compondo um sistema

agrícola tradicional e biodiverso. Esse tipo de roça mista reflete práticas agroecológicas de subsistência típicas de comunidades quilombolas, onde diferentes culturas são cultivadas de forma consorciada, aproveitando melhor o solo e respeitando os ciclos naturais da terra.

A retomada da terra, a preservação dos saberes tradicionais e a força das redes comunitárias mostram que estamos diante de uma experiência que se alinha àquilo que Santos (2023) descreve como deslocamento do mundo do trabalho para o mundo do viver. O quilombo não se limita à ideia de trabalho ou de propriedade nos moldes ocidentais; ele encarna uma relação coletiva com a terra, pautada na ancestralidade, no cuidado mútuo e na autogestão dos saberes e da vida. Trata-se, portanto, de um espaço no qual se cultivam alimentos, bem como memória, resistência e a possibilidade de outros futuros.

As expressões culturais do Quilombo Onça revelam a riqueza simbólica da comunidade, diante das ameaças coloniais contemporâneas. A exposição artesanal (Figura 20) destaca a valorização dos saberes tradicionais, da produção local e da memória ancestral, materializada em objetos, alimentos e elementos naturais que compõem um cenário de afirmação territorial. Já a manifestação do Boi Flor do Brasil (Figura 21), com seus trajes coloridos, danças e cantos, representa um rito coletivo de celebração e pertencimento, no qual o corpo quilombola se inscreve como agente de memória viva e insurgente. Ambas as imagens destacam o protagonismo da comunidade na preservação de suas práticas culturais, funcionando como ferramentas contra a invisibilização histórica e os processos contínuos de expropriação.

Figura 20- Exposição artesanal da comunidade



Fonte: Instagram: @quilomboonca_oficial

Figura 21- Boi Flor do Brasil



Fonte: @bumba_meu_boi_flor_do_brasil.

Os aspectos geográficos, históricos e culturais da comunidade quilombola Onça revelam a complexa e profunda relação entre território e memória, na medida em que o espaço não se configura apenas como um recorte físico, mas como um lugar simbólico de produção de sentidos e de afirmação identitária. Nesse contexto, a territorialidade emerge como dimensão

central da vida quilombola, pois é por meio dela que se constroem vínculos de pertencimento, formas próprias de organização social e práticas culturais transmitidas intergeracionalmente. O território, assim, funciona como arquivo vivo da experiência histórica do grupo, no qual se inscrevem as marcas da ancestralidade, da resistência e da luta pela permanência.

Do ponto de vista cultural, a territorialidade quilombola se manifesta nas práticas sociais, religiosas e festivas que articulam espaço, corpo e linguagem, fortalecendo laços comunitários e reafirmando identidades. Essas práticas constituem formas de resistência frente às dinâmicas de desterritorialização impostas por projetos hegemônicos de exploração econômica e apagamento cultural. Assim, a territorialidade da comunidade Onça não pode ser compreendida de maneira estática; trata-se de um processo contínuo de reterritorialização, no qual memória, história e cultura se entrelaçam na afirmação do direito à terra e à existência.

Ademais, durante a minha visita à comunidade quilombola Onça, pude observar uma configuração espacial bastante significativa, que revela aspectos importantes da dinâmica territorial local. A comunidade parece dividida em duas partes: uma área central, na qual se concentram as casas próximas à escola e ao centro comunitário; e outra, mais afastada, conhecida como "assentamento" ou "retomada". Esta segunda área, situada no coração das roças, tem sido palco de conflitos agrários, sendo invadida por fazendeiros que destruíram plantações e ameaçaram o modo de vida tradicional da comunidade. Essa divisão reflete a organização do espaço físico e destaca a tensão entre o território ancestral e os interesses externos que tentam desestabilizar a autonomia dos quilombolas.

É relevante destacar que a harmonia nesse espaço é constantemente interrompida pela ação de fazendeiros como está posto na figura 22:

Figura 22- Ação de fazendeiro que desmatou mais de 1 km de mata nativa do território da



Fonte: CPT – Regional Maranhão.

A respeito disso, o depoimento de Dona Maria Francisca, conhecida como Dona Tronco, de 73 anos, carrega a força da oralidade como ferramenta de denúncia. Suas palavras, ditas entre lágrimas e revolta, revelam a violência simbólica e material imposta à comunidade quilombola Onça por meio da invasão de mais de 250 cabeças de gado. Ao narrar com emoção o momento em que o gado destruiu a roça, espaço de memória, sustento e ancestralidade, Dona Maria expõe uma tentativa de intimidação por parte do fazendeiro e reafirma sua ligação profunda com a terra, com seus filhos, netos e bisnetos, que compartilham aquele território como extensão de si mesmos:

Aí eu tava só com o vazeiro em casa. Aí fazendo o almoço, cuidano ali, cortando quiabe, farinha, e aboba, e tudo enquanto. Quando eu oei, lá vem o gado. Lá vem o gado, lá em cima. Aí eu disse, corre! Minha filha, corre! Vai chamar a gente lá no alto, que o gado tá na roça. Vai chegando na roça. Dona, n'ora que virei, que eu ia assim, pra cá, pra trás. O vaqueiro vinha... dali pra passar por aqui. Aí eu vi o dono da roça. Eu disse, ôh siô, Pelo amor de Deus! E chorando. Vai tirar o gado de dentro da nossa roça, siô. Aí ele disse, é já! Esse brabão que... ele disse, é já! Quando ele falou, dona, que eu oiei. Ele falou pro vaqueiro soltar o gado. Eu sei que foi. Acho que ele disse assim, solta de lá! Aí quando eu ia, a outra ponta do gado chega aí, aêêêêêêêêê... e entraram em tudo. aí eu fiquei chorando, gritando. Uma véia que nem eu... Aí tudo é fi meu e neto. Vocês estão vendo aí. Mais é minha cambôa. De filho, de neto, já tem bisneto, tudo aqui, nesse meio... eu digo, meu Deus do céu. Acabou tudo.”(Canal Futura, 2025, 7min47s–4min36s)

A fala da anciã quilombola traduz o entrelaçamento entre território, pertencimento e dignidade. Ao referir-se à roça como "minha cambôa" e aos jovens como "tudo é filho meu e neto", ela mostra que o ataque não foi apenas contra as plantações, mas contra toda uma história coletiva, tecida por gerações. Seu testemunho ecoa como um ato político, de enfrentamento à colonialidade ainda presente nas relações fundiárias do campo. Em consonância com os apontamentos de Aníbal Quijano (2005), ao narrar a própria dor e denunciar a injustiça, Dona Maria rompe com o silenciamento histórico imposto aos povos do Sul global, afirmando o direito de contar suas próprias histórias e de existir em seus próprios termos.

A tabela 5, a seguir, reúne um conjunto de notícias que evidenciam o processo contínuo de desterritorialização e as múltiplas formas de violência enfrentadas pelos moradores do Quilombo Onça, em Santa Inês (MA), ao longo dos últimos anos. As denúncias de ameaças, invasões, grilagem de terras e agressões físicas não apenas revelam a fragilidade da proteção estatal aos territórios quilombolas, como também atualizam, na realidade concreta, os mesmos conflitos existenciais, históricos e políticos que Paulo Rodrigues representa em *A Claridade da Gente*.

Tabela 5 - Notícias sobre o Quilombo Onça

Data	Título da Notícia	Veículo	Link Direto
16/09/2022	Ameaçado por fazendeiros, Quilombo Onça (MA) realiza ação de resistência	Comissão Pastoral da Terra (CPT)	https://cptnacional.org.br/2022/09/16/ameacad-o-por-fazendeiros-quilombo-onca-ma-realiza-acao-de-resistencia/
Set/2022	Crianças do Quilombo Onça realizam ação simbólica de resistência contra invasores	Comissão Pastoral da Terra (CPT)	https://www.cptnacional.org.br/publicacoes/noticias/conflitos-no-campo/6171-ameacado-por-fazendeiros-quilombo-onca-ma-realiza-acao-de-resistencia
Set/2023	Fazendeiro desafia a Segurança Pública do Maranhão	Blog Aldir Dantas	https://www.aldirdantas.com/fazendeiro-desafia-a-seguranca-publica-do-maranhao-e-ameaca-familias-de-quilombo-em-santa-ines/
2023	Visita institucional da Secretaria dos Direitos Humanos (Sedihpop-MA) reforça apoio ao Quilombo Onça	Secretaria de Direitos Humanos do MA	https://www.ma.gov.br/sedihpop/
--	Sedihpop articula reunião com Governo Federal para o Quilombo Onça	SEDIHPOP-MA	https://www.ma.gov.br/sedihpop/
2023–2024	Ameaças ao Quilombo Onça (vídeo)	YouTube (Agência Tambor)	https://www.youtube.com/watch?v=q_paAYRoiLM
12/04/2024	Santa Inês! Quilombo Onça denúncia gravíssimas ameaças	Agência Tambor	https://agenciatambor.net.br/direitos-humanos/santa-ines-quilombo-onca-denuncia-gravissimas-ameacas/
19/04/2024	Camponeses denunciam e enfrentam crimes do latifúndio	A Nova Democracia	https://anovademocracia.com.br/ma-camponeses-denunciam-e-enfrentam-crimes-do-latifundio/
09/05/2024	Falta de titulação faz do Maranhão o estado mais perigoso para quilombolas	Escola de Ativismo	https://escoladeativismo.org.br/falta-de-titulacao-faz-do-maranhao-o-estado-mais-perigoso-para-quilombolas/
14/06/2024	Quilombo Onça fala de risco de morte e novas ameaças	Agência Tambor	https://agenciatambor.net.br/direitos-humanos/santa-ines-quilombo-onca-denuncia-gravissimas-ameacas/
2024	Valéria da Conceição Silva: educação e fortalecimento da identidade quilombola	Futura / Fundação Rosa Luxemburgo (FRM)	https://futura.frm.org.br/conteudo/mobilizacao-social/noticia/terras-de-resistencia-luta-dos-quilombolas-da-regiao-de-santa
05/2024	Terras de Resistência: a luta dos quilombolas da região de Santa Inês e valorização da cultura	Fundação Rosa Luxemburgo / FRM	https://www.frm.org.br/conteudo/mobilizacao-social/noticia/terras-de-resistencia-luta-dos-quilombolas-da-regiao-de-santa
Mai/2024	Terras de Resistência: a luta dos quilombolas da região de Santa Inês	FRM / Fundação Rosa Luxemburgo	https://www.frm.org.br/conteudo/mobilizacao-social/noticia/terras-de-resistencia-luta-dos-quilombolas-da-regiao-de-santa
04/04/2025	“Porque enquanto houver resistência, haverá quilombo” – Quilombo Onça festeja retomada	Imperatriz Notícias	https://imperatriznoticias.ufma.br/quilombo-onca-festeja-retomada-em-meio-a-conflito/
04/04/2025	“Porque enquanto houver resistência, haverá quilombo” – Quilombo Onça festeja retomada e identidade cultural	Imperatriz Notícias	https://imperatriznoticias.ufma.br/porque-enquanto-houver-resistencia-havera-quilombo/
30/05/2025	Maranhão da Grilagem! Quilombolas ameaçados de morte em Santa Inês	Agência Tambor	https://agenciatambor.net.br/direitos-humanos/maranhao-da-grilagem-quilombolas-ameacados-de-morte-em-santa-ines/

04/07/2025	“Terra de Resistência”: podcast denuncia grilagem e insegurança alimentar em quilombo do Maranhão	Coar Notícias	https://coarnoticias.com.br/terra-de-resistencia-podcast-denuncia-grilagem-e-inseguranca-alimentar-em-quilombo-do-maranhao/
2025	Comunidade quilombola denuncia invasão em território	TV Mirante – JMTV 1ª Edição	https://globoplay.globo.com/v/10942230/
2025	Idoso é agredido no Quilombo Onça em Santa Inês	TV Mirante – JMTV 1ª Edição	https://globoplay.globo.com/v/12642431/

Fonte: autoria própria, 2025.

Com base nos dados apresentados na tabela, é possível inferir que o Quilombo Onça se tornou um símbolo vivo da resistência quilombola no Maranhão, enfrentando um processo contínuo de criminalização, ameaça e expropriação territorial. As recorrentes denúncias evidenciam não apenas a omissão do Estado, mas a persistência de estruturas de poder que operam contra os direitos fundamentais das comunidades negras rurais. Ao organizar cronologicamente essas notícias, torna-se ainda mais evidente o agravamento da violência e a urgência de políticas efetivas de proteção, titulação e justiça social. A luta do Quilombo Onça não é um caso isolado, mas parte de uma narrativa mais ampla de enfrentamento ao racismo estrutural, à desigualdade fundiária e à negação do direito ao território — uma luta que ecoa, com força e clareza, nas vozes de *A Claridade da Gente* e nas vivências que ela representa.

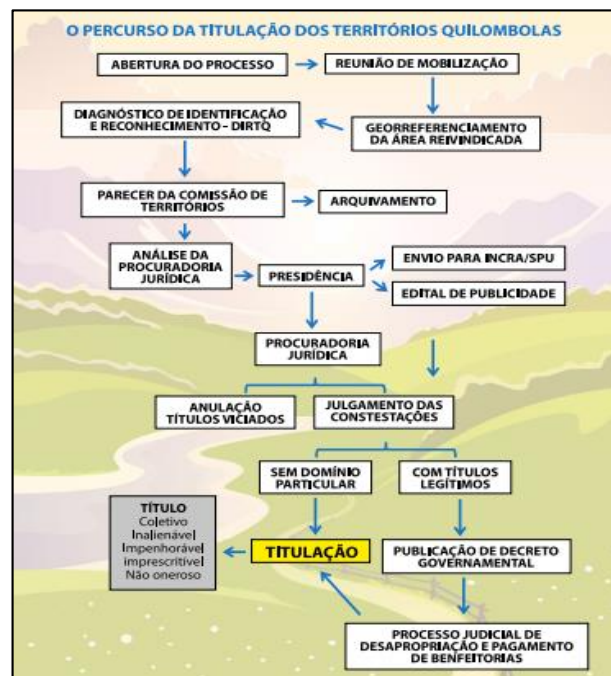
Diante do relato de D. Maria e os dados apresentados na Tabela 5, destaca-se a urgente regularização fundiária das comunidades quilombolas no Maranhão como uma política fundamental para garantir o direito à terra das populações negras tradicionais. Conforme o Instituto de Colonização e Terras do Maranhão (ITERMA), a titulação coletiva assegura a posse legal do território, bem como a continuidade cultural, social e econômica dos grupos quilombolas. Desde a promulgação do Decreto Estadual nº 32.433/2016, que regulamenta os procedimentos administrativos para a regularização, houve avanços significativos nas metodologias e nos marcos legais que regem os processos (Instrução Normativa Nº 01, 2020, p. 10).

Apesar desses avanços, a disparidade entre comunidades certificadas e tituladas ainda é grande. O Maranhão possui mais de mil comunidades quilombolas certificadas pela Fundação Cultural Palmares, sendo o estado com o maior número no Brasil. No entanto, até janeiro de 2024, apenas 73 comunidades haviam sido tituladas, de acordo com dados oficiais do ITERMA (ITERMA, 2024). Isso significa que a maioria absoluta dessas comunidades ainda vive sem segurança jurídica sobre os territórios que ocupam há gerações.

As comunidades tituladas estão espalhadas por diversos municípios do estado, e entre elas destacam-se Santa Tereza (Mirinzal), Santa Helena (Itapecuru Mirim), Usina Velha (Caxias), Santo Antônio dos Pretos (Codó), Cutia I e II (Matinha), Ipiranga (Viana), Achuí (Pinheiro/Santa Helena), Tijuca (Peri-Mirim), Condurus (Cururupu) e Deus Bem Sabe (Serrano do Maranhão), entre outras. Essas titulações envolvem diferentes formas jurídicas, como títulos de domínio, de reconhecimento de domínio e titulações coletivas, totalizando milhares de hectares reconhecidos como pertencentes aos grupos quilombolas (ITERMA, 2024).

O processo de titulação é composto por diversas etapas. No entanto, segundo o próprio ITERMA, muitos desses processos enfrentam entraves como sobreposição com imóveis particulares, terras federais, exigência de desapropriações e lentidão nos procedimentos cartoriais (Instrução Normativa Nº 01, 2020, p. 15). Além disso, comunidades que não possuem associações legalmente constituídas ou documentação atualizada acabam tendo seus processos paralisados. Veja a seguir a figura 23, elaborada pelo ITERMA, que apresenta as etapas do processo de titulação de uma comunidade quilombola:

Figura 23 - Fluxograma do percurso de titulação dos territórios



Fonte: ITERMA, 2021, p. 33.

A imagem apresenta um fluxograma detalhado do percurso da titulação dos territórios quilombolas no Brasil, destacando cada etapa necessária até a emissão do título coletivo de propriedade. O processo se inicia com a abertura oficial e reunião de mobilização, seguida pelo

diagnóstico de identificação e reconhecimento (DRTQ), etapa, na qual se encontra o Quilombo Onça atualmente. Esse momento é crucial, pois envolve o reconhecimento institucional da identidade quilombola da comunidade e a delimitação preliminar de seu território.

Destaca-se, desse modo, que essa ausência de formalização implica que a comunidade não foi incluída no conjunto de Territórios Quilombolas oficialmente delimitados para efeito de coleta de informações e análise do Censo Demográfico 2022. Segundo o IBGE,

para efeito de coleta das informações e análise dos resultados do Censo Demográfico 2022, o conjunto dos Territórios Quilombolas oficialmente delimitados foi formado por aqueles que apresentavam alguma delimitação formal no acervo fundiário do Incra ou dos órgãos com competências fundiárias nos estados e municípios na data de 31 de julho de 2022, data de referência da pesquisa. (IBGE, 2023, p. 16).

Dessa forma, a ausência de reconhecimento territorial impede que dados precisos sobre a população e as condições socioeconômicas do Quilombo Onça — assim como de muitos outros quilombos — sejam devidamente contabilizados nos levantamentos oficiais, o que dificulta a formulação e a implementação de políticas públicas específicas para essas comunidades. Essa invisibilização não constitui um mero entrave burocrático, mas integra um processo histórico de marginalização que atualiza, no presente, as consequências do colonialismo, perpetuando a exclusão territorial e social dos povos quilombolas.

No caso específico do Quilombo Onça, embora o território já se encontre em estágio inicial de reconhecimento, as invasões e pressões fundiárias relatadas por lideranças como Dona Maria Francisca não cessaram. Ainda assim, esse processo representa um passo fundamental rumo à conquista da segurança territorial e à efetivação dos direitos coletivos da comunidade, na medida em que inaugura uma possibilidade concreta de proteção jurídica frente às investidas externas.

Situação ainda mais grave enfrentam as comunidades quilombolas que sequer iniciaram o processo de titulação. Para esses grupos, a indefinição territorial configura uma ameaça permanente, marcada por conflitos com grandes empreendimentos, especulação fundiária, avanço do agronegócio e, em muitos casos, violência direta contra seus membros. Além da insegurança jurídica, a ausência do título dificulta o acesso a políticas públicas essenciais, como crédito rural, infraestrutura, educação diferenciada e serviços de saúde adequados às realidades quilombolas (ITERMA, 2021, p. 38). A titulação, portanto, constitui um elemento central para a proteção, a autonomia e a reprodução da vida quilombola no Maranhão.

Nesse sentido, o direito à terra deve ser compreendido como parte indissociável de um processo de reparação histórica devido aos povos quilombolas. Conforme destaca o ITERMA,

“o acesso à terra é um direito humano”, e a regularização fundiária dos territórios quilombolas expressa um compromisso ético com a justiça social e com a valorização da diversidade étnica e cultural maranhense (ITERMA, 2021, p. 9). Enquanto persistirem comunidades sem título definitivo, a política de regularização fundiária deve permanecer como prioridade na agenda do Estado.

Assim, a regularização dos territórios quilombolas não se reduz a uma medida administrativa, ao contrário, se inscreve como continuidade histórica das lutas por liberdade que marcaram a própria formação dos quilombos. A insurgência que, no passado, levou populações negras a romperem com a ordem escravocrata e a edificarem territórios autônomos, atualiza-se, no presente, na luta pela titulação e pela permanência nos espaços ancestrais. O Maranhão, com sua expressiva presença quilombola, evidencia a urgência de garantir o direito à terra como instrumento efetivo de justiça e reparação histórica.

Os relatos de lideranças como Valdivino Lopes e Dona Maria Francisca revelam, de forma contundente, as tensões fundiárias e as violências simbólicas e materiais impostas pelas forças do agronegócio, ao mesmo tempo em que reafirmam a dignidade e a força do povo da Onça em preservar sua cultura e seu modo de vida. Nesse contexto, manifestações culturais como o Boi Flor do Brasil e a produção artesanal assumem o papel de estratégias de insurgência frente à colonialidade ainda vigente, transformando o território em espaço de resistência, reexistência, criação e esperança.

É a partir dessa memória insurgente e dessa luta cotidiana pelo território que o Quilombo Onça, assim como mobilizado em *A Claridade da Gente*, deixa de ser apenas uma referência espacial ou temática para se constituir como território simbólico. Nele se condensam as marcas da colonialidade, da violência estrutural e, simultaneamente, das estratégias históricas de resistência e sobrevivência coletiva. Ao incorporar esse espaço à sua escrita, Paulo Rodrigues desloca o quilombo do lugar marginal a que foi historicamente relegado pelo discurso oficial e o reinscreve como centro de enunciação poética, política e epistemológica.

Nessa perspectiva, o Quilombo Onça configura-se como um território de resistência situado em uma região atravessada por projetos de desenvolvimento, exploração econômica e reordenamentos fundiários. A memória fundacional do enfrentamento com a onça, longe de pertencer apenas ao passado, permanece operando como matriz simbólica que orienta as formas de pertencimento, luta e afirmação identitária da comunidade, evidenciando a indissociabilidade entre território e existência quilombola.

A partir desse horizonte histórico, territorial e simbólico, torna-se possível compreender por que o Quilombo Onça assume centralidade em *A Claridade da Gente*, não apenas como

cenário, mas como matriz de sentido da poética de Paulo Rodrigues. O território, atravessado por memória, violência e resistência, converte-se em linguagem e estrutura os gestos estéticos do livro. É nesse contexto que se inscreve a poesia contra-hegemônica do autor, cuja escrita tensiona as lógicas coloniais de apropriação do espaço ao reinscrever, no plano estético, as experiências de territorialidade e desterritorialidade quilombola. Assim, a subseção seguinte dedica-se à análise dos poemas da obra, investigando como a linguagem poética constrói um território de disputa simbólica e política, no qual ancestralidade, corpo e história se articulam como formas de reexistência frente à colonialidade.

2.2 Poesia contra-hegemônica de Paulo Rodrigues: territorialidade e desterritorialidade quilombola em *A Claridade da Gente*

No presente trabalho, com a proposta de discutir a literatura maranhense como espaço das representações e visibilidade dos sujeitos marginalizados, em especial, dos corpos considerados não-hegemônicos pelo sistema-mundo moderno/colonial/capitalista/patriarcal, como os quilombolas, optou-se por analisar como a obra *A Claridade da Gente*, de Paulo Rodrigues, tensiona as estruturas de poder e revela as marcas da desigualdade social no processo de desterritorialização da terra onde estão os oprimidos, em específico, do Quilombo Onça.

Nessa dinâmica de rompimento da ligação entre um povo e o território que ocupa, que movimenta os abusos em relação à luta de território no interior do Maranhão e em outras localidades do país, Paulo Rodrigues critica a violência em torno da desterritorialização embasada em interesses políticos e econômicos em detrimento do apagamento, ou destruição, dos elementos simbólicos, identitários e culturais de populações que viviam nesses territórios e que sofrem com a exclusão socioespacial.

A compreensão do conceito de desterritorialização no contexto das lutas quilombolas exige uma abordagem que vai além da noção física de deslocamento. A literatura crítica, especialmente a partir da contribuição de Rogério Haesbaert (2004), evidencia que a desterritorialização envolve o desenraizamento e o enfraquecimento das identidades territoriais, configurando um processo de ruptura não apenas com o espaço material, mas também com as dimensões simbólicas e afetivas que estruturam a vida coletiva. Nesse sentido, a desterritorialização não é um fenômeno neutro: ela atinge de forma desigual os diferentes grupos sociais e impacta com maior violência aqueles que já se encontram em situação de vulnerabilidade, como os sujeitos que lutam pela terra, representados na obra de Paulo Rodrigues.

Convém ressaltar que *A Claridade da Gente* interage com um mundo que está em constante movimento e transformação. Assim, dentro de um contexto de relações socioculturais, os 38 poemas que compõem o livro materializam a ideia do social no texto ficcional, comprovando, desse modo, a relevância e a sutileza de um estudo que desenvolve uma reflexão levando a associação entre ficção e realidade.

Observa-se, desse modo, essa correspondência no próprio título que, ao ser analisado internamente, tem a seguinte compreensão: o artigo definido “a” determina o substantivo “claridade”, indicando que se trata de uma claridade específica. “Claridade” é o núcleo do sujeito, a palavra principal que indica a ideia central do termo. A preposição “de” unida ao artigo “a” (formando “da”) liga o substantivo “claridade” ao complemento “gente”. O termo “gente” atua como complemento nominal, indicando a quem a claridade pertence ou a quem está associada.

Percebe-se, então, que o poeta faz uso dessas estruturas da Língua Portuguesa para expressar a ideia de acender a luz para uma parcela da sociedade brasileira, como o próprio autor afirmou ao ser entrevistado, que vive as sequelas do processo de colonização, da escravatura e do mergulho profundo na máquina capitalista. O termo “A Claridade” expressa uma ideia ambivalente que contrasta simbolicamente com um passado, no qual as minorias viveram por muito tempo, na invisibilidade; e remete, ao mesmo tempo, a um futuro idealizado que alude ao desejo de uma sociedade transformada pela luz da justiça e da igualdade. O termo “da gente” consegue expressar uma ideia de apontamento, implícito, para uma minoria social que é contemplada nos versos.

Ao ler a obra na íntegra, o leitor desperta uma certa proximidade emocional com os sujeitos representados nos poemas. É possível perceber, desse modo, que o contexto social contribui para a compreensão dos aspectos internos da obra, visto que todo e qualquer significado de uma estrutura linguística é construído socialmente. Nesse sentido, averigua-se que ambas as perspectivas, interna e externa, estão intimamente relacionadas, como afirma Antonio Candido (2006):

Hoje sabemos que a integridade da obra não permite adotar nenhuma dessas visões dissociadas; é que só a podemos entender fundindo texto e contexto numa interpretação dialeticamente íntegra, em que tanto o velho ponto de vista que explicava pelos fatores externos, quanto o outro, norteado pela convicção de que a estrutura é virtualmente independente, se combinavam como momentos necessários do processo interpretativo. (Candido, 2006, p. 13-14).

Nesse cenário, percebe-se que é cada vez maior o entendimento de que a obra pode ser analisada por vários ângulos interpretativos, de modo que o estudo seja alicerçado e enriquecido

por outras áreas do conhecimento e, conseqüentemente, por outros pontos de vistas. O sociólogo brasileiro reitera ainda que nenhuma dessas abordagens, interna e externa, isoladamente, é suficiente para interpretar uma obra de maneira íntegra. Em vez disso, defende uma fusão dialética entre texto e contexto, ou seja, uma leitura que reconheça tanto os aspectos internos da obra (estrutura, linguagem, organização) quanto os fatores externos (condições históricas, sociais e ideológicas) que influenciam sua criação e recepção.

Nessa perspectiva, afirma Cândido: “A criação literária corresponde a certas necessidades de representação do mundo, às vezes como preâmbulo a uma práxis socialmente condicionada” (Candido, 2000, p. 65). Em outras palavras, a criação literária não é um fenômeno isolado ou puramente estético, mas está ligada a uma vontade de compreender e expressar a realidade. Além disso, a literatura pode contribuir para transformar a sociedade, servindo como um espaço de questionamento, crítica e inspiração para novas formas de pensamento e comportamento.

Com efeito, a obra, na tentativa de representação, leva o leitor a refletir sobre as múltiplas significações que podem ser construídas no texto literário, principalmente no poema. Os estudos contemporâneos apontam para a compreensão de que o fazer literário é uma espécie de prisma que capta a realidade e a transforma. Assim, é possível perceber a interação bilateral que existe entre o texto literário e a sociedade. Dessa forma, a literatura se revela como uma representação estética capaz de suscitar transformação e engajamento social, reafirmando a indissociável ligação entre a obra literária e o mundo que a circunda.

Parafraseando Antônio Candido (2007), a liberdade criativa do poeta depende de muitos fatores, entre eles, as condições do meio, a tradição histórica, que lhe oferece exemplos, e, sobretudo, a originalidade pessoal, que lhe permite criar sentidos a partir dos significados já existentes. Assim, a criação poética é um equilíbrio entre influências contemporâneas, legados históricos e inovação individual, resultando em obras que apesar de inovadoras, são enraizadas em seu contexto sociocultural.

Nesse sentido, destaca-se que a criação poética de Paulo Rodrigues — em especial a obra aqui analisada — dialoga de modo direto com os pressupostos teóricos decoloniais. Tais pressupostos podem ser compreendidos como um conjunto de respostas críticas às forças opressoras de matriz eurocêntrica que, desde a modernidade, impuseram — e continuam a impor — as regras do jogo social nas relações engendradas pelo processo civilizatório moderno.

Sob essa perspectiva, Walter Dignolo (2022, p. 2) afirma que “o pensamento e a ação descoloniais surgiram e se desdobram, do século XVI em diante, como respostas às inclinações opressivas e imperiais dos ideais europeus modernos orientados para o mundo não europeu

onde são acionados”. Ao formular o referido argumento, o autor refere-se ao início da colonização europeia e à consolidação do sistema-mundo moderno/colonial, no qual a Europa se institui como centro produtor de conhecimento e poder, relegando outros povos e territórios a posições subalternas na hierarquia epistemológica e política.

Frente à teoria decolonial, nota-se que *A Claridade da Gente* pode ser compreendida como uma forma de crítica social, pois dá visibilidade a grupos de mulheres, crianças, trabalhadores rurais, quilombolas, garimpeiros, moradores de rua, entre outros que foram historicamente silenciados pelas colonialidades e marginalizados tanto pela sociedade quanto pela literatura. Sob essa ótica, destaca-se a conceituação de colonialidade que, de acordo com Mignolo (2022, p. 2), “é assumidamente a resposta específica à globalização e ao pensamento linear global, que surgiram dentro de histórias e sensibilidades da América do Sul e do Caribe”. Desse modo, compreende-se que as colonialidades que permeiam a obra do poeta maranhense são uma construção que nascem da experiência concreta dos povos latino-americanos e caribenhos que vivenciaram diretamente as consequências do colonialismo e da modernidade.

A obra de Paulo Rodrigues expressa um olhar crítico sobre as desigualdades sociais no Brasil e evidencia a persistência de estruturas coloniais que historicamente tentam silenciar determinados sujeitos e territórios. Nesse sentido, sua poesia vai além da tematização da resistência, instaurando-a no próprio gesto de escrita, ao tensionar convenções formais e exigir do leitor um engajamento interpretativo ativo e aprofundado.

Dessa forma, a resistência se manifesta simultaneamente como tema e como processo construtivo, em consonância com a reflexão de Alfredo Bosi (2002). Ao distinguir esses dois níveis, o crítico observa que “aclarar a diferença entre tempos de aceleração da luta social e tempos lentos e difusos de aparente estagnação política ajuda-nos a compreender a distinção entre resistência como tema da narrativa e resistência como processo construtivo de uma certa escrita” (p. 125). A poética de Paulo Rodrigues materializa essa concepção ao incorporar, em sua forma e em sua linguagem, os ritmos, as tensões e as rupturas próprias desses distintos tempos históricos, tornando-se, assim, instrumento de resistência e de denúncia social.

O primeiro desses aspectos diz respeito aos momentos de intensa mobilização coletiva, nos quais os conflitos sociais e as reivindicações políticas ganham maior visibilidade. Nesses contextos, a resistência manifesta-se de maneira explícita e direta, tornando-se tema recorrente tanto nas narrativas históricas quanto nas literárias. Revoluções, levantes populares e grandes manifestações sociais figuram, com frequência, como acontecimentos emblemáticos desse tipo de resistência.

Em *A Claridade da Gente*, essa dimensão torna-se evidente em diversos poemas, especialmente em “O latifúndio tem o paletó sujo de sangue”, no qual o poeta rememora a chacina de trabalhadores rurais em Eldorado dos Carajás, evidenciando a violência estrutural do latifúndio e a resistência dos sujeitos envolvidos, com destaque para a atuação das lideranças femininas na luta pelo direito à terra.

O LATIFÚNDIO TEM O PALETÓ SUJO DE SANGUE⁵

o jornal noticia
que se passaram vinte e cinco anos
da chacina dos trabalhadores rurais
em Eldorado dos Carajás.

uma foto com as covas
em fila
mostrou-me o medo
em preto e branco.

homens olhavam de lado
nunca em direção aos caixões.
os meninos juntavam raízes
como se adivinhassem
o aumento da conta.

não sei se Dorothy Stang
estava lá.

se ela chorou.

se Valentim Serra
falou de amor e outras quinquilharias.

Jane Julia sofreu emboscada,
mas não entregou a foice

nem a revolução.
(Rodrigues, 2023, p. 35)

O poema representa o trabalho no campo como uma atividade marcada pela exploração, precariedade e violência, evidenciando a opressão dos trabalhadores, o assassinato de lideranças camponesas, o trabalho infantil e a destruição de territórios. Nele, destaca-se a opressão imposta pelo latifúndio, ressaltando como a lógica do poder e da propriedade impõe sofrimento aos que dependem da terra para sobreviver. Assim, Paulo Rodrigues, ao dar espaço a essas experiências, constrói um panorama crítico da vida no campo, expondo a marginalização e a vulnerabilidade dos sujeitos que sustentam a economia agrária, muitas vezes à custa de suas próprias vidas.

⁵ Este poema receberá maior atenção analítica na seção 3 deste trabalho.

O Massacre de Eldorado dos Carajás, ocorrido em 17 de abril de 1996, permanece como um dos episódios mais brutais da história contemporânea brasileira. A chacina, que vitimou dezenove trabalhadores rurais sem-terra durante uma manifestação organizada pelo MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra), expôs a violência estrutural contra os que lutam pelo direito à terra. Segundo o escritor e jornalista Eric Nepomuceno (2011, p. 19-20), que investigou profundamente o caso, analisando inquéritos e colhendo dezenas de depoimentos em diversas cidades, o ocorrido na Curva do S, trecho da rodovia PA-150, “foi uma das mais frias e emblemáticas matanças da história contemporânea do país [...] uma carnificina brutal, um massacre que permanece impune”.

O jornalista afirma ainda que pelo menos cinco das vítimas foram alvos previamente escolhidos, o que reforça o caráter planejado da ação e a conivência institucional na repressão ao movimento. Esse massacre sintetiza a lógica de criminalização das lutas populares e a permanência de estruturas fundiárias excludentes, em que o Estado, em vez de mediar conflitos agrários, frequentemente atua como agente da repressão e da desterritorialização de comunidades camponesas. Nesse sentido, Paulo Rodrigues consegue expressar, na síntese dos seus versos, a grandiosidade expressiva do massacre.

Ademais, a segundo aspecto destacado por Bosi, diz respeito a tempos lentos e difusos de aparente estagnação política, referindo-se a períodos em que não há uma mobilização evidente, mas isso não significa ausência de resistência; pelo contrário, nesses momentos, a resistência pode operar de maneira mais sutil e estrutural, como na preservação de memórias, na transmissão de saberes marginalizados e na produção de novas formas de escrita e pensamento. Aqui, a resistência ultrapassa a condição de tema narrativo, constituindo-se como um processo construtivo que transforma a maneira como a própria escrita se organiza.

Dessa forma, *A Claridade da Gente* se alinha à noção de que a literatura pode ser um espaço de insurgência e ruptura com discursos hegemônicos. Esse movimento reflete a ideia de que a literatura não apenas representa a realidade, mas também a transforma, como aponta Bosi (2002, p. 135), “a narrativa lírica, quando atinge certo grau de intensidade e profundidade, supera a rotina da percepção cotidiana e liberta a voz de tudo quanto esta abafou ou apartou da conversa”. À vista disso, a poesia presente em *A Claridade da Gente* reconfigura a percepção do leitor ao confrontá-lo com realidades marginalizadas, desafia a naturalização das hierarquias impostas pela colonialidade e resiste a essa imposição ao apresentar um universo simbólico enraizado nas vivências de grupos subalternizados, criando um espaço discursivo de valorização de suas histórias e experiências.

Além disso, a liberdade criativa do poeta, conforme assinala Antônio Candido (2007), encontra-se intrinsecamente vinculada às condições sociais e históricas que moldam sua produção. Em *A Claridade da Gente*, a tradição da poesia brasileira marcada por gestos de resistência cultural é retomada e atualizada na escrita de Paulo Rodrigues, que se apropria da linguagem como ferramenta de questionamento da ordem estabelecida e de revelação das contradições sociais que estruturam a realidade brasileira. Como destaca Candido, a criação literária responde a uma necessidade de representação do mundo e pode funcionar, em determinados contextos, como um prenúncio de transformações sociais.

Nessa perspectiva, os versos de *A Claridade da Gente* ultrapassam a denúncia das desigualdades e violências históricas, configurando-se como instrumento de reconstrução simbólica da realidade, ao reinscrever memórias, experiências e saberes silenciados no campo da linguagem poética.

Essa dimensão é perceptível em diversos poemas da obra, mas manifesta-se de modo particularmente significativo em “Solicite um orçamento de esperança”. Nesse poema, o autor constrói seu discurso por meio de uma economia verbal rigorosa e de jogos imagéticos precisos, conduzindo o leitor a refletir sobre os processos de preservação da memória e de transmissão de saberes vinculados, por exemplo, às comunidades quilombolas. Vejamos o poema:

Solicite um orçamento de esperança

o Baobá abaixa-se
para ficar na altura
das crianças

eles não brincam
não quebram os galhos das árvores
não sorriem
apenas se jogam no chão;
Mariposa sem asas.

as panelas fervem raízes,
os homens firmam varas e panos,
as nuvens aceleram a tempestade

o menino encara a mãe
e sorrir.
(Rodrigues, 2023, p. 91).

No primeiro verso, “o Baobá abaixa-se”, é possível notar que o autor desperta a atenção do leitor para traços da resistência do povo negro, ao personificar o baobá, uma árvore que carrega uma simbologia forte na cultura africana e contribui para a transmissão de valores e

conhecimentos sociais, culturais, históricos e religiosos nas comunidades afrodescendentes que se consolidaram, no Brasil, após a “abolição” da escravatura. Sobre esse sentido simbólico do Baobá, Maurício Waldman (2012) comenta:

Dignificados enquanto marco identitário, os Baobás confirmam um mandato repassado por gerações que habitam o reino dos antepassados, ciosamente resguardado em nome da tradição. Assim, bem mais que uma árvore, o Baobá é, por excelência, o guardião de sentidos e significados endossados pelos povos da África, pelas suas sociedades e culturas, seus modos de ser, suas aspirações, expectativas de vida e religiosidade. (Waldman, 2012, p. 25).

Entende-se do enunciado que os povos remanescentes quilombolas ainda se apegam a alguns elementos da cultura africana para manter a identidade coletiva de seus grupos. No segundo e terceiro versos do poema, “para ficar na altura/ das crianças”, segundo a cultura dessas comunidades, o baobá, no ato de curvar-se para os mais jovens, representa a transmissão de sabedoria e força às novas gerações, essencial para a manutenção da identidade, da luta e, portanto, da existência desses grupos.

Nos 4 primeiros versos da segunda estrofe, “eles não brincam/não quebram os galhos das árvores/não sorriem/apenas se jogam no chão”, a voz poética enumera algumas ações que são evitadas e, nesse sentido, apontam para o respeito que as crianças têm aos anciãos representados pela figura do baobá. Essa relação entre os dois grupos citados no poema, crianças e anciãos, deve ser fortalecida e mantida para que um dia as comunidades remanescentes dos quilombos gozem de liberdade plena. Quando o poeta compara implicitamente as crianças com “Mariposas sem asas”, no último verso, ele usa a linguagem metafórica para reforçar a dependência existente nessa relação, pois essas comunidades, assim como as mariposas precisam de suas asas para voar, as crianças dependem dos anciãos, mais sábios, para manterem o espírito de resistência. A ausência das asas pode simbolizar a falta ou a perda de proteção espiritual, de conhecimento, remetendo a um estado de vulnerabilidade espiritual e social. Nesse contexto, o Baobá personifica essa proteção da qual as crianças precisam.

É possível destacar também que, ao ressignificar a palavra *Baobá*, através da personificação, a voz poética corresponde ao que Antonio Candido denomina como linguagem figurada do poema, tendo em vista que o texto lírico pode ser formado por dois tipos de linguagem: “A linguagem do poema se forma de palavras em seu sentido próprio e de palavras em seu sentido figurado, sendo estas de sentido figurado espontâneo, corrente e de sentido figurado voluntário, elaborado” (Candido, 2007, p. 153). Observa-se, desse modo, que o poema

“Solicite um orçamento de esperança” traz essa junção da linguagem denotativa com a linguagem figurada. Nas duas últimas estrofes, por exemplo, o autor faz uso de uma linguagem no sentido literal, a fim de apresentar uma aproximação maior entre ficção e realidade e representar os valores sociais comuns aos grupos referenciados no poema.

Na terceira estrofe, “as panelas fervem raízes, / os homens firmam varas e panos, / as nuvens aceleram a tempestade”, a significação do poema é complementada com a referência que o poeta faz às atividades desenvolvidas nessas comunidades. Cozinhar raízes é uma prática comum em muitas comunidades afrodescendentes devido ao valor nutritivo das raízes como inhame, mandioca, batata-doce. Estas raízes são uma fonte importante de carboidratos e outros nutrientes essenciais, que representam, desse modo, sustento e sobrevivência.

Dito isso, fica evidente que os aspectos geográficos, históricos e culturais das comunidades tradicionais apontam para a resistência quilombola e estão atrelados à territorialidade, pois é através do território que esses grupos mantêm a sua existência física, espiritual e cultural. Os homens preparando varas e panos sugerem uma organização e prontidão para enfrentar desafios iminentes, simbolizando a resistência ativa e a união comunitária contra as adversidades nos quilombos brasileiros. Os versos nos levam à reflexão de que a manutenção da vida cotidiana, com foco nas atividades manuais e a transmissão dos valores comunitários, colabora para a perpetuação desses grupos na contemporaneidade. Nessa perspectiva, Beatriz Nascimento (2021) afirma que:

Numerosas foram as formas de resistência que o negro conservou ou incorporou na luta árdua pela manutenção da sua identidade pessoal e histórica. No Brasil, poderemos citar uma lista desses movimentos que, no âmbito “doméstico” ou social, se tornam mais fascinantes quanto mais se apresenta sua variedade de manifestações: de caráter linguístico, religioso, artístico, social e político (...) Trata-se do quilombo (kilombo), que apresentou na história do nosso povo um marco na sua capacidade de resistência e organização. (Nascimento, 2021, p. 153).

De acordo com Nascimento, essas comunidades remanescentes são verdadeiros espaços de tentativa de manutenção das tradições, sejam elas religiosas, sociais ou políticas. Sob essa ótica, o autor maranhense Paulo Rodrigues representa, em sua poética, essa força que nos faz refletir sobre todas as vivências que foram descritas em seus poemas.

Para encerrar, na última estrofe do poema, “o menino encara a mãe/e sorrir”, observa-se que a voz poética finaliza o poema reforçando a ideia de esperança apresentada logo no título do poema, pois o gesto pode ser visto como um sinal de resistência, mostrando que, mesmo diante de condições difíceis, há espaço para a esperança e a luta pela dignidade.

Diante do exposto, compreende-se que, no poema “Solicite um orçamento de esperança”, a predominância de substantivos desempenha um papel crucial na construção de imagens que representam a transmissão das interações descritas. Pelo título, o autor já demonstra a preferência por nomes que remetem ao contexto de resistência quilombola: orçamento e esperança. Substantivos que não apenas descrevem elementos físicos, mas também evoca sentimentos e cenários complexos que materializam a representação dessa minoria marginalizada. Esse aspecto é perceptível na construção de toda a obra, o que configura, em linhas gerais, o estilo literário do autor.

Verifica-se que Paulo Rodrigues explora a questão da luta pela terra, a necessidade de uma reforma agrária e a manutenção identitária de grupos quilombolas. É perceptível que as personagens têm uma ligação muito íntima com os espaços que deveriam pertencer a elas. O autor descreve a relação existente entre os sujeitos e a natureza de modo que levam o leitor a refletir o quanto o território é importante para consolidação da identidade coletiva desses sujeitos negros que almejam a terra para a manutenção da vida.

Vale destacar que, embora seja uma obra contemporânea, publicada em 2023, Paulo Rodrigues promove uma reflexão sobre problemáticas históricas que ainda persistem na atualidade. Nesse contexto, ressaltamos os dados referentes ao Censo Demográfico de 2022, realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), que trouxe informações inéditas sobre a população quilombola no Brasil, destacando a invisibilidade histórica desse grupo e a necessidade de políticas públicas voltadas à garantia de seus direitos.

De acordo com o levantamento, “a população quilombola residente no Brasil é 1.327.802, correspondendo a 0,66% da população” (IBGE, 2023, p. 39), isto é, esses números evidenciam a importância de reconhecer a territorialidade quilombola e as formas de resistência desses povos, que continuam a enfrentar desafios relacionados à regularização fundiária, ao acesso a serviços básicos e à preservação de suas tradições culturais. Ressalta-se que o Maranhão é segundo estado com a maior população quilombola do Brasil:

O Maranhão é a Unidade da Federação que apresenta o segundo quantitativo mais elevado de população quilombola, concentrando 269 168 pessoas quilombolas, o que corresponde a 20,24% da população quilombola recenseada. Somando a população quilombola da Bahia e do Maranhão, tem-se 50,12% da população quilombola concentrada nesses dois estados. (IBGE, 2023, p. 80).

Nesse contexto, destaca-se a importância da reflexão apresentada neste trabalho, uma vez que a expressiva presença quilombola no Maranhão, com 269.168 pessoas autodeclaradas quilombolas, evidencia a força da ancestralidade e da resistência negra no estado, refletindo-se

também na produção literária regional. Na obra *A Claridade da Gente*, a referência ao Quilombo Onça resgata essa memória coletiva e reforça a importância da territorialidade quilombola como espaço de identidade e luta. Assim, a literatura surge como um meio de dar visibilidade a essa realidade, denunciando a marginalização histórica e reafirmando a necessidade de reconhecer os quilombos como de pertencimento.

O documento destaca ainda que a ocupação dos territórios quilombolas segue um modelo tradicional baseado no uso coletivo da terra:

Reunindo sob a categoria de “remanescentes das comunidades dos quilombos” os indivíduos pertencentes à grande diversidade de comunidades quilombolas, comunidades negras rurais, terras de preto, terras de santo, mocambos, entre outras denominações regionais e locais, o texto constitucional reconhece o dever do Estado na garantia da segurança territorial desses grupos, atribuindo-lhes um novo estatuto social e jurídico. Em diferentes situações geográficas, os quilombolas produzem e ocupam seus territórios na contemporaneidade, dando continuidade à ocupação tradicional configurada pelo uso coletivo da terra, pelas relações de parentesco e pela reprodução de seus hábitos e práticas. (IBGE, 2023, p. 14).

No trecho, observa-se que, em diferentes contextos geográficos, essas comunidades seguem ocupando seus espaços de maneira tradicional, reafirmando sua existência e garantindo a continuidade de suas práticas. Além disso, destaca o reconhecimento jurídico e social das comunidades quilombolas no Brasil, destacando a diversidade de nomenclaturas que representam esses grupos em diferentes regiões. Ao enquadrá-los como “remanescentes das comunidades dos quilombos”, a Constituição assegura, ou melhor dizendo, deveria assegurar a essas populações um estatuto diferenciado, fundamentado na garantia de seus direitos territoriais.

Entende-se, desse modo, que a ideia de territorialidade está atrelada à de território. Nessa ótica, o geógrafo Haesbaert (2004, p. 20) afirma: “O território, imerso em relações de dominação e/ou de apropriação sociedade-espaço, desdobra-se ao longo de um continuum que vai da dominação político-econômica mais concreta ‘e funcional’ à apropriação mais subjetiva e/ou ‘cultural-simbólica’”. Nesse sentido, entende-se que o território apresenta um significado ambivalente que leva em conta não só espaço físico e seus recursos naturais, mas também as relações entre sociedade e espaço, assim como as construções simbólicas desenvolvidas nessa interação. Tais relações podem variar desde o controle político-econômico, que é direto e funcional, até a apropriação cultural, que é mais simbólica e subjetiva. Desse modo, o território vai além de um espaço geográfico, assumindo também a condição de expressão do poder e dos significados culturais que a sociedade lhe atribui.

Esse entendimento nos leva a compreender o conceito de territorialidade que, de acordo com Haesbaert (2004, p. 21), “além de incorporar uma dimensão estritamente política, diz respeito também às relações econômicas e culturais”. Assim, o geógrafo brasileiro ressalta que a territorialidade, no contexto quilombola, vai além da dimensão política, incluindo relações econômicas e culturais. Ou seja, não se trata apenas de controlar o território, mas de como os recursos são geridos e distribuídos de acordo com as tradições da comunidade.

Além disso, o território carrega significados culturais profundos, sendo um espaço de identidade, memória coletiva e práticas que sustentam a autonomia e a resistência histórica dos quilombolas. E a literatura cede espaço para a voz desses sujeitos, apresentando o descontentamento com as opressões e a reivindicação pelo direito à terra, ressaltando a luta histórica dos quilombolas pela permanência em seus territórios. Esse direito, no entanto, continua sendo negado diariamente em território brasileiro, como é possível observar ao longo dos poemas que compõem o *corpus* desta pesquisa.

Nesse cenário, observa-se que os grupos que vivem às margens almejam, mesmo que minimamente, a concretização do sentimento de pertencimento. Sob esse viés, Maria Geralda de Almeida (2010, p. 44) reforça que “a territorialidade considera tanto as questões de ordem simbólico-cultural, como também enfatiza o sentimento de pertencimento a um dado território”. Desse modo, mediante a leitura e análise de *A Claridade da Gente*, percebe-se que os corpos negros quilombolas tentam manter sua existência através do contato com a terra, com a natureza e com valores simbólicos que são construídos nessa relação.

Para ilustrar o exposto, Paulo Rodrigues, no poema “Reforma Agrária”, destaca como as marcas da opressão ainda persistem, atualmente, em especial, na comunidade quilombola Onça:

Reforma agrária

Pedro e Luciana abraçam
a Castanheira
como se fosse uma menina
recém-nascida.

retiraram o feijão
da mochila com cuidado.

as formigas passeiam entre os seios,
ele pensa nos filhos
e nem percebe.

os tiros atravessaram
os dois, na mesma altura.
as mãos unidas
em comunhão com as folhas.

o assassino revirou o lixo
do lado de dentro;
colocou uma rosa
ao lado da marmita.
(Rodrigues, 2023, p.89).

O poema “Reforma Agrária” envolve o leitor em um jogo sincrônico entre fantasia e realidade e apresenta de forma clara as consequências de um processo de colonização descrito com sutileza em cada verso. Nesse sentido, Frantz Fanon (1968) destaca que “a guerra continua. E durante anos ainda teremos que cuidar das feridas, por vezes indeléveis, causadas aos nossos povos pela onda colonialista” (p. 251). Não é preciso uma leitura demorada para deparar-se com a representação dessa violação dos corpos negros nos poemas de Paulo Rodrigues.

De forma específica, o poema está dividido em cinco estrofes, sem rimas, sem metrificção e com versos livres. Contém a predominância de substantivos, que são utilizados para criar imagens vívidas e detalhadas da cena e dos personagens. A presença dos substantivos como “castanheira”, “formigas”, “tiros” e “rosa” são cruciais para a construção metafórica e contrastante que caracteriza o poema. Os verbos também desempenham um papel importante ao descreverem ações e movimentos, mas são os substantivos que realmente ancoram versos e dão vida às suas metáforas e cenas. O uso reduzido de adjetivos e pronomes contribui para a precisão e o impacto do poema, permitindo que as palavras escolhidas tenham um efeito expressivo maior.

Nos primeiros versos, averigua-se a conexão que os sujeitos Luciana e Pedro têm com a natureza: “abraçam a Castanheira como se fosse uma menina recém-nascida”. Essa sintonia materializa a ideia de territorialidade que, de acordo com Paul Little (2002, p. 3), “é o esforço coletivo de um grupo social para ocupar, usar, controlar e se identificar com uma parcela específica de seu ambiente biofísico”. No poema, a voz poética metaforiza essa relação, ao comparar a Castanheira com um recém-nascido, caracterizando a ideia de cuidado, atenção e a aproximação que a natureza requer dos sujeitos assim como um bebê requer dos seus cuidadores. O afeto pelo território é representado, nesse contexto, como um elemento essencial à representação da territorialidade, necessária à construção da identidade coletiva dos quilombolas. Esse aspecto ratifica as ideias de Haesbaert e Maria Geralda quando dão ênfase à sintonia que os sujeitos estabelecem com o território.

Nos versos seguintes, a voz poética leva o leitor a mergulhar em um ambiente característico do manejo com a terra e, para isso, utiliza palavras do campo semântico da agricultura, como “feijão, formigas, folhas, marmita”, criando a atmosfera das vivências em

territórios rurais e evidenciando as atividades manuais ainda presentes nesses ambientes que resistem à força capitalista e industrial. O cuidado ao retirar o feijão da mochila reforça a ideia de permanência e a continuidade dos modos de vida tradicionais intimamente ligados ao território. E que ainda estão presentes nessas comunidades.

Na terceira estrofe, o poema apresenta uma quebra de expectativa, e o leitor é surpreendido pela forma como é descrita a violência contra Luciano e Pedro: “os tiros atravessaram os dois, na mesma altura. As mãos unidas em comunhão com as folhas”. A situação mencionada é a representação da realidade de muitas comunidades quilombolas no Brasil, que são marginalizadas e, portanto, marcadas por um apagamento social. A violência física é a maneira mais fácil que o opressor, geralmente representado pela figura do fazendeiro, utiliza para manter a hegemonia de poder e o apagamento desses corpos.

A voz poética finaliza o poema usando uma imagem paradoxal ao apresentar o assassinato colocando uma rosa ao lado da marmita, justamente para reforçar que os grupos quilombolas, apesar das tentativas de resistência, ainda são vistos socialmente como frágeis e indefesos, dependentes da terra para manter sua existência. A rosa ao lado da marmita apresenta uma ironia amarga sobre a violência que interrompeu vidas dedicadas ao trabalho e ao sustento da terra. No verso “As mãos unidas em comunhão com as folhas”, verifica-se que mesmo após a morte, os corpos mantêm uma ligação simbólica com elementos do território, neste caso, com as folhas.

A imagem da última estrofe do poema sublinha a complexidade do contato com a terra, que envolve luta, sacrifício e persistência, refletindo a continuidade das referências simbólicas no imaginário coletivo. Isso mostra que a conexão entre os sujeitos e a terra é tão íntima ao ponto de consolidar simbolicamente a existência, conforme afirmado por Ilka Leite (2000, p. 344): “a terra é o que propicia condições de permanência e continuidade das referências simbólicas importantes para a consolidação do imaginário coletivo, e os grupos chegam por vezes a projetar nela sua existência”. Nesse sentido, a terra se torna um elemento importante para esses grupos que precisam materializar a sua existência através de uma relação com a natureza, que vai além do geográfico.

Com base nas ideias exploradas nos parágrafos anteriores, destaca-se que o poema “Reforma Agrária” revela uma sintonia da terra com os personagens Luciana e Pedro. O espaço geográfico é visto não apenas como um espaço físico, mas como um símbolo vital de sua identidade e resistência. Através da metáfora da Castanheira e do manejo da terra, os versos evocam a territorialidade como um esforço coletivo para preservar as tradições e os modos de

vida ancestrais. Essa possibilidade de ressignificação, através da linguagem metafórica, exemplifica o pensamento de Antonio Candido (2007) quando explica:

A mudança de sentido, faz da imagem e da metáfora um recurso admirável de reordenação do mundo, segundo a lógica poética. Mas, a metáfora vai mais fundo, graças a transposição, abrindo caminho para uma expressividade mais agressiva, que penetra com força a sensibilidade, impondo-se pela analogia criada arbitrariamente. (p.138)

Logo, percebe-se que Paulo Rodrigues faz uso desse recurso poético para suscitar uma expressividade maior. A imagem final da rosa ao lado da marmitta, paradoxalmente bela e trágica, ressalta a dualidade do nexos dos quilombolas com a terra: de um lado, fonte de sustento e identidade; do outro, alvo de conflitos e violência. Entende-se, desse modo, que as interligações formais do poema nos levam a esse entendimento, reforçando o pensamento de Antonio Cândido, quando ele diz que a interpretação de uma obra advém da ligação entre as estruturas internas e externas. Assim, os versos com predominância de substantivos e ausência de adjetivos caracterizam um estilo do autor que reflete na maneira como ele representa a luta pela sobrevivência física e a batalha contínua pela preservação de um legado cultural e espiritual dos grupos marginalizados frente às adversidades contemporâneas.

Dito isso, é possível inferir que *A Claridade da Gente* oferece uma estrutura ficcional que materializa a representação dos povos quilombolas na busca pelo direito à terra ao destacar a forte conexão entre esses sujeitos e os territórios. A obra explora como a territorialidade, conforme conceituada pelos teóricos supracitados, vai além da mera posse de terra, incorporando dimensões políticas, econômicas e, principalmente, simbólicas. O território, assim, é entendido não apenas como um espaço geográfico, mas como um local de memória, identidade e resistência. A literatura, nesse contexto, configura-se como uma ferramenta importante para interpretar e dar espaço às lutas de grupos marginalizados, como as comunidades tradicionais, ao trazer à tona a importância da terra na manutenção de suas tradições, na afirmação de sua existência e consequentemente na busca por pertencimento e autonomia.

Os dados do Censo dialogam diretamente com expressividade denunciadora do poema “Reforma agrária”. Além da questão agrária, a invisibilidade das vítimas e a apropriação simbólica de sua existência após a morte, representada pela rosa deixada ao lado da marmitta, refletem um processo mais amplo de apagamento social. Desse modo, como os personagens do poema têm suas vidas interrompidas sem qualquer possibilidade de justiça, os quilombolas frequentemente enfrentam expulsões de suas terras sem que suas vozes sejam ouvidas.

O fato de o assassino “revirar o lixo do lado de dentro” sugere a perversidade do sistema que, após dizimar corpos, tenta ressignificá-los de forma cínica e desumanizadora. Esse apagamento dialoga com os dados do Censo que, ao mapear a população quilombola pela primeira vez, expõe a negligência histórica em relação a esses grupos. A literatura de Paulo Rodrigues, portanto, funciona como um grito de denúncia ao colocar em tela a permanência da colonialidade no campo e a urgência de políticas que garantam direitos básicos, como a regularização fundiária e o acesso a condições dignas de vida. Nessa perspectiva, Haesbaert (2021) afirma que:

Dos movimentos sociais urbanos aos dos povos originários, invoca-se o território não como simples espaço “sob controle”, “de segurança física”, mas também como espaço de vivência e apropriação simbólica. [...] esses grupos de longa data transformam o espaço e elaboram territorialidades pautadas em um sentido distinto àquele de muitos grupos hegemônicos, o do território como território de vida (humana e não-humana), condição da própria existência do grupo. (Haesbaert, 2021, p.139)

Diferente da visão hegemônica, que reduz o território a um recurso a ser explorado, os movimentos sociais urbanos e os povos originários o concebem como um “território de vida”, essencial para a manutenção de suas existências e de suas relações com o ambiente. Essa perspectiva reforça a ideia de que a territorialidade ultrapassa o domínio geopolítico, configurando-se como construção de significados e resistências, em que a cultura, a memória e a conexão com a terra desempenham um papel central na luta por direitos e reconhecimento.

Sobre o deslocamento forçado de populações marginalizadas pela modernidade/colonialidade, o filósofo indígena Ailton Krenak (2020) rebate fortemente a ideia de humanidade separada da terra da seguinte forma:

Os únicos núcleos que ainda consideram que precisam ficar agarrados nessa terra são aqueles que ficaram meio esquecidos pelas bordas do planeta, nas margens dos rios, nas beiras dos oceanos, na África, na Ásia ou na América Latina. São caiçaras, índios, quilombolas, aborígenes – a sub-humanidade. Porque tem uma humanidade, vamos dizer, bacana. E tem uma camada mais bruta, rústica, orgânica, uma sub-humanidade, **uma gente que fica agarrada na terra**. Parece que eles querem comer terra, mamar na terra, dormir deitados sobre a terra, envoltos na terra. A organicidade dessa gente é uma coisa que incomoda, tanto que as corporações têm criado cada vez mais mecanismos para separar esses filhotes da terra de sua mãe. “Vamos separar esse negócio aí, gente e terra, essa bagunça. É melhor colocar um trator, um extrator de terra. Gente não, gente é uma confusão. (p. 21-22 – grifo nosso)

A “gente”, em destaque, para Krenak e para Rodrigues são as figuras que permeiam os poemas, os não-hegemônicos, que sofrem por projetos de interesse político-econômicos que reverberam a lógica colonial de dominação dos sujeitos e dos territórios no Brasil, em

específico, no Maranhão. Essa relação simbiótica com a terra, que deveria ser valorizada como expressão de um modo de vida sustentável e enraizado, é tratada como “bagunça” pelas corporações e elites econômicas, que enxergam o território apenas como recurso a ser explorado. A tentativa de romper esse vínculo entre “gente e terra” não é apenas uma operação econômica, mas uma violência epistemológica e existencial que reforça os mecanismos de desterritorialização e exclusão.

Nesse sentido, Rogerio Haesbaert (2012, p. 22) reforça que vivemos hoje um cenário em que “promove-se [...] um intenso movimento de exclusão territorial, de impossibilidade concreta de inserção nas formas mais elementares de territorialização”. Trata-se da negação do direito à moradia, à reprodução social e à sobrevivência digna. Essa exclusão atinge os chamados aglomerados humanos de exclusão. Nas palavras do geógrafo:

Diante de uma realidade latino-americana, onde a desterritorialização como precarização territorial e a instabilidade socioespacial são tão evidentes, foi possível identificar também o que denominei “aglomerados humanos de exclusão”. Nesses espaços de profunda exclusão –ou, na leitura sociológica de José de Souza Martins, de inclusão muito precária– percebe-se que a luta por território é uma luta, ao mesmo tempo, por acesso à terra enquanto base de reprodução material, e luta por reconhecimento e/ou manutenção de uma identidade cultural – que, neste caso, pode ser concebida também como territorial. (Haesbaert, 2021, p. 270)

Observa-se que experiência com o território é marcada por perdas sucessivas, apagamento cultural e violência institucionalizada. Nessa perspectiva, a desterritorialização vivida pelos quilombolas não se limita ao deslocamento compulsório, mas constitui-se como uma operação sistemática de destruição de vínculos e referências identitárias construídas historicamente a partir do pertencimento à terra. Assim, o livro de Paulo Rodrigues pode ser lido como uma reterritorialização discursiva, que recusa o apagamento e reinscreve, pela palavra, a memória e a dignidade de um povo sistematicamente silenciado.

Além disso, a luta dessas populações não se encerra com a desterritorialização. Ela dá lugar a processos de reterritorialização, nos quais o grupo busca ressignificar sua relação com o espaço e reconstruir sua territorialidade em novas condições. Haesbaert (2004, p. 12) argumenta que “um ator ou grupo quando desterritorializa outro [...] perfaz, também, uma reterritorialização em outra escala de atuação, redefinindo parcelas de suas práticas sociais”. No caso dos quilombolas, a resistência poética, cultural e política se torna uma forma de reterritorialização simbólica, ao reivindicar, mesmo em contextos adversos, o direito à memória, à identidade e à continuidade de suas práticas socioculturais. Assim, a obra de Paulo

Rodrigues emerge como instrumento potente de denúncia e reconstrução territorial por meio da palavra poética.

Logo, sob a ótica da teoria decolonial, compreende-se que a violência estrutural, denunciada no poema, não pode ser interpretada como um vestígio isolado de um passado colonial já superado, e sim como parte constitutiva das engrenagens que organizam o presente. Trata-se de uma lógica de poder que se atualiza continuamente por meio da concentração fundiária, da criminalização dos movimentos sociais e da naturalização da morte e da exclusão de determinados corpos, sobretudo aqueles historicamente racializados e territorializados como subalternos. Nesse sentido, a colonialidade vai além de um evento histórico, assumindo a forma de um padrão persistente de dominação que atravessa as dimensões econômica, política, social e simbólica da sociedade brasileira.

A análise do poema “Reforma agrária” evidencia, assim, como a violência no campo se articula à manutenção de privilégios herdados do sistema colonial, revelando a terra não apenas como espaço físico, mas como território de disputa de sentidos, identidades e modos de vida. Ao expor a assimetria das relações de poder que sustentam essa configuração, o poema desestabiliza o discurso hegemônico que promove a ideia de harmonia social e de igualdade racial no Brasil, denunciando o caráter ideológico desses mitos fundadores. Desse modo, a poesia de Paulo Rodrigues convoca o leitor a uma leitura crítica da realidade nacional, na qual as relações de dominação são desnaturalizadas e recolocadas no centro do debate, afirmando a literatura como espaço de resistência epistemológica e política frente à permanência das desigualdades estruturais.

Para mais, no poema “Uma herança para Filó” é possível perceber a disputa pela terra e, conseqüentemente, pela manutenção da identidade quilombola. A violência descrita por Paulo Rodrigues corrobora a ideia de que a modernidade esconde um lado obscuro da construção social do Ocidente (Mignolo, 2022), especialmente, no Brasil. A camuflagem da modernidade é justificada pelas práticas econômicas que, desde o processo de colonização, alicerçaram a conjuntura do continente americano, considerando as vidas humanas pelo critério da raça, como algo irrelevante e não mais importante do que a busca pela obtenção de lucro.

Uma herança para Filó

o patrão cuspiu no jardim

arrancou as flores
das melancias
e dançou
como se emplacasse um gol.

derrubou os sonhos,
as cercas,
a paz.

(só os olhos do Lavrador resistiram).

o fogo
devorou a casa
e a filha mais nova

a foice abriu
o proprietário
ao meio

e a propriedade
não faliu.
(Rodrigues, 2023, p. 21).

No poema “Uma herança para Filó”, Paulo Rodrigues constrói uma cena de violência extrema que condensa, em poucos versos, a lógica histórica da dominação colonial e capitalista no espaço agrário brasileiro. A figura do “patrão” emerge como síntese simbólica do poder fundiário e racializado, cujo exercício se dá não apenas pela posse da terra, como também pela capacidade de violentar corpos, destruir culturas e apagar futuros. Quando o eu lírico afirma que o patrão “cuspiu no jardim” e “arrancou as flores / das melancias”, o gesto ultrapassa o plano literal da devastação da lavoura e assume uma dimensão simbólica: trata-se da profanação do trabalho alheio, da negação do valor da vida cultivada e da interrupção de um ciclo produtivo que garante subsistência, memória e continuidade comunitária.

A violência não se limita à dimensão econômica. Ao “derrubar os sonhos, / as cercas, / a paz”, o poema explicita que a opressão incide simultaneamente sobre o imaginário, o território e o direito à existência digna. A cerca, tradicionalmente associada à delimitação da propriedade privada, aparece aqui como instrumento de controle e exclusão, reafirmando a lógica colonial da terra como mercadoria e não como espaço de vida. Nesse sentido, o poema dialoga diretamente com a crítica decolonial à colonialidade do poder, conforme formulada por Aníbal Quijano, ao evidenciar que raça e economia seguem articuladas na produção da desigualdade estrutural no Brasil.

O verso isolado — “(só os olhos do Lavrador resistiram)” — introduz uma inflexão ética e poética decisiva. A resistência não se manifesta pela força física, mas pelo olhar, isto é, pela memória, pela consciência e pela recusa simbólica à total aniquilação. O lavrador, mesmo destituído de sua terra, de sua casa e de sua família, preserva um núcleo de humanidade que escapa à dominação absoluta. Essa resistência silenciosa pode ser lida à luz das reflexões de Achille Mbembe (2018) sobre a necropolítica, na medida em que o poema revela como

determinados corpos são colocados em zonas de morte, em que a vida é continuamente ameaçada e desvalorizada.

A imagem do fogo que “devorou a casa / e a filha mais nova” intensifica o caráter trágico da cena, deslocando a violência do campo material para o plano do irreparável. A destruição da casa representa a eliminação do espaço de proteção e pertencimento, enquanto a morte da criança simboliza o extermínio do futuro, da continuidade geracional e da esperança. Essa associação entre violência territorial e eliminação da infância reforça a leitura de que o sistema colonial-capitalista opera por meio de uma lógica de extermínio seletivo, historicamente dirigida às populações negras, quilombolas e camponesas.

O desfecho do poema radicaliza a crítica ao sistema de propriedade: “a foice abriu / o proprietário / ao meio / e a propriedade / não faliu”. Aqui, Paulo Rodrigues desmonta qualquer ilusão de justiça reparadora. Mesmo diante da morte do opressor, a estrutura que sustenta a exploração permanece intacta. A propriedade, enquanto instituição, sobrevive aos indivíduos, evidenciando que a violência não pode ser atribuída a ações isoladas; ela decorre de um sistema que se autoalimenta. Esse trecho dialoga diretamente com a crítica marxista e decolonial ao caráter fetichizado da propriedade privada, que se mantém como eixo organizador das desigualdades sociais e raciais.

Ao representar a violência contra comunidades quilombolas por meio da destruição das roças, do incêndio das casas e do assassinato de seus membros, o poema inscreve a experiência histórica desses grupos no centro da cena poética. Os sujeitos quilombolas contemporâneos, assim como os personagens do poema, vivem sob a tensão constante entre o pertencimento ancestral à terra e os dispositivos modernos de exclusão, que operam tanto pela força armada quanto pela omissão do Estado. O território, nesse contexto, não é apenas um espaço físico, mas um lugar de memória, identidade e resistência coletiva.

Do ponto de vista formal, a escolha por versos curtos, ações diretas e verbos de impacto “cuspiu”, “arrancou”, “dançou”, “derrubou”, “devorou”, confere ao poema uma cadência seca e brutal, que mimetiza a violência narrada. A ausência de adornos linguísticos reforça a sensação de frieza e desumanização, característica dos sistemas de dominação colonial e capitalista. Ao mesmo tempo, essa economia verbal funciona como gesto ético, recusando a estetização da violência e colocando o leitor diante de sua materialidade crua.

Por fim, ao mobilizar a noção de herança, o poema sugere que a luta pela terra e a resistência à colonialidade são legados históricos transmitidos entre gerações. Essa perspectiva encontra ressonância nas reflexões de Beatriz Nascimento (2021), para quem o quilombo constitui um código de resistência que se atualiza historicamente, reagindo tanto ao

colonialismo de fato quanto ao colonialismo cultural. Assim, “Uma herança para Filó” insere-se na tradição da literatura de resistência ao reinscrever a experiência quilombola como centro de enunciação, afirmando a poesia como espaço de denúncia, memória e reexistência frente às violências persistentes da colonialidade do poder.

O controle da terra pelos fazendeiros e a violência enfrentada por esses grupos revelam a complexidade da relação entre território e identidade quilombola. O poema “Carpideiras da madrugada” apresenta de forma contundente e reforça a violência contra corpos negros na tentativa de silenciamento desses sujeitos:

Carpideiras da madrugada

João de Manoel Antônio
nasceu agarrado ao arame,
verde como a esperança
(que se vestia de guerreiro)
no olho da mangueira.

olhos de fauna
fotografava grilos e gafanhotos.

a polícia comparou as imagens:
oito tiros na boca.

a mãe e a irmãs abraçaram a camisa branca .
o corpo seguiu
arrastado pelos pés
(Rodrigues, 2023, p. 97)

O título “Carpideiras da madrugada” estabelece uma relação direta entre a tradição cultural das carpideiras e o luto imposto às mulheres negras e periféricas que perdem seus filhos e familiares para a violência sistêmica. Historicamente, as carpideiras eram mulheres contratadas para chorar os mortos em rituais fúnebres, tornando o luto um ato público e reconhecido pela comunidade. No entanto, no contexto do poema, essas carpideiras não são figuras contratadas ou institucionalizadas, mas mães, irmãs e mulheres periféricas que, sem escolha, assumem esse papel diante da brutalidade cotidiana imposta à população negra.

A madrugada, presente no título, simboliza o espaço do esquecimento e da invisibilidade. Diferente das carpideiras tradicionais, cujo pranto era legitimado culturalmente, as carpideiras do poema choram na escuridão, sem que sua dor seja reconhecida pela sociedade. O autor utiliza essa metáfora para evidenciar como a colonialidade naturaliza a morte dos corpos negros e exclui seus lutos do espaço público, transformando o sofrimento dessas mulheres em algo silencioso e clandestino.

A polícia, ao “comparar as imagens”, transforma o espaço de vida em um território de morte e de injustiça, reforçando a colonialidade do poder que impõe controle e violência sobre corpos racializados. Assim, materializa-se o pensamento do sociólogo peruano, quando ele diz que “a raça é o mais eficaz instrumento de dominação” (Quijano, 2005, p. 138). Ademais, os “oito tiros na boca” não são apenas um ato de violência física, mas uma tentativa de silenciamento, anulando a voz de quem pertence a esse território e busca manter a sua existência. O verso “o corpo seguiu arrastado pelos pés” representa a desumanização imposta pelo poder colonial. Nesse sentido, é possível observar que o poema expõe o modo como, na grande maioria das vezes, os corpos negros são tratados pela polícia.

O poema articula sua estrutura interna e externa para expressar a brutalidade da violência policial. Internamente, frases curtas e imagens fortes constroem uma narrativa de nascimento e morte, na qual a metáfora do “arame” sugere um destino aprisionado. Externamente, a crueza da linguagem reflete a desumanização imposta ao corpo negro, evidenciada no verso “oito tiros na boca” e no arrasto pelo chão. A sintaxe direta e os cortes abruptos intensificam a sensação de ruptura e dor, reforçando a crítica à persistência da violência contra populações marginalizadas. Assim, ao nomear o poema “Carpideiras da madrugada”, Rodrigues denuncia não apenas a violência racializada, mas também o apagamento simbólico das dores e da resistência dessas mulheres, cujo lamento ecoa sem resposta.

Um detalhe marcante nos dois poemas, aqui analisados, é a nomeação dos personagens, um recurso que o poeta utiliza para humanizar as vítimas e, de certa forma, para retirá-las do anonimato imposto pela violência. Em “Carpideiras da madrugada”, João de Manoel Antônio não é apenas uma vítima anônima, mas alguém com uma história, com “olhos de fauna” que capturavam a beleza do mundo antes de serem brutalmente silenciados. Já em “Uma herança para Filó”, o nome Filó remete à herança de dor e resistência deixada pela violência do patrão. Ao nomear seus personagens, o poeta subverte o apagamento histórico dos marginalizados, conferindo-lhes presença e memória na atmosfera poética, impedindo que se tornem apenas estatísticas da brutalidade social.

As personagens descritas em muitos dos poemas de Paulo Rodrigues, em *A Claridade da Gente*, exemplificam a luta que os povos quilombolas enfrentam na busca pela efetivação do direito à terra. Observa-se, assim, que a literatura tem sido palco de representação das opressões sociais e, conseqüentemente, possibilita-nos compreender a lógica do poder com base na ideia de colonialidade analisada por muitos teóricos que abordam uma perspectiva decolonial. É perceptível que, na contemporaneidade, a colonialidade continua a influenciar a

organização do poder, do conhecimento e da cultura, mesmo após o fim formal do colonialismo. Desse modo, entende-se que a colonialidade é um sistema de dominação e controle que persiste nas estruturas sociais e nas práticas culturais ocidentais, perpetuando desigualdades e hierarquias globais.

À vista disso, diante da construção poética de Paulo Rodrigues, ressalta-se que os aspectos externos ganham contorno, quando analisados juntamente com as estruturas internas dos poemas, uma vez que Paulo Rodrigues tem a sensibilidade de captar o mundo à sua volta, mas é a materialização dessa visão que consegue externar a sua leitura do mundo através do trabalho cuidadoso com a linguagem adequada a determinadas estruturas como a do poema. Isso revela que o fazer literário é uma construção dialética que não perde o seu caráter de reflexão ao longo tempo e consegue sustentar a base de muitos estudos teóricos da contemporaneidade, como por exemplo, o texto de Paulo Rodrigues pode nos ajudar a entender o conceito de desterritorialização que levanta muitos debates no campo das ciências sociais.

Portanto, a relação entre literatura e sociedade, especialmente sob a ótica da teoria decolonial, evidencia como a poesia pode desempenhar um papel ativo na crítica ao sistema que perpetua desigualdades. Logo, *A Claridade da Gente* exemplifica essa relação ao propor, por meio de suas imagens e metáforas, uma reflexão sobre a persistência da colonialidade no Brasil contemporâneo, haja vista que, ao transformar a linguagem poética em ferramenta de resistência, a obra reafirma o potencial transformador da literatura e sua capacidade de desvelar verdades históricas silenciadas. Assim, os poemas de Paulo Rodrigues não apenas narram a resistência, mas se tornam, eles próprios, parte do processo de luta contra as estruturas de poder hegemônicas.

Com base nesta análise, infere-se que a obra de Paulo Rodrigues coloca em tela como a modernidade e o capitalismo, com seus discursos de progresso e desenvolvimento, continuam a ocultar as formas de exploração e violência que afetam diretamente os povos marginalizados, especialmente os quilombolas. Ao expor a violência estrutural que se perpetua através de práticas econômicas desumanas, o autor denuncia a continuidade da lógica colonial, que ainda organiza as relações de poder no Brasil e em outras partes da América Latina.

Nesse contexto, destaca-se que a colonialidade é vista como uma lógica central que moldou a civilização ocidental e continua a influenciar o presente. Essa lógica vai além dos atos históricos da colonização, manifestando-se em várias esferas da vida social. Embora o colonialismo, enquanto evento histórico, possa ser reconhecido como algo do passado, a lógica da colonialidade persiste, operando de maneira sutil e, por vezes, até camuflada. É crucial,

portanto, reconhecer essa influência contínua e trabalhar para desconstruir as estruturas que ainda sustentam as relações globais de poder e conhecimento.

Em *A Claridade da Gente*, a colonialidade é desvelada ao romper esses aspectos com a camuflagem das opressões na contemporaneidade. Sobre isso, Walter Mignolo (2022, p. 2) afirma que “A colonialidade nomeia a lógica subjacente da fundação e do desdobramento da civilização ocidental desde o Renascimento até hoje, da qual colonialismos históricos têm sido uma dimensão constituinte, embora minimizada”. Observa-se, desse modo, que há uma minimização do colonialismo histórico. A sociedade tem a ideia equivocada de que as relações de poder, advindas de uma visão eurocentrada, foram extinguidas, quando, na verdade, ainda é possível presenciar diariamente as marcas desse processo. Nesse sentido, é compreensível que a estrutura de poder nasce no contexto da imposição da visão europeia na sociedade latino-americana, especialmente na sociedade brasileira. Nesse contexto, afirma Quijano (2005):

A estrutura de poder foi e ainda segue estando organizada sobre e ao redor do eixo colonial. A construção da nação e sobretudo do Estado-nação foram conceitualizadas e trabalhadas contra a maioria da população, neste caso representada pelos índios, negros e mestiços. A colonialidade do poder ainda exerce seu domínio, na maior parte da América Latina, contra a democracia, a cidadania, a nação e o Estado-nação moderno. (Quijano, 2005, p. 135).

A formação do Estado-nação, em vez de incluir as diversas etnias que compõem a população, foi dirigida contra a maioria representada por indígenas, negros e mestiços, consolidando uma exclusão sistemática. A colonialidade do poder ainda domina as relações sociais e políticas, perpetuando uma ordem que desfavorece a democracia, a cidadania plena e a inclusão no Estado-nação moderno.

O capitalismo pode ser entendido, então, como uma vertente da modernidade que disfarça e perpetua a colonialidade do poder. Nessa ótica, Walter Mignolo (2022, p. 4) destaca que “ocultadas por trás da retórica da modernidade, práticas econômicas dispensavam vidas humanas, e o conhecimento justificava o racismo e a inferioridade de vidas humanas, que eram naturalmente consideradas dispensáveis”. A citação aponta para a modernidade como uma fachada que encobre práticas econômicas desumanas, em que vidas humanas eram e ainda são tratadas como descartáveis, especialmente as de grupos marginalizados. Sob o pretexto de progresso e desenvolvimento, a exploração de pessoas através do trabalho escravo e outras formas de opressão é disfarçado. O conhecimento científico da época também foi manipulado para justificar teorias racistas, rotulando certos grupos como naturalmente inferiores.

Em *A Claridade da Gente* reconhece-se a herança do modelo colonial de trabalho, em que o subalternizado se configurava por meio da desumanização, do embrutecimento e da animalização desses corpos descartáveis. Conforme Quijano (2005, p. 135): “Os senhores brancos latino-americanos, donos do poder político, de servos e de escravos, não tinham interesses comuns, e sim exatamente antagônicos aos desses trabalhadores, que eram a avassaladora maioria da população dos novos Estados”.

Quijano enfatiza a oposição entre os senhores brancos que detinham o poder político e econômico na América Latina e a vasta maioria da população formada por trabalhadores, servos e escravos. Enquanto os senhores buscavam proteger e ampliar seus privilégios, os trabalhadores lutavam por melhores condições e justiça. Esse descompasso entre os interesses da elite dominante e a realidade da grande maioria subjugada evidenciava a desigualdade marcante nas novas repúblicas latino-americanas, nas quais a população oprimida tinha pouca ou nenhuma influência nas decisões políticas. É perceptível que no cenário contemporâneo não é diferente, apesar dos avanços, os grupos inferiorizados ainda são, na sua grande maioria, marginalizados por conta da raça.

Ressalta-se, desse modo, que as marcas do colonialismo ainda persistem. Nas palavras do autor peruano: “A dominação é o requisito da exploração, e a raça é o mais eficaz instrumento de dominação que, associado à exploração, serve como o classificador universal no atual padrão mundial de poder capitalista” (Quijano, 2005, p. 138). Nessa perspectiva, compreende-se que a dominação é necessária para a exploração e, nesse contexto, a raça se tornou uma ferramenta eficaz à manutenção da hegemonia do colonizador. No sistema capitalista global, a raça é usada para classificar e dividir as pessoas, justificando e sustentando a exploração ao criar hierarquias sociais e econômicas. Assim, a combinação de raça e exploração serve como um parâmetro geral de classificação, contribuindo para a manutenção das desigualdades no contexto do poder capitalista atual.

Dessa forma, *A Claridade da Gente* ultrapassa a simples denúncia de injustiças pontuais e se consolida como um projeto poético radicalmente comprometido com a crítica à colonialidade do poder e às engrenagens excludentes que estruturam o Estado-nação moderno. Ao articular memória, território e resistência, a obra evidencia que a modernidade, conforme assinala Mignolo (2022), sustenta-se sobre um lado obscuro, alicerçado na exploração racializada, no epistemicídio e na negação sistemática de direitos aos sujeitos subalternizados. Nesse cenário, a poesia de Paulo Rodrigues afirma-se como poesia contra-hegemônica, na medida em que tensiona os discursos dominantes, desloca o centro da enunciação e inscreve no campo literário vozes, experiências e saberes historicamente marginalizados.

Assim, sua escrita opera como prática de desobediência epistêmica, pois rompe com a lógica colonial que subalterniza determinados corpos e territórios, e reinscreve as experiências quilombolas como produtoras legítimas de conhecimento, história e sentido. Ao iluminar feridas históricas ainda abertas, a linguagem poética transforma-se em gesto político e a literatura assume o papel de espaço de disputa simbólica e de reexistência. A “clareza”, portanto, deixa de figurar como promessa abstrata de inclusão futura e se afirma como reivindicação concreta de presença, voz e territorialidade, reafirmando o direito coletivo de existir, narrar a própria história e permanecer no território como ato contínuo de resistência decolonial e contra-hegemônica.

3 POÉTICA DA TERRA FERIDA: memória, corpo e território nas dinâmicas de violência e resistência/reexistência em *A Claridade da Gente*

O trabalho rural no Brasil constitui uma categoria marcada por dimensões históricas, sociais e culturais, configurando-se como um dos pilares estruturantes das relações sociais desde o período colonial até a contemporaneidade. O campo brasileiro foi palco de disputas violentas por território e trabalho, nas quais o acesso à terra sempre esteve vinculado à manutenção de relações desiguais e opressoras. A lógica do latifúndio, marcada pela concentração fundiária, estabeleceu um modelo de exploração que subjugou e ainda submete a grande maioria dos trabalhadores rurais, perpetuando a exclusão sociocultural e econômica.

Nesse contexto, o trabalhador rural deixa de ser apenas executor de uma função econômica para configurar-se como sujeito histórico, portador de memória coletiva e de identidade forjada na luta por terra e direitos. Essa historicidade é essencial para compreender o trabalho no campo como um espaço de resistência, onde o corpo do trabalhador se torna campo de disputa entre opressão e autonomia. Essa condição está diretamente ligada ao processo histórico de apropriação do território brasileiro iniciado com a colonização. Como observa Manuel Correia de Andrade: “Os portugueses, ao conquistarem o Brasil, se apropriaram do seu espaço geográfico e o fizeram com vistas à expansão do capitalismo mercantil, a fim de obter espaços produtores de matérias-primas para o mercado europeu” (Andrade, 2004, p. 78).

Inicialmente, a apropriação do território brasileiro não se deu por meio da propriedade privada da terra, mas pela exploração predatória de recursos naturais, especialmente o pau-brasil, destinada a atender à demanda europeia. Com o avanço da colonização, porém, os colonizadores passaram a desenvolver a agricultura com utilização intensiva de capital e mão de obra escrava, inaugurando uma lógica territorial baseada na expropriação e na violência, cujos efeitos recaem historicamente sobre os trabalhadores do campo (Andrade, 2004, p. 78).

O sistema das sesmarias consolidou essa estrutura desigual e, como destaca Andrade (2004, p. 79), “O sistema das sesmarias predominou em todo o período colonial, e nele o sesmeiro tinha apenas a posse da terra e não o domínio da mesma”. Esse regime jurídico-político não representava um acesso democrático ao território; funcionava como um mecanismo a serviço da colonização e da expansão do capitalismo mercantil, legitimando a concentração fundiária e naturalizando a expropriação. Assim, a terra passou a ser utilizada de forma intensiva, subordinando os corpos ao trabalho forçado e instaurando uma estrutura agrária

profundamente desigual, cujos efeitos se prolongam para além do período colonial, sustentando práticas de marginalização territorial e social que ainda atravessam o espaço rural brasileiro.

Para além da dominação e exclusão, é fundamental reconhecer as dinâmicas de resistência/reexistência que atravessam a história do campo. A negação do acesso à terra não produziu sujeitos passivos e, conforme enfatiza Clóvis Moura (1981), os trabalhadores e comunidades subalternizadas desenvolveram múltiplas formas de organização, enfrentamento e luta por sobrevivência e dignidade. Nesse sentido, a disputa pelo território deve ser compreendida como um campo de conflitos permanentes, no qual os grupos subalternizados contestaram a ordem escravocrata e as estruturas que sustentavam a desigualdade social e agrária, como reforça Andrade ao afirmar que

é falsa a ideia, muito difundida, de que não houve grande reação à escravidão no Brasil, pelos excluídos. Na verdade, a história brasileira é uma luta permanente dos excluídos pelo acesso à terra e pela obtenção de direitos ligados à possibilidade de sua exploração (Andrade, 2004, p. 80).

Essa luta se manifesta em conflitos abertos, como demonstra Andrade ao afirmar que “merece referência a chamada Guerra dos Bárbaros, no Nordeste, quando os fazendeiros convocaram bandeirantes paulistas para exterminar os grupos indígenas do sertão nordestino que invadiam as suas fazendas e disputavam a água” (Andrade, 2004, p. 80). Os conflitos em torno da terra e dos recursos naturais evidenciam que a resistência dos grupos subalternizados esteve longe de ser episódica ou marginal. Em vista disso, a Guerra dos Bárbaros não pode ser compreendida apenas como um episódio isolado, mas como expressão de uma luta estrutural pelo território, na qual a defesa da terra e da água pelos povos indígenas e quilombolas confrontava diretamente o avanço do latifúndio e a lógica colonial de apropriação, reafirmando que o campo sempre foi um espaço de disputa.

A compreensão do trabalho rural no Brasil exige, desse modo, reconhecer que sua constituição histórica está atravessada por relações de exploração e desigualdade. Como sintetiza Makino (2022, p. 44): “A história rural brasileira é uma história de luta, de exploração e de resistência dos trabalhadores no campo, no Brasil [...] seja na antiga escravidão, seja no trabalho assalariado precário, seja em arranjos como a parceria, o arrendamento e o trabalho análogo ao de escravo”. Nesse sentido, conforme o autor, essas relações sempre foram marcadas por desigualdades estruturais, diretamente articuladas à questão fundiária: “o monopólio da terra faz com que trabalhadores rurais dependam da venda de sua força de trabalho para sobreviver, criando relações profundamente desiguais entre aqueles que detêm a propriedade

fundiária e aqueles que apenas dispõem de sua capacidade de trabalho” (Makino, 2022, p. 32). A terra, assim, configura-se como instrumento de controle social, submetendo o trabalhador rural a uma condição de dependência estrutural.

Desse modo, a precarização do trabalho no campo não pode ser compreendida como fenômeno circunstancial. Nas palavras de Makino (2022, p. 44), “os trabalhadores rurais, aqueles que realmente pegavam (e pegam) no cabo da enxada, nunca tiveram uma vida fácil no Brasil”. Essa condição é agravada pela atuação do próprio Estado, que, segundo o autor, “na prática, não é incomum ver as forças do Estado (Judiciário e Polícia) reprimindo os posseiros e legalizando os roubos de terras feitos pelos grileiros” (Makino, 2022, p. 55), consolidando um cenário de violência estrutural e conflito permanente no campo brasileiro.

É nesse contexto histórico e social que o trabalho rural se afirma como categoria poética, encontrando na literatura um espaço privilegiado para expressar sofrimento, luta e memória coletiva. Desde o Romantismo, e de forma mais contundente no Modernismo, a literatura brasileira desempenhou papel central na denúncia das injustiças no campo, deslocando progressivamente o eixo de representação da cidade para as múltiplas realidades do Brasil profundo. A literatura regionalista, nesse processo, contribuiu para a construção de uma consciência crítica da diversidade social, cultural e histórica do país, rompendo com a centralidade urbana como parâmetro exclusivo de legitimação estética e simbólica. Como assinala Alfredo Bosi (2006):

Alguns dos nossos regionalistas precederam, em contexto diferente, o vivo interesse dos modernos pela realidade brasileira total, não apenas urbana. Hoje, quando já se incorporaram à nossa consciência literária o alto regionalismo crítico de Graciliano Ramos e a experiência estética universal do regionalista Guimarães Rosa, é mais fácil reconhecer o trabalho paciente e amoroso de um Valdomiro e de um Simões Lopes, voltados para a verdade humana da província; e tanto mais convence esse esforço quando nele entrevemos, para além da fruição do pitoresco, a pesquisa de uma possível poética da oralidade (Bosi, 2006, p. 170).

Ao analisar essa tradição, Alfredo Bosi destaca que alguns regionalistas precederam o interesse moderno pela “realidade brasileira total”, não restrita ao espaço urbano. Para o crítico, autores como Valdomiro Silveira e Simões Lopes Neto realizaram um “trabalho paciente e amoroso” voltado à “verdade humana da província”, superando a mera fruição do pitoresco e investindo na construção de uma poética da oralidade. Essa formulação é fundamental, pois desloca o regionalismo de uma posição subalterna no cânone literário para reconhecê-lo como espaço de elaboração estética rigorosa e de escuta das experiências sociais marginalizadas.

Essa leitura de Bosi dialoga diretamente com o conceito de colonialidade do poder, formulado por Aníbal Quijano, ao evidenciar que a hierarquização entre urbano e rural, erudito e popular, letrado e oral não se mostra neutra, constituindo-se como resultado de uma matriz colonial que organiza saberes, territórios e sujeitos. A desvalorização histórica da oralidade e das culturas do campo inscreve-se, portanto, em um processo mais amplo de subalternização epistemológica, no qual apenas determinados modos de conhecimento são reconhecidos como legítimos. Nesse sentido, a “poética da oralidade”, identificada por Bosi, pode ser lida, retrospectivamente, como uma fissura na lógica colonial do saber, ainda que formulada antes da sistematização teórica da decolonialidade.

Walter Mignolo (2017) aprofunda essa discussão ao afirmar que a modernidade se sustenta pela ocultação de sua face colonial, operando por meio do apagamento de epistemes não hegemônicas. À luz dessa perspectiva, o regionalismo crítico, tal como interpretado por Bosi, revela-se um antecedente importante das práticas contemporâneas de desobediência epistêmica, ao reinscrever no campo literário vozes, linguagens e experiências historicamente marginalizadas pelo projeto moderno-colonial.

É nesse ponto que *A Claridade da Gente*, de Paulo Rodrigues, se insere e se atualiza como continuidade e deslocamento dessa tradição. A obra articula experiência social e elaboração estética ao ouvir e traduzir a oralidade, os gestos cotidianos e as memórias do mundo rural em linguagem poética, sem submetê-los a enquadramentos urbanos, folclóricos ou exotizantes. O campo, em sua poesia, não é objeto distante de observação, mas território vivido, marcado por conflitos, afetos e resistências, no qual sujeitos quilombolas e trabalhadores rurais emergem como produtores de sentido e de história.

Dessa forma, a poesia de Paulo Rodrigues pode ser compreendida como poesia contra-hegemônica, pois tensiona a hierarquia colonial dos saberes ao legitimar a oralidade e a experiência rural como fundamentos estéticos e políticos. Ao dialogar com a tradição regionalista analisada por Bosi e, ao mesmo tempo, aproximar-se das formulações de Quijano e Mignolo, *A Claridade da Gente* evidencia que a literatura do campo não pertence ao passado; ela se configura como um espaço contemporâneo de resistência decolonial, no qual a palavra poética se converte em instrumento de denúncia e reexistência territorial

É nesse contexto que se inserem os poemas “O latifúndio tem o paletó sujo de sangue”, “Reforma agrária”, “Êxodos” e “Fiandeiras”, cujos versos evidenciam a violência estrutural, os deslocamentos forçados, as práticas de resistência e o desgaste do corpo submetido ao trabalho rural. Ao superar o pitoresco, a poesia afirma o trabalhador do campo como sujeito histórico e

político, articulando corpo, memória, luta e geografia em uma dimensão estética comprometida com a crítica social e com a denúncia das desigualdades no espaço agrário brasileiro.

Nesse sentido, *A Claridade da Gente* mobiliza o trabalho rural como categoria histórica marcada pela concentração fundiária e pela permanência do conflito, mas também pela resistência contínua dos sujeitos do campo. Ao converter essa experiência em elaboração poética, a obra conecta memória, corpo e território em um gesto literário de denúncia e reexistência, abrindo caminho para a compreensão das tensões que atravessam a relação entre terra, violência e disputa no espaço rural brasileiro.

3.1 Entre a terra e o sangue: memória, violência e conflito agrário

A literatura, especialmente quando cultivada nas margens do cânone, tem se constituído como espaço de denúncia social. Em *A Claridade da Gente*, Paulo Rodrigues recupera, com lirismo insurgente, a memória dos conflitos agrários que atravessam a história do Brasil, articulando corpo, território e violência em sua poética. A opressão que emana da terra — ou, mais precisamente, do controle sobre ela — imprime-se na representação dos corpos nos versos, evidenciando como a exploração e a morte estruturam a vida no campo. Nos poemas “O latifúndio tem o paletó sujo de sangue” e “Reforma agrária”, o autor constrói uma poética em que o sangue deixa de ser mera metáfora para tornar-se matéria histórica e denúncia direta da lógica necropolítica que atravessa o Brasil rural.

A memória da terra brasileira é, assim, inseparável da memória de sangue. No poema “O latifúndio tem o paletó sujo de sangue”, Paulo Rodrigues inscreve uma poética de denúncia que nomeia a violência, mobilizando datas, nomes e imagens que ainda reverberam na estrutura social do país. A referência explícita ao massacre de Eldorado dos Carajás, em 1996 — quando dezenove trabalhadores rurais do MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra) foram assassinados pela Polícia Militar do Pará — transforma-se no eixo do poema. O eu lírico rememora o evento e utiliza a dor como força de resistência, criando uma paisagem na qual os corpos tombados e os que permanecem são igualmente atravessados pela lógica impessoal e predatória do latifúndio, simbolizada pelo “paletó sujo de sangue” que percorre o texto.

O LATIFÚNDIO TEM O PALETÓ SUJO DE SANGUE

o jornal noticia
que se passaram vinte e cinco anos
da chacina dos trabalhadores rurais
em Eldorado dos Carajás.

uma foto com as covas
em fila
mostrou-me o medo
em preto e branco.

homens olhavam de lado
nunca em direção aos caixões.
os meninos juntavam raízes
como se adivinhassem
o aumento da conta.

não sei se Dorothy Stang
estava lá.

se ela chorou.

se Valentim Serra
falou de amor e outras quinquilharias.

Jane Julia sofreu emboscada,
mas não entregou a foice

nem a revolução.
(Rodrigues, 2023, p. 35)

No poema, o próprio título denuncia a estrutura de poder: o “paletó sujo de sangue” simboliza a impunidade daqueles que comandam o latifúndio, assim como a dissimulação formal das instituições que se revestem de legalidade para perpetuar o massacre. A referência explícita ao massacre de Eldorado dos Carajás, ocorrido em 1996, ancora o texto em uma temporalidade concreta, reforçando uma das funções da literatura como documento poético que registra a violência histórica. Nesse sentido, como observa Eric Nepomuceno (2003, p. 25), “a política no campo brasileiro tem cheiro de pólvora e lama, e sua gramática é a da morte institucionalizada”, evidenciando a naturalização da violência como método de gestão territorial e de controle social no Brasil rural.

Ao analisar o poema, percebe-se que imagens como as “covas em fila” e o “medo em preto e branco” revelam como a linguagem fotográfica da violência se inscreve no imaginário coletivo. Trata-se de uma poética da ausência: os homens “olhavam de lado”, nunca “em direção aos caixões”, gesto que simboliza o trauma compartilhado e a impossibilidade de um luto pleno. Essa tensão entre memória, corpo e violência ressoa tanto na escrita poética quanto nas imagens fotográficas que documentam o evento, reforçando a força da literatura como forma de denúncia e resistência simbólica.

Figura 24- **Mulher chora ao lado do túmulo de seu marido, vítima do massacre.**



Fonte: Folhapress (A Verdade, 2012). Foto: Jorge Araújo

A fotografia do enterro coletivo amplia e materializa o que o poema sugere: a persistência de uma dor que nunca se encerra totalmente. Nos versos, a memória do massacre retorna de forma insistente, convocando o olhar para aquilo que tantas vezes se tenta esquecer. Na imagem, esse retorno se concretiza no choro da mulher, nos túmulos cavados na terra vermelha e na presença silenciosa da comunidade que acompanha o ritual de despedida.

Poema e fotografia parecem dialogar sobre o mesmo solo ferido, sobre uma violência que se repete como uma estação inevitável na vida daqueles que trabalham a terra e dela sobrevivem. A cena registrada revela que o luto não pertence apenas ao passado lembrado nos versos, mas se estende ao presente, carregando o peso da injustiça ainda vigente. Assim, palavra e imagem se encontram na denúncia da continuidade da dor, na visibilidade da desigualdade e na reafirmação da necessidade de manter viva a memória daqueles que tombaram, permitindo que outros continuem lutando.

Nesse contexto, apresentamos mais uma fotografia (Figura 25) que reforça o ponto central do poema e evidencia a persistência da violência estatal e fundiária, confirmando a análise de Nepomuceno sobre a morte como elemento estrutural na disputa pela terra no Brasil.

A imagem das cruzes plantadas próximo ao local do massacre constitui um marco tangível da memória e do luto coletivo, firmando-se como um grito silencioso de lembrança e de justiça. O acampamento do MST, organizado em 2019 para marcar os 23 anos do massacre, transforma o asfalto e o mato ao redor em um memorial improvisado, evidenciando que o solo no qual corpos tombaram não se esqueceu. As cruzes, alinhadas em fileiras, substituem os

corpos e os nomes ausentes, funcionando como alicerces de uma memória que se recusa a silenciar. Essa representação visual reforça o que os versos denunciavam sobre o latifúndio com seu “paletó sujo de sangue”, mostrando que a terra não perdoa, e que aqueles que nela lutam não podem olvidar.

Figura 25- Captura de tela da reportagem “Acampamentos do MST marcam os 23 anos



Fonte: G1. Acampamentos do MST marcam os 23 anos do massacre de Eldorado do Carajás. 15 abr. 2019.

O poema também evoca figuras simbólicas da resistência, como Dorothy Stang, missionária assassinada no Pará em 2005 por defender pequenos agricultores e a floresta; Jane Julia, liderança camponesa e presidenta de associação local de trabalhadores rurais em uma ocupação da Liga de Camponeses Pobres (LCP) no sul do Pará, cujo nome se ressignifica como símbolo da insurgência feminina; e Valentim Serra, dirigente do MST, também no Pará. Ao mencionar esses nomes, o poema estabelece um vínculo direto entre memória histórica e luta contemporânea, culminando na última estrofe: “mas não entregou a foice / nem a revolução”. A foice, aqui, transcende sua função como instrumento de trabalho, tornando-se símbolo da persistência e da ética da permanência na resistência.

Em consonância com o olhar jornalístico de Nepomuceno, as “fotos que ilustram os laudos periciais dos cadáveres” revelam a brutalidade que o Estado insiste em silenciar, tornando visível a violência estrutural que atravessa o campo brasileiro. O jornalista descreve:

As fotos que ilustram os laudos periciais dos cadáveres são um primor de barbárie: corpos mutilados, cabeças destroçadas. Foi como se não bastasse disparar contra alguém desarmado: era preciso mais. Era preciso desafogar uma fúria descontrolada e estabelecer de uma vez e para sempre qual era a punição que iria além da morte. Eu só havia visto brutalidade parecida durante os tempos em que trabalhei como

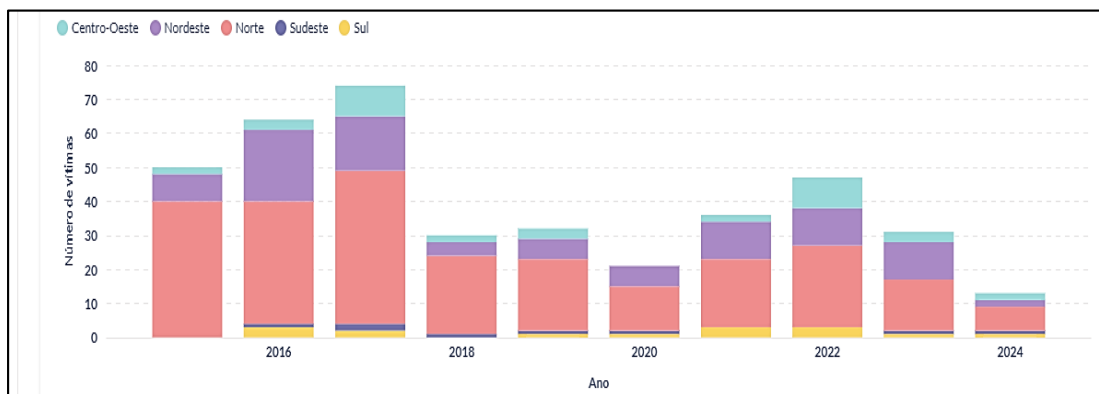
jornalista e cobri, ao longo de quatro anos, a guerra civil em El Salvador, na América Central, entre 1979 e 1983. (Nepomuceno, 2003, p. 21)

Ao apresentar essa descrição crua, Nepomuceno rompe com qualquer tentativa de suavizar os fatos e expõe a política da brutalidade como uma estratégia deliberada de intimidação dos sujeitos do campo. A referência à guerra civil salvadorenha enfatiza a dimensão sistemática e institucional da violência, deslocando-a do plano de episódios isolados para um projeto estrutural de controle territorial e extermínio simbólico.

Retomar esse cenário no âmbito da leitura poética significa, portanto, reconhecer que os assassinatos de lideranças rurais no Brasil não são eventos pontuais, mas parte de uma engrenagem histórica que transforma corpos em advertência e faz da memória um campo de disputa política. Essa perspectiva se manifesta tanto nos poemas de Paulo Rodrigues quanto nas análises de Nepomuceno, evidenciando a continuidade da violência e a centralidade da resistência.

Esses elementos podem ser visualizados na Figura 26, elaborada a partir do painel de dados da Comissão Pastoral da Terra (CPT, 2024), que materializa a persistência dos conflitos fundiários e das mortes no campo brasileiro

Figura 26 -Assassinatos por grande região nos últimos 10 anos



Fonte: Comissão Pastoral da Terra (CPT, 2024). Disponível em: <https://cptnacional.org.br/painel/assassinatos-nos-ultimos-10-anos/>. Acesso em: 14 dez. 2025.

A visualidade poética presente no poema “O latifúndio tem o paletó sujo de sangue” encontra eco nos dados mais recentes da Comissão Pastoral da Terra, que evidenciam a persistência histórica da violência no campo brasileiro. O gráfico referente aos assassinatos por região nos últimos dez anos mostra que a letalidade não é episódica; trata-se de um fenômeno estrutural, concentrado sobretudo nas regiões Norte e Nordeste.

A materialidade numérica reforça a ideia de que a poética de Paulo Rodrigues não se situa na abstração, mas na inscrição de uma memória real, documentada, e atualizada, ano após ano. Assim como as “covas em fila” fotografadas em Eldorado dos Carajás, o gráfico expõe uma sequência que se repete: vidas ceifadas e geografias marcadas pelo conflito persistente. A poesia, nesse sentido, funciona como lente ampliadora do real, enquanto os números evidenciam que a necropolítica denunciada nos versos permanece ativa no território brasileiro.

A curva ascendente e descendente dos assassinatos ao longo dos anos revela ciclos de agravamento, especialmente em momentos de tensão fundiária e fragilização das políticas agrárias. Essa dinâmica ecoa o verso final do poema, quando Jane Julia “não entregou a foice / nem a revolução”, indicando que a resistência se renova constantemente. Enquanto o gráfico traduz, em números, o avanço do latifúndio e a vulnerabilidade dos trabalhadores, o poema traduz, em corpos e imagens, a dimensão humana desse conflito. O paralelo entre estatística e lirismo mostra que a literatura de Paulo Rodrigues atua como documento sensível, capaz de revelar o que os números não dizem: que cada ponto do gráfico é uma história interrompida, uma cova, um corpo e uma memória que exige ser narrada.

Ao contextualizar os massacres rurais, Nepomuceno (2003, p. 32) evidencia que “a única lei que realmente funciona é a da força, da pistola, dos disparos vindos de algum lugar e dando sempre no alvo certo”. Essa constatação ressoa nos versos de Rodrigues, nos quais a violência sistêmica veste-se de terno e autoridade, perpetuando a impunidade que o historiador denuncia. A distinção entre posseiros e grileiros, segundo Nepomuceno (2003) é fundamental para compreender o conflito que o poema atualiza poeticamente:

Posseiros — os pequenos agricultores que têm a posse legal de terras em geral devolutas, mas não sua propriedade — e grileiros — os que falsificam títulos de terras e se tornam fazendeiros, criadores de gado, plantadores de soja ou madeireiros dedicados a devastar o mais rapidamente possível as matas do país (Nepomuceno (2003, p. 45).

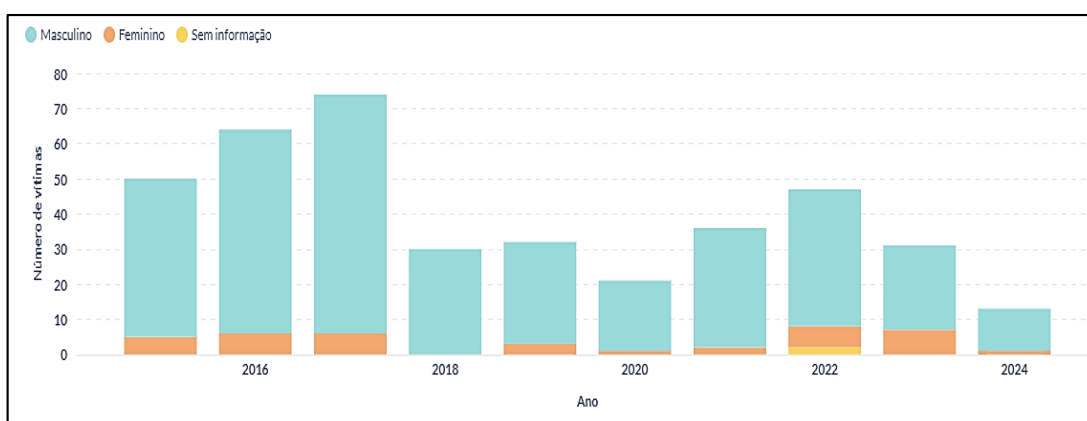
Essa relação desigual, historicamente amparada pela conivência do Estado, estrutura o espaço da violência no campo. O “paletó sujo de sangue” de Rodrigues encarna, desse modo, a elite grileira legitimada por documentos forjados e violência institucional travestida de legalidade. Enquanto o posseiro representa o vínculo ancestral com a terra, aquele que a habita, cultiva e compartilha, o grileiro simboliza a continuidade da lógica colonial, transformando território em mercadoria e vida em propriedade.

No poema, essa disputa histórica se manifesta poeticamente: a expressão “paletó sujo de sangue” pode ser entendida como uma metáfora da elite agrária que encarna a colonialidade

do poder, definida por Quijano (2005). A herança colonial se expressa no campo como conflito entre modos de existir: de um lado, a lógica hegemônica da grilagem, extração e morte; de outro, a resistência dos posseiros e comunidades tradicionais, que preservam o sentido comunitário da terra.

A denúncia de Rodrigues ressoa diretamente na análise de Nepomuceno, que afirma que “as milícias privadas dos fazendeiros e grileiros são formadas debaixo do olhar silencioso das autoridades” (2003, p. 45). Esse olhar cúmplice, que no poema se recusa a encarar os caixões, revela a omissão institucional que sustenta o poder agrário. Enquanto os posseiros defendem a terra como herança de trabalho e sobrevivência, os grileiros operam pela lógica da usurpação e do lucro imediato. Nos versos de Rodrigues, o sangue derramado é a inscrição poética dessa disputa histórica: plantar e matar coexistem no mesmo território, revelando que o latifúndio continua a escrever sua história com tinta vermelha sobre o solo do país, como evidencia a Figura 27.

Figura 27-Assassinatos por gênero nos últimos 10 anos



Fonte: Comissão Pastoral da Terra (CPT, 2024). Disponível em:

<https://cptnacional.org.br/painel/assassinatos-nos-ultimos-10-anos/>. Acesso em: 17 dez. 2025.

A dimensão de gênero, destacada pelo gráfico da CPT, amplia a leitura do poema de Paulo Rodrigues ao mostrar que a violência no campo possui um recorte marcadamente masculino, embora as mulheres também façam parte do quadro de vítimas. A predominância das barras em azul, representando os homens assassinados, indica que o latifúndio direciona sua força letal principalmente contra corpos masculinos que se encontram na linha de frente das lutas pela terra: trabalhadores rurais, lideranças comunitárias, agricultores e agentes pastorais. Entretanto, a presença contínua, ainda que menor, das barras em laranja, referentes às mulheres, dialoga diretamente com a presença de figuras femininas no poema, como Jane Julia e Dorothy

Stang. Essas mulheres simbolizam que, no Brasil rural, a atuação política feminina também as torna alvos do mesmo sistema de extermínio, revelando que a luta pela terra perpassa o campo masculino e atravessa a experiência de mulheres engajadas em resistência e liderança comunitária.

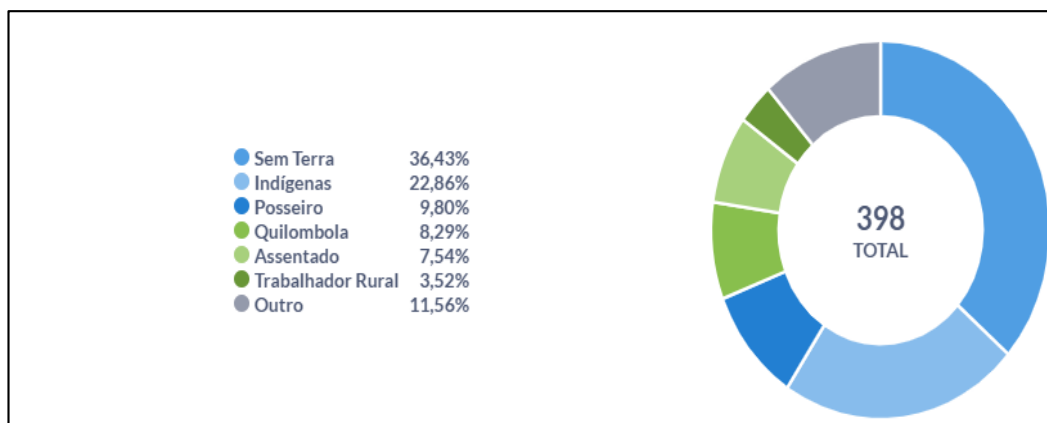
Assim, a poesia desenha rostos que a estatística tende a apagar, restituindo humanidade às vidas que os números apenas quantificam. A violência contra homens e mulheres revela a existência de uma verdadeira economia da morte, operada por agentes privados a serviço do latifúndio. Como lembra Nepomuceno (2003, p. 34), “no começo de 2005, logo após o assassinato da religiosa Dorothy Stang, os jornais brasileiros publicaram o que seria a tabela de preços cobrados pelos pistoleiros contratados pelos grandes proprietários de terras para eliminar tropeços e obstáculos”.

A naturalização dessa “tabela” comprova que o assassinato de trabalhadores rurais, lideranças comunitárias e missionários se inscreve numa lógica empresarial da violência, na qual vidas são precificadas de acordo com a ameaça que representam ao poder fundiário. Nesse contexto, o poema de Paulo Rodrigues atua como um contraponto simbólico, reinscrevendo o corpo político daqueles e daquelas que se tornam alvo desse mercado clandestino, cujo objetivo central é manter intacta a estrutura histórica de concentração de terras e poder no Brasil rural.

A lembrança de Dorothy Stang, por exemplo, ecoa a linha laranja do gráfico: presença minoritária, porém, constante, que evidencia como a violência contra mulheres na luta pela terra está diretamente associada à visibilidade política que assumem. Assim, estatística e poesia convergem: enquanto o gráfico mostra a distribuição de gênero das vítimas, a poesia dá nome, rosto e história ao que os números não alcançam. O texto literário cumpre, portanto, uma função crítica essencial, denunciando que a morte no campo ultrapassa a condição de contagem, constituindo-se como uma biografia interrompida pela engrenagem do latifúndio.

Nesse cenário, os dados da Comissão Pastoral da Terra reforçam a dimensão estrutural desse fenômeno: foram registrados 398 assassinatos em conflitos no campo nos últimos dez anos (CPT, 2024), como se observa na Figura 28. A poesia de Rodrigues, ao dialogar com esses números, transforma-os em matéria sensível, tornando visível o sofrimento, a resistência e a memória daqueles e daquelas que tombaram na luta pelo território.

Figura 28- Assassinatos nos últimos 10 anos por categoria da vítima de violência



Fonte: Comissão Pastoral da Terra (CPT, 2024). Disponível em:

<https://Cptnacional.org.br/painel/-assassinatos-nos-ultimos-10-anos/>. Acesso em: 17 dez. 2025.

A leitura dos dados da Comissão Pastoral da Terra, quando articulada ao arcabouço conceitual desta dissertação, sintetizado na expressão “uma gente que fica agarrada à terra”, que reflete a força ancestral, territorial e política dos povos quilombolas e rurais — amplia a compreensão da violência no campo analisada neste capítulo. O gráfico da Figura 26 evidencia que as principais vítimas são posseiros, Sem Terra, indígenas, quilombolas e trabalhadores rurais.

Essa constatação confirma empiricamente a paisagem de morte evocada em “O latifúndio tem o paletó sujo de sangue”, na qual o corpo camponês é alvo direto da engrenagem fundiária. Os dados reforçam que a violência é seletiva e estrutural, ao mesmo tempo em que antecipam o horizonte de brutalidade que atravessa o poema seguinte, “Reforma Agrária”. Se, no primeiro texto, a memória coletiva do massacre e a figura do latifúndio como sujeito sangrento revelam a dimensão política da necropolítica rural; o gráfico demonstra que os assassinatos continuam dirigidos justamente contra aqueles que encarnam modos de vida comunitários e ancestrais.

É nesse contexto, em que a terra é simultaneamente fonte de existência e objeto de perseguição, que emerge a narrativa de Pedro e Luciana, já discutida na seção anterior a partir do poema “Reforma Agrária” (Rodrigues, 2023, p. 89). A ternura com a castanheira contrasta com a violência que interrompe o gesto, ressaltando que, no Brasil, o simples ato de viver e cultivar a terra permanece ameaçado pela lógica de extermínio denunciada de forma convergente pela poesia e pelos dados oficiais.

A imagem final do assassino que “revirou o lixo” e “colocou uma rosa ao lado da marmitta” reforça a crítica ao simulacro de civilidade e ao luto institucional. A flor, nesse

contexto, revela o cinismo do sistema, ao repetir o gesto que, após matar, busca humanizar simbolicamente o crime. Esse mecanismo de apagamento e deslocamento do sentido da violência ecoa o alerta de Ailton Krenak (2019, p. 28), ao afirmar que “as corporações têm criado cada vez mais mecanismos para separar esses filhotes da terra de sua mãe”, demonstrando que a ruptura entre corpo e território atua como estratégia de desumanização e normalização da morte.

O poema, assim, funciona também como crítica direta à criminalização da luta pela terra. A reforma agrária, enquanto projeto constitucional e social, é encarnada por mártires cotidianos. A comunhão com as folhas, as mãos unidas, a marmitta e o feijão contrapõem-se ao discurso de “perigo” atribuído aos movimentos sociais do campo. Ao reduzir a terra a recurso e os sujeitos que a defendem a obstáculos do progresso, o sistema legitima a violência contra esses corpos. Como enfatiza Krenak:

Quando despersonalizamos o rio, a montanha, quando tiramos deles os seus sentidos, considerando que isso é atributo exclusivo dos humanos, nós liberamos esses lugares para que se tornem resíduos da atividade industrial e extrativista. [...] Resulta que ela [a Terra] está nos deixando órfãos, não só aos que em diferente graduação são chamados de índios, indígenas ou povos indígenas, mas a todos. (Krenak, 2019, p. 75)

A repressão aos trabalhadores e às comunidades do campo, dessa forma, inscreve-se num processo mais amplo de ruptura com a terra, no qual defender o território é interpretado como ameaça à ordem econômica dominante. Ao despersonalizar rios, montanhas e demais elementos naturais, retirando-lhes sentidos e agência, constrói-se uma visão utilitarista que autoriza sua redução a meros recursos para exploração industrial e extrativista, rompendo a relação ancestral de integração com a Terra e gerando uma orfandade coletiva que atinge não apenas indígenas, mas toda a humanidade, evidenciando a dimensão ética e civilizatória da crise ambiental.

Os poemas de Paulo Rodrigues operam na interseção entre memória, violência e resistência, condensando, em sua tessitura poética, temporalidades distintas que fazem coexistir passado e presente, trauma e permanência. Essa compressão temporal e simbólica permite que a violência no campo — longe de figurar como evento isolado — emergja como estrutura histórica contínua, inscrita nos corpos, nos territórios e nas relações sociais que atravessam, de modo particular, a experiência quilombola. A poesia, assim, não apenas rememora a violência, mas a reinscreve como prática reiterada de expropriação e silenciamento, revelando a permanência do conflito agrário sobre comunidades negras rurais.

A terra aparece, nesses poemas, como território simultaneamente sagrado e ferido: espaço de ancestralidade, pertencimento e reprodução da vida comunitária, no entanto, apresenta-se também como alvo recorrente de expulsão, morte e apagamento simbólico. A ruptura desses vínculos produz processos de desterritorialização que ultrapassam a perda material da terra, atingindo dimensões culturais, identitárias e afetivas da existência quilombola. Conforme assinala Rogério Haesbaert (2004), a desterritorialização deve ser compreendida como fratura nas múltiplas relações que os sujeitos estabelecem com o território, envolvendo memória, identidade e modos de vida — elementos centrais para a compreensão das comunidades quilombolas.

Essa perspectiva dialoga com Arturo Escobar (2005), para quem o lugar, enquanto experiência enraizada na vida cotidiana, permanece fundamental para populações cuja existência se constrói a partir da relação direta com a terra. No caso quilombola, o lugar configura-se como território de memória ancestral e de resistência histórica ao colonialismo. A tentativa sistemática de apagamento desses territórios, portanto, reorganiza o espaço agrário e compromete projetos coletivos de existência e continuidade cultural.

Nesse horizonte, a literatura de Paulo Rodrigues reafirma que o campo, especialmente o quilombola, não pode ser reduzido a mero cenário de exploração econômica. Ao evidenciar a violência como força estruturante dos conflitos agrários e, simultaneamente, destacar práticas de permanência, cuidado e resistência comunitária, a poesia revela que os deslocamentos impostos às populações negras rurais são atravessados por afetos, perdas e estratégias de reexistência. Assim, a experiência quilombola apresentada em *A Claridade da Gente* desloca a noção de êxodo como simples mobilidade espacial, apontando para processos complexos de ruptura territorial que incidem diretamente sobre o corpo, a memória e os vínculos coletivos.

3.2 Êxodo sem redenção: deslocamentos forçados e resistência afetiva

A trajetória do povo negro e camponês no Brasil é atravessada por ciclos históricos de deslocamento, expulsão e desapropriação que se configuram como mecanismo estruturante do projeto colonial e, posteriormente, do capitalismo agrário. Nesse sentido, o termo “êxodo”, mobilizado por Paulo Rodrigues, adquire densidade histórica, política e simbólica, ultrapassando a simples noção de migração.

Diferentemente do Êxodo bíblico, no qual a saída do Egito conduz à promessa de libertação e à constituição de um povo em aliança, o êxodo vivido pelos sujeitos do campo no Brasil se configura como uma travessia sem terra prometida, marcada pela perda do território,

pela fragmentação dos vínculos comunitários e pela precarização da vida. Trata-se, portanto, de um “êxodo sem redenção”, imposto por forças econômicas e políticas que atualizam a colonialidade do poder.

No poema “Êxodos”, Paulo Rodrigues constrói uma narrativa ancorada na experiência de uma mulher idosa, figura-síntese da memória coletiva, da persistência e da dor, para denunciar os efeitos profundos da migração forçada e da desagregação dos laços comunitários provocados pela lógica capitalista de desenvolvimento. A velha que “arrasta o saco de milho nas costas” não é apenas uma personagem individual, mas a corporificação de uma história coletiva de expropriação. Em seu corpo inscrevem-se os rastros de sucessivas expulsões e a materialidade de um mundo arrancado pela força da especulação fundiária, da grilagem, da monocultura e da urbanização predatória — essa cidade que seduz, absorve e consome sem garantir permanência, dignidade ou pertencimento.

Como se observa na construção poética de Paulo Rodrigues:

ÊXODOS

a velha arrasta
o saco de milho
nas costas
As pernas levam a energia
das árvores
não se vergam
nos têm espinhos
rosas,
nada.
Ana Terra, a neta
não quis saber da combustão
na família?
Não se preocupou com o trabalho
na cidade?
a vó retira uma foto do seio
e joga na correnteza do rio.
(Rodrigues, 2023, p. 85).

Desde a primeira estrofe, o poema enuncia a dureza de um corpo envelhecido que resiste. O milho, símbolo ancestral da fertilidade, da soberania alimentar e da continuidade dos povos do campo, pesa como carga física e como memória histórica e cultural. Diferentemente do pão ázimo do Êxodo bíblico — alimento da travessia —, o milho aqui expressa a persistência de um modo de vida ameaçado. Ao afirmar que “as pernas levam a energia das árvores”, o poema estabelece uma relação orgânica entre corpo e território, rompendo com a racionalidade moderna que separa natureza e sociedade. A mulher idosa não é um corpo isolado: ela é extensão da floresta, das raízes e da terra viva, configurando o que Arturo Escobar denomina

ontologias relacionais, nas quais “as relações sociais abarcam algo mais que os seres humanos” (Escobar, 2005, p. 65).

Essa imagem de enraizamento contrasta radicalmente com a lógica do êxodo bíblico como deslocamento fundador de um novo pacto. No poema, o deslocamento não funda comunidade; ele a desfaz. Ainda assim, a recusa da velha em curvar-se — “não se vergam” — revela uma ética da permanência, uma resistência que não se dá pela chegada a outro lugar, mas pela insistência em carregar a terra consigo, mesmo quando ela já não pode ser habitada.

O poema sugere, de forma delicada e contundente, a dor da ruptura geracional. Ana Terra, nome que simbolicamente condensa a relação com o chão, representa o afastamento e a adesão ao projeto urbano centrado no consumo, na produtividade e na promessa de ascensão individual. A pergunta “a neta não quis saber da combustão / na família? ”, explicita o colapso dos laços afetivos provocado pela migração forçada e pela violência estrutural do desenvolvimento capitalista. A “combustão” é, simultaneamente, literal — a queima da terra, das florestas e dos territórios — e simbólica, indicando a ruptura com a ancestralidade e com os modos de vida comunitários. Diferentemente do fogo bíblico que guia o povo no deserto, aqui o fogo consome e apaga.

O gesto final do poema, em que a mulher retira “uma foto do seio” e a lança “na correnteza do rio”, adquire caráter ritualístico e profundamente político. A fotografia, enquanto registro da memória familiar e do passado partilhado, é devolvida às águas, num gesto que pode ser lido como luto e, simultaneamente, como reexistência. Se no Êxodo bíblico a travessia das águas marca a libertação do povo hebreu, neste poema o rio guarda aquilo que foi arrancado, em vez de separar passado e futuro. Ao lançar a imagem na correnteza, a velha reinsere a história no tempo longo da natureza e da ancestralidade, afirmando que, embora a terra tenha sido tomada, a memória permanece ativa e resistente.

Essa leitura dialoga diretamente com o que Escobar (2005, p. 35) denomina “política do lugar”, entendida como a valorização dos vínculos territoriais, dos saberes locais e das práticas cotidianas enquanto formas de resistência à modernidade ocidental e ao seu modelo homogeneizante de desenvolvimento. A velha do poema encarna essa política: reconhece a perda e recusa o esquecimento, afirmando a memória. Sua resistência se expressa pela persistência do corpo-território que insiste em lembrar, significar e existir, em vez de se ancorar na ruptura espetacular. Trata-se de uma resistência silenciosa, cotidiana e profundamente decolonial.

A desestruturação da família, sugerida no poema, é também a desestruturação do mundo comunitário. Ao substituir o campo pela cidade, rompe-se o “nós” em favor do “eu”, a relação

em favor do cálculo. O trabalho no campo, enquanto prática coletiva, afetiva e territorial, cede lugar ao emprego precarizado e à lógica acelerada da sobrevivência urbana. A “energia das árvores”, que sustenta o corpo da velha, converte-se, para Ana Terra, em “combustão”. Essa oposição não é apenas poética, mas epistemológica: revela o conflito entre a lógica do bem-viver e a racionalidade destrutiva do capitalismo agrário.

No poema, a experiência da mulher idosa materializa, em nível sensível e cotidiano, o processo de desterritorialização discutido na Seção 2. O deslocamento emerge como movimento físico e como ruptura das condições mínimas de permanência, reprodução social e continuidade dos vínculos comunitários. A velha que caminha com o saco de milho nas costas carrega o que resta de um território em colapso: alimento, memória e pertencimento. Trata-se de uma desterritorialização forçada, produzida pela especulação fundiária, pela monocultura e pela cidade que absorve corpos sem garantir inserção digna — processo que Haesbaert (2021) identifica como constitutivo dos aglomerados humanos de exclusão.

Assim, o poema destaca que o êxodo, longe de ser escolha ou promessa de redenção, é imposição histórica. Diferentemente do paradigma bíblico da libertação, o êxodo contemporâneo dos povos do campo no Brasil revela uma travessia marcada pela ausência de destino. A separação entre avó e neta simboliza a transformação do território em ausência: o campo já não sustenta, a cidade não acolhe. “Êxodos”, portanto, expõe a perda simultânea do território material e do reconhecimento simbólico, revelando que a desterritorialização não elimina apenas espaços, mas desestrutura mundos inteiros.

Desse modo, Paulo Rodrigues constrói uma poética do enraizamento em movimento: o corpo caminha, porém, não se desfaz da terra. A memória atua como âncora e como resistência. O poema não romantiza o êxodo; ao contrário, denuncia seus efeitos concretos — solidão, fragmentação e luto — e propõe, como gesto final, a devolução da memória à natureza. Se não há mais chão, há rio; se não há mais casa, há imagem; se não há mais comunidade, há água. E, com ela, a possibilidade de que aquilo que foi arrancado possa retornar sob outras formas, reinscrevendo a vida para além da violência histórica que tenta apagá-la.

Esta seção buscou demonstrar como *A Claridade da Gente* constrói uma poética da terra ferida, na qual memória, corpo e território se entrelaçam para revelar as dinâmicas históricas de violência e, simultaneamente, os gestos de resistência e reexistência que marcam a experiência rural e quilombola no Brasil. Ao longo das análises, evidenciou-se que a terra, na poesia de Paulo Rodrigues, configura-se como território vivido, atravessado por afetos, conflitos, perdas e permanências.

Na subseção, “Entre a terra e o sangue: memória, violência e conflito agrário”, observou-se como a violência no campo se inscreve diretamente nos corpos dos sujeitos subalternizados, especialmente trabalhadores rurais, mulheres e comunidades quilombolas. A poesia opera como dispositivo de memória ao reinscrever chacinas, assassinatos e expropriações na linguagem literária, rompendo com o silenciamento histórico imposto pelo Estado-nação e pelas narrativas hegemônicas. Nessa perspectiva, o conflito agrário emerge como expressão concreta da colonialidade do poder, na qual a posse da terra se articula à produção da morte, da desigualdade e do apagamento.

Já na subseção, “Êxodo sem redenção: deslocamentos forçados e resistência afetiva”, a análise deslocou o foco para os efeitos subjetivos e coletivos da desterritorialização. O êxodo, longe de configurar uma experiência de progresso ou mobilidade social, revela-se como ruptura traumática dos vínculos com o território, com a memória e com os modos de vida ancestrais. Ainda assim, a poesia evidencia formas de resistência que persistem no campo dos afetos, da oralidade e da memória compartilhada, configurando estratégias de reexistência frente às violências impostas pela lógica colonial-capitalista.

Ao articular essas duas dimensões — a violência explícita que atravessa a terra e o deslocamento forçado que fragmenta as comunidades —, *A Claridade da Gente* afirma-se como uma obra de caráter contra-hegemônico, que confronta a naturalização da morte no campo e reivindica o direito à permanência territorial como fundamento da dignidade e da identidade coletiva. A poética de Paulo Rodrigues transforma a palavra em espaço de disputa simbólica, no qual a terra ferida continua a falar por meio dos corpos que resistem, lembram e insistem em existir. Assim, a seção evidencia que, mesmo atravessada pelo sangue e pela perda, a terra permanece como lugar de memória ativa e de luta contínua, em que a poesia se ergue como gesto político de afirmação da vida.

4 CORPOS PRECOCES, VIDAS TECIDAS: trabalho feminino e infantil sob a colonialidade do viver em *A Claridade da Gente*

Esta seção analisa como *A Claridade da Gente* se inscreve, no campo da linguagem poética, corpos historicamente submetidos à exploração e ao silenciamento no espaço rural, em especial as mulheres do campo e as crianças inseridas precocemente no trabalho. Ao articular trabalho, memória, silêncio e território, a obra de Paulo Rodrigues evidencia que a exploração ultrapassa a dimensão estritamente econômica, organizando modos de viver, afetar e existir, e produzindo hierarquias que se reiteram no cotidiano rural.

Na primeira parte, o foco recai sobre o trabalho feminino, compreendido como prática cotidiana de sobrevivência e permanência. A poesia constrói uma poética da duração ao deslocar para o centro da cena corpos femininos que sustentam, material e simbolicamente, a vida comunitária, mesmo sob condições de invisibilização e sobrecarga. O trabalho, nesse sentido, configura-se simultaneamente como espaço de desgaste e como campo de preservação de saberes, vínculos e memórias coletivas.

Na segunda parte, a análise volta-se para a infância, entendida como experiência desigualmente distribuída e atravessada pela lógica do trabalho precoce. As crianças que emergem nos poemas convivem com a escassez, o silêncio e a responsabilidade produtiva desde cedo, evidenciando a naturalização da exploração infantil como elemento estruturante da vida no campo.

Ao colocar em relação o trabalho feminino e o trabalho infantil, a seção evidencia que ambos operam como pilares invisibilizados da ordem agrária, sustentando a reprodução da vida coletiva ao mesmo tempo em que permanecem desvalorizados e silenciados. A poesia de Paulo Rodrigues, ao iluminar esses corpos, não apenas denuncia a violência estrutural que os atravessa, mas também reinscreve essas existências no campo da memória, da palavra e da resistência/reexistência.

4.1 Tecedoras da sobrevivência: trabalho feminino e reexistência

A leitura do poema “Fiandeiras”, de Paulo Rodrigues, permite compreender que a figura de Dona Alzira não se limita à representação de uma personagem individual, mas se constitui como condensação simbólica de uma experiência histórica coletiva, marcada pela longa duração da exploração do trabalho feminino no campo. Nesse sentido, o poema não apenas representa essa experiência, mas a reinscreve no campo da linguagem, transformando o corpo

da personagem em lugar de memória onde se acumulam marcas de tempo, trabalho e violência estrutural.

FIANDEIRAS

Dona Alzira
apontou o bico dos seios
na máquina de fiar.

esqueceu Manoel grande
no altar.
recusou ouro e diamante.

ficou ali,
fiando por
oitentas anos
o que restou.
(Rodrigues, 2023, p.79).

A imagem inaugural — “apontou o bico dos seios / na máquina de fiar” — não apenas aproxima corpo e trabalho, mas produz uma fusão perturbadora entre ambos, na qual o corpo feminino deixa de ser sujeito da ação para tornar-se extensão do próprio dispositivo produtivo. O gesto de “apontar” os seios à máquina desloca a função simbólica do corpo — tradicionalmente associada ao cuidado e à nutrição — para o campo da produção material, revelando uma reorganização histórica da corporeidade feminina. O corpo que amamenta é também o corpo que trabalha; o corpo que sustenta a vida é simultaneamente capturado como força produtiva.

Essa indistinção entre produção e reprodução, evidenciada na imagem poética, permite compreender como o poema dramatiza aquilo que Aníbal Quijano (2005) formula como colonialidade do poder: uma estrutura que organiza o trabalho a partir de hierarquias racializadas e generificadas, nas quais determinados corpos são historicamente destinados às funções de sustentação da vida social. No caso de Dona Alzira, não se trata apenas de trabalhar, mas de ocupar um lugar estrutural onde o trabalho se confunde com a própria condição de existência. A fusão entre corpo e máquina, portanto, não é apenas metáfora, mas expressão de um regime histórico em que a vida de mulheres negras e camponesas é organizada como força produtiva contínua.

Essa leitura se aprofunda quando observamos que o poema não distingue esferas: não há separação entre casa, trabalho, cuidado ou memória. O gesto de fiar concentra todas essas dimensões, evidenciando aquilo que María Lugones (2008) denomina sistema moderno/colonial de gênero, no qual a divisão do trabalho é estruturada de forma racializada,

atribuindo às mulheres subalternizadas funções de cuidado, reprodução e manutenção da vida, frequentemente invisibilizadas. Dona Alzira não apenas fia: ela sustenta a continuidade do mundo ao seu redor. O poema, ao não nomear outras atividades, intensifica essa concentração simbólica, transformando o fiar em síntese de uma vida inteira dedicada à manutenção do coletivo.

Essa totalização do trabalho aparece de forma ainda mais contundente na dimensão temporal do poema. “Fiando por / oitentas anos” não indica apenas longevidade, mas um tempo capturado pelo trabalho, no qual não há ruptura entre viver e produzir. O tempo biográfico dissolve-se em tempo produtivo, configurando aquilo que Heleieth Saffioti (2013) identifica como uma das formas mais profundas de exploração do trabalho feminino: sua naturalização. Ao longo de oitenta anos, o trabalho não é questionado, interrompido ou reconhecido; ele simplesmente se prolonga, como se fosse parte intrínseca da existência. O poema, ao condensar essa duração extrema em poucos versos, evidencia a violência dessa naturalização.

Nesse ponto, a análise pode ser aprofundada ao observar que o poema não recorre a imagens de sofrimento explícito. Não há grito, não há denúncia direta, não há dramatização. A violência aparece justamente na ausência de ruptura, na continuidade silenciosa do trabalho. Essa forma de representação aproxima-se do que Rita Segato (2016) descreve como pedagogia da crueldade ou da violência cotidiana, na qual a dominação não se impõe apenas por atos espetaculares, mas se sedimenta em práticas repetidas, naturalizadas e invisibilizadas. Dona Alzira não é violentada em um evento singular; sua violência é estrutural, prolongada, inscrita na rotina.

A dimensão do silêncio, nesse sentido, é central. O poema fala pouco, mas diz muito. A economia de linguagem, a fragmentação dos versos e a ausência de explicitação narrativa produzem uma poética que espelha a própria condição das personagens que representa: vidas que sustentam o mundo sem serem narradas. O silêncio, aqui, não é ausência de voz, mas efeito de uma estrutura que historicamente impediu que essas experiências fossem reconhecidas como dignas de discurso.

Os versos “esqueceu Manoel grande / no altar” introduzem uma inflexão que complexifica essa condição. O esquecimento do casamento pode ser lido como ruptura com um dos principais dispositivos de organização da vida feminina no interior do patriarcado. No entanto, o poema não transforma essa recusa em gesto heroico ou emancipatório. Ao contrário, ela aparece de forma quase lateral, como um detalhe entre outros. Isso sugere que, mesmo fora do casamento, Dona Alzira permanece inscrita na lógica de exploração que organiza seu trabalho. A ausência do marido não interrompe a estrutura; apenas desloca suas formas.

Essa nuance é fundamental, pois impede uma leitura simplificada em termos de libertação individual. O poema indica que a exploração do trabalho feminino não depende exclusivamente das relações conjugais, mas está inscrita em uma matriz mais ampla, que articula gênero, raça e classe. Nesse sentido, a recusa do casamento não rompe com o sistema, mas revela sua profundidade.

A recusa de “ouro e diamante” intensifica essa crítica ao deslocar a relação entre trabalho e valor. Em uma lógica capitalista, o trabalho é reconhecido quando gera acumulação. No entanto, Dona Alzira trabalha durante toda a vida sem acessar qualquer forma de riqueza material. Seu trabalho não produz capital, mas continuidade da vida. Essa dissociação evidencia uma economia outra, que não se orienta pela acumulação, mas pela manutenção — dimensão que Lélia Gonzalez (2011) identifica como central na experiência das mulheres negras, cuja atuação histórica esteve ligada à sustentação cotidiana da vida social.

Dona Alzira, nesse sentido, não acumula, mas preserva. Ela não ascende, mas permanece. Seu trabalho não a retira da condição de subalternidade, mas impede o colapso da vida coletiva. Essa condição paradoxal — centralidade e invisibilidade — é uma das chaves interpretativas do poema.

O verso final — “o que restou” — concentra essa ambiguidade. O que resta após a exploração? O que permanece depois da violência histórica? O poema não responde diretamente, mas sugere que o resto não é resíduo passivo, e sim matéria de reconstrução. Ao fiar “o que restou”, Dona Alzira reorganiza fragmentos, reinscreve vínculos, sustenta memórias. Trata-se de um gesto que pode ser compreendido à luz das reflexões de Beatriz Nascimento (2021), para quem o quilombo não é apenas espaço de fuga, mas de invenção contínua da vida. O resto, nesse sentido, é também possibilidade.

Essa leitura permite compreender o gesto de fiar como prática de reexistência. Não se trata apenas de resistir à violência, mas de produzir continuidade a partir dela. Dona Alzira não interrompe o sistema que a explora, mas reinscreve sua existência de modo a preservar aquilo que escapa à lógica da expropriação: a memória, o pertencimento, os saberes.

Por fim, a construção formal do poema reforça essa interpretação. A fragmentação dos versos, a economia lexical e a centralidade das imagens produzem um texto que exige do leitor uma escuta atenta, capaz de perceber o que se diz nas entrelinhas. O poema não explica; ele expõe. Não narra uma história completa, mas apresenta vestígios. Essa escolha formal não é apenas estética, mas política: ela recusa a transparência e obriga o leitor a confrontar a opacidade dessas existências historicamente silenciadas.

Dessa forma, “Fiandeiras” constrói uma reflexão profundamente articulada entre corpo, trabalho e território, evidenciando que a vida no campo é sustentada por corpos que permanecem à margem da narrativa dominante. Ao trazer Dona Alzira para o centro da cena poética, Paulo Rodrigues não apenas denuncia a exploração, mas reinscreve essas existências no campo da linguagem, afirmando a poesia como espaço de memória, de crítica e de reexistência.

4.2 Infância capturada: trabalho, silêncio e colonialidade em *A Claridade da Gente*

A relação entre infância e trabalho, quando atravessada pela racionalidade capitalista, revela um processo sistemático de antecipação da vida produtiva, no qual corpos infantis são incorporados precocemente às engrenagens da produção. Nesse contexto, a infância deixa de ser concebida como tempo de proteção, formação e direito, passando a ser reduzida à condição de força de trabalho disponível, flexível e funcional às demandas do mercado. Essa dinâmica evidencia que a negação da infância não constitui um mecanismo estrutural de reprodução das desigualdades, responsável por converter crianças em corpos produtivos e aprofundar processos de precarização que se perpetuam de forma intergeracional, sobretudo nos territórios rurais brasileiros.

Sob uma perspectiva decolonial, o trabalho infantil no Brasil configura-se como fenômeno socioeconômico e como continuidade histórica de um projeto colonial que destinou corpos racializados à exploração sistemática. Conforme argumenta Quijano (2005), o capitalismo moderno se organiza a partir do padrão colonial de poder, responsável por instituir hierarquias raciais, econômicas e epistêmicas que definem quais grupos sociais são historicamente convocados ao trabalho precoce, extenuante e precarizado. Nesse sentido, crianças negras, indígenas, quilombolas e rurais foram, desde o período colonial, incorporadas às atividades produtivas como parte de uma engrenagem que naturaliza sua força de trabalho como necessária, inevitável e socialmente aceitável.

A sociedade brasileira legitima essa exploração por meio de discursos morais que associam pobreza à necessidade, ao mérito e à disciplina, deslocando a questão do campo da violação de direitos para o da responsabilidade individual ou familiar. Assim, a inserção precoce no trabalho deixa de ser percebida como violência estrutural e passa a ser justificada como estratégia legítima de sobrevivência. No contexto rural, essa lógica se intensifica: mobilizadas para atividades de roça, coleta ou extração, as crianças passam a cumprir ritmos produtivos impostos pela racionalidade capitalista, orientada pela exigência de rendimento e

produtividade. Esse processo rompe vínculos comunitários baseados no cuidado, na coletividade e na partilha, subordinando a vida infantil à lógica da eficiência econômica.

Em *A Claridade da Gente*, essa realidade emerge de modo sensível e contundente por meio da representação de crianças que carregam raízes, participam de atividades exaustivas ou convivem cotidianamente com a fome, a violência e a morte. As imagens poéticas evidenciam o entrelaçamento entre racismo estrutural e capitalismo na produção de vidas marcadas pela precariedade, revelando que o trabalho infantil se apresenta como elemento estruturante de uma ordem social que transforma corpos em mercadoria e normaliza a supressão da infância como condição de sua reprodução.

Essa leitura exige, como propõe Souza (2020), a superação de uma concepção homogênea e universalizante de infância, uma vez que essa imagem “esconde as diferenças que definem existências, encobrem desigualdades, invisibilidades e discriminações” (Souza, 2020, p. 1286). Pensar a infância implica reconhecê-la como categoria histórica e socialmente produzida, atravessada por marcadores de raça, gênero, classe, território, presença do Estado e acesso às políticas públicas. A infância, portanto, não constitui uma experiência universal, mas uma condição desigualmente distribuída.

Embora o Estatuto da Criança e do Adolescente afirme, de forma explícita, a centralidade dos direitos infantis — ao estabelecer que é dever da família, da comunidade, da sociedade e do poder público assegurar, com absoluta prioridade, direitos fundamentais como vida, saúde, educação, lazer e dignidade (Brasil, 1990, art. 4º) —, a persistência do trabalho infantil evidencia o profundo distanciamento entre o marco legal e a experiência concreta de determinadas infâncias. Crianças atravessadas por desigualdades raciais, sociais e territoriais seguem tendo seus direitos sistematicamente negados, apesar do reconhecimento jurídico de sua condição de sujeitos de direitos.

Essa seletividade, conforme analisa Souza (2020), decorre de um “prisma” normativo que reconhece apenas determinadas infâncias como dignas de proteção, enquanto outras — especialmente negras, indígenas, quilombolas e rurais — são posicionadas fora desse enquadramento. Essas crianças são incorporadas precocemente aos circuitos do trabalho como parte de uma engrenagem que naturaliza sua exploração e legitima a negação de direitos como destino social.

Nos poemas de *A Claridade da Gente*, essa desigualdade estrutural se materializa na forma como determinadas infâncias são poeticamente construídas. Em consonância com Cohn (2013), que ressalta a importância de analisar as crianças e as concepções sociais que orientam

políticas, práticas e narrativas sobre a infância, a poesia de Paulo Rodrigues evidencia como certas vidas infantis são socialmente produzidas como descartáveis e sacrificáveis.

Entretanto, a obra não se limita à denúncia. Ao representar essa realidade, o autor contrapõe à lógica colonial-capitalista uma perspectiva ancestral e comunitária, especialmente vinculada à experiência quilombola. Nessa concepção, como argumenta Antônio Bispo dos Santos (2015), o trabalho se organiza a partir da reciprocidade, da coletividade e da manutenção da vida. A participação das crianças nas atividades comunitárias configura processos de aprendizagem, pertencimento e continuidade cultural. Essa distinção explicita a coexistência de projetos de sociedade em disputa: de um lado, o colonial-capitalista, que mercantiliza corpos; de outro, o comunitário-ancestral, que produz vínculo, memória e cuidado.

Essa tensão se desdobra na análise dos poemas “Uma herança para Filó”, “O latifúndio tem o paletó sujo de sangue”, “Gilza dos Santos” e “Solicite um orçamento de esperança”, que constroem um percurso poético entre a violência estrutural do latifúndio, a negação da infância e a possibilidade de uma infância ancorada na vida comunitária.

O poema “Gilza dos Santos” concentra de forma emblemática a experiência da infância interrompida pela exploração do trabalho, especialmente feminino, convertendo a perda da infância em estrutura poética e em denúncia política.

GILZA DOS SANTOS

não tive infância.

o patrão cortou
o pescoço da boneca
junto com o cacho do arroz.

não tive infância.

não sei brincar;
(costurar roupinhas).

não sei brincar;
não tive infância.

enruguei antes
do amanhecer do dia.

não tive infância:
minha boneca morreu criança.
(Rodrigues, 2023, p. 37)

A repetição insistente do verso “não tive infância” organiza o texto como um refrão negativo, cuja função é enfática e constitutiva: a infância se inscreve como falta, como aquilo

que não se realizou. A voz poética constrói-se, assim, a partir de uma memória ferida, na qual o passado é reconhecido como ausência.

Essa repetição opera também como estratégia de silenciamento paradoxal. Ao reiterar a negação da infância, o poema evidencia que não há o que narrar em termos de experiência lúdica ou formativa; resta apenas a enumeração do que foi subtraído. A infância não é silenciada por esquecimento, mas pelo excesso de trabalho que ocupou todo o tempo do corpo. Trata-se de um silêncio produzido pela saturação da vida produtiva, o que aproxima o poema da noção de necropolítica (Mbembe, 2018), na medida em que determinadas existências são mantidas vivas apenas enquanto força de trabalho.

A imagem central do poema — “o patrão cortou / o pescoço da boneca / junto com o cacho do arroz” — condensa, de maneira brutal, a articulação entre trabalho, violência e gênero. A boneca, símbolo culturalmente associado ao brincar, ao cuidado e à construção do imaginário infantil, é colocada no mesmo plano do arroz, mercadoria agrícola vinculada à subsistência e à lógica produtiva. O gesto do corte não distingue objeto lúdico e produto do trabalho: ambos são submetidos ao mesmo movimento instrumental, revelando que, naquele espaço social, a infância não possui valor próprio.

Essa associação estabelece uma equivalência simbólica entre o corpo da boneca e o corpo da menina. Ao ter o “pescoço cortado”, a boneca sofre uma violência extrema, que remete tanto à morte quanto à interrupção da possibilidade de fala. A decapitação, nesse sentido, pode ser lida como metáfora do silenciamento: sem cabeça, não há voz, pensamento ou imaginação. A infância feminina é, portanto, duplamente violentada — pela exploração do trabalho e pela supressão de sua dimensão simbólica.

A figura do “patrão” concentra a materialização da colonialidade do poder no espaço rural. Ele se apresenta como função estrutural, e não como indivíduo particular: é o agente que regula o tempo, o corpo e os gestos da criança trabalhadora. Sua ação atravessa o poema como força impessoal, reiterando que a violência se insere como parte de uma engrenagem histórica que naturaliza a exploração infantil, sobretudo de meninas racializadas e empobrecidas.

O verso “não sei brincar; (costurar roupinhas)” aprofunda a crítica ao explicitar a captura da infância pela divisão sexual do trabalho. O uso do parêntese introduz uma camada de ironia trágica: o que poderia ser brincadeira — vestir a boneca — converte-se em treinamento para o trabalho doméstico e para o cuidado, funções historicamente atribuídas às mulheres. A socialização da menina ocorre diretamente no campo do trabalho reprodutivo, apagando a fronteira entre brincar e trabalhar. Assim, o poema evidencia como a colonialidade de gênero

antecipa a feminização da responsabilidade e do cuidado, negando à menina o direito à imaginação.

A afirmação “enruguei antes / do amanhecer do dia” inscreve no corpo o efeito temporal da exploração. O envelhecimento precoce funciona como marca física da antecipação da vida adulta, deslocando a infância para um não-lugar temporal. O amanhecer, tradicionalmente associado ao início, à promessa e ao nascimento, é invertido: antes mesmo do dia começar, o corpo já carrega sinais de desgaste. O poema, assim, constrói uma temporalidade quebrada, na qual não há sucessão entre infância, juventude e maturidade, mas sobreposição violenta de tempos.

O verso final — “minha boneca morreu criança” — encerra o poema com uma imagem de luto condensado. A boneca, que deveria acompanhar a criança em seu processo de crescimento simbólico, morre ainda criança, isto é, antes de cumprir sua função lúdica. Essa morte simboliza a perda do brinquedo e a própria impossibilidade de viver a infância. O luto expresso assume caráter estrutural: chora-se uma infância que sequer chegou a existir.

Desse modo, “Gilza dos Santos” denuncia o trabalho infantil feminino e revela como a colonialidade do viver opera na produção de corpos femininos precocemente envelhecidos, silenciados e funcionalizados. A poesia transforma a experiência individual em síntese coletiva, inscrevendo no corpo da menina trabalhadora a história de um país que, reiteradamente, sacrifica suas infâncias em nome da produção, da propriedade e da manutenção das hierarquias sociais.

A incorporação precoce da infância à lógica da sobrevivência reaparece de forma contundente em “O latifúndio tem o paletó sujo de sangue”, poema que articula memória histórica, violência estrutural e cotidiano material, reinscrevendo a chacina de Eldorado dos Carajás como experiência ainda operante no presente.

O LATIFÚNDIO TEM O PALETÓ SUJO DE SANGUE

o jornal noticia
que se passaram vinte e cinco anos
da chacina dos trabalhadores rurais
em Eldorado dos Carajás.

uma foto com as covas
em fila
mostrou-me o medo
em preto e branco.

homens olhavam de lado
nunca em direção aos caixões.
os meninos juntavam raízes

como se adivinhassem
o aumento da conta.

não sei se Dorothy Stang
estava lá.

se ela chorou.

se Valentim Serra
falou de amor e outras quinquilharias.

Jane Julia sofreu emboscada,
mas não entregou a foice

nem a revolução.
(Rodrigues, 2023, p. 35)

Desde o título, o latifúndio é personificado como sujeito histórico da violência: o “paletó”, signo de poder, respeitabilidade e propriedade, aparece manchado de sangue, evidenciando que a ordem agrária brasileira se sustenta sobre a expropriação e a morte.

O poema se inicia com a mediação do jornal, dispositivo moderno de produção da memória oficial. A marca temporal — “vinte e cinco anos” — sugere distanciamento histórico, mas essa distância é imediatamente tensionada pela fotografia das covas “em fila”. A imagem organiza a morte de forma serial, quase administrativa, revelando o caráter estrutural da violência no campo. O medo capturado “em preto e branco” indica o efeito da imagem fotográfica e o congelamento de uma memória que, embora registrada, permanece sem reparação.

A reação dos adultos à cena é marcada pelo desvio do olhar: “homens olhavam de lado / nunca em direção aos caixões”. Esse gesto expressa uma subjetividade moldada pela repetição da violência agrária. O olhar oblíquo expressa um aprendizado histórico da sobrevivência, no qual ver demais pode significar sucumbir. O corpo adulto, já atravessado pela exploração e pelo luto acumulado, aprende a seguir sem elaborar plenamente a perda.

É nesse cenário que emerge a imagem decisiva do poema: “os meninos juntavam raízes”. A infância não aparece como esfera protegida do trauma, mas como parte imediata da engrenagem da sobrevivência. Enquanto os adultos desviam o olhar da morte, as crianças mantêm o corpo em ação, recolhendo o alimento mínimo que garante a continuidade da vida. A raiz, elemento subterrâneo e primário, simboliza tanto a precariedade extrema quanto a ligação visceral com a terra, revelando que a infância rural é socializada desde cedo na escassez.

A expressão “como se adivinhassem / o aumento da conta” explicita a internalização precoce de uma racionalidade econômica. As crianças, mesmo sem plena consciência discursiva, incorporam ao corpo o cálculo da falta, da dívida e da sobrevivência futura. Aqui, a

infância é atravessada pela colonialidade do trabalho, assim como formulada por Aníbal Quijano (2005), segundo a qual determinados corpos — racializados, rurais e empobrecidos — são historicamente destinados à exploração como parte da organização do capitalismo moderno. O trabalho infantil não surge como exceção ou desvio moral; opera como mecanismo estrutural de reprodução das desigualdades.

O silêncio das crianças é um elemento central do poema. Elas não choram, não falam, não ocupam o centro da narrativa — trabalham. Esse silêncio expressa uma condição histórica de subalternização. A infância trabalhadora ocupa um lugar de exterioridade epistêmica: existe socialmente, sem autorização para enunciar sua própria experiência. O poema, ao não conceder voz direta às crianças, evidencia os limites impostos pelo regime colonial do dizer.

Nesse sentido, a cena poética revela uma colonialidade da infância, isto é, um regime histórico que reconhece apenas determinadas infâncias — brancas, urbanas e burguesas — como dignas de proteção, enquanto outras são naturalizadas como força de trabalho precoce. Conforme analisa Souza (2020), essa seletividade produz infâncias hierarquizadas, nas quais o trabalho infantil é legitimado por discursos de necessidade, sobrevivência e responsabilidade familiar, especialmente no meio rural.

A presença da chacina no poema não suspende essa lógica; ao contrário, a intensifica. A morte dos trabalhadores reorganiza imediatamente o cotidiano material, ampliando a carga sobre os corpos que permanecem vivos — inclusive os infantis. Assim, a violência agrária não se encerra no massacre, mas se prolonga na precarização cotidiana da vida, convertendo a infância em herdeira direta da expropriação.

As menções a Dorothy Stang, Valentim Serra e Jane Julia ampliam o campo da memória e inscrevem o poema em uma genealogia de luta e resistência no campo brasileiro. No entanto, Paulo Rodrigues evita uma narrativa épica ou redentora. A dúvida — “não sei se Dorothy Stang / estava lá” — humaniza a militância e rompe com a idealização do sacrifício, enquanto a figura de Jane Julia, que “não entregou a foice / nem a revolução”, reafirma a resistência como gesto persistente, cotidiano e, muitas vezes, solitário.

A foice, símbolo ambíguo de trabalho e luta, estabelece um contraponto com a imagem das raízes recolhidas pelas crianças. Ambos os gestos — juntar raízes e empunhar a foice — revelam formas distintas de enfrentamento da mesma estrutura colonial. As crianças resistem pela sobrevivência imediata; os adultos, pela luta política. O poema coloca essas ações em continuidade, revelando que a exploração do trabalho infantil se vincula de forma intrínseca à violência histórica do latifúndio.

Desse modo, “O latifúndio tem o paletó sujo de sangue” constrói uma poética da memória agrária que evidencia como a colonialidade do poder e do trabalho atravessa a infância rural. Ao inscrever os meninos no centro silencioso da cena, Paulo Rodrigues revela que, nos territórios marcados pela concentração fundiária, a infância não é apenas afetada pela violência: ela é estruturada por ela. A criança aprende a calcular, a trabalhar e a sobreviver antes mesmo de poder elaborar o luto ou acessar o tempo do brincar, o que confirma que a exploração infantil no campo brasileiro constitui um dos pilares históricos da ordem colonial ainda vigente.

Em “Uma herança para Filó”, a infância aparece como uma das primeiras e mais vulneráveis vítimas da violência fundiária, inscrita no interior da lógica colonial-capitalista da propriedade privada. O poema constrói uma cena de expropriação total, na qual a terra, o trabalho, a casa e os vínculos familiares são sistematicamente destruídos, revelando que, nos territórios rurais marcados pelo latifúndio, a infância não constitui um espaço protegido, mas um corpo exposto à violência estrutural.

UMA HERANÇA PARA FILÓ

o patrão cuspiu no jardim

arrancou as flores
das melancias
e dançou
como se emplacasse um gol.

derrubou os sonhos,
as cercas,
a paz.

(só os olhos do Lavrador resistiram).

o fogo
devorou a casa
e a filha mais nova

a foice abriu
o proprietário
ao meio

e a propriedade
não faliu.

(Rodrigues, 2023, p. 21)

Desde os primeiros versos, a figura do “patrão” emerge como agente ativo da devastação. O gesto de “cuspir no jardim” configura-se como ato simbólico de desumanização: o jardim, tradicionalmente associado ao cuidado, à continuidade da vida e ao espaço doméstico, é profanado. Ao “arrancar as flores / das melancias”, o poema sugere a interrupção do ciclo

vital antes da frutificação, metáfora potente para a infância enquanto promessa de futuro violentamente interrompida. A flor, estágio anterior ao fruto, aproxima-se da condição infantil: potência ainda não realizada, suprimida antes de se constituir plenamente.

A cena é atravessada por uma lógica esportiva — “dançou / como se emplacasse um gol” — que banaliza a violência. O latifúndio transforma a destruição da vida em espetáculo, reforçando o caráter histórico da expropriação como prática normalizada e celebrada. Nesse contexto, a infância não é apenas afetada pela violência, mas inserida em um regime no qual a eliminação de vidas faz parte do funcionamento ordinário da ordem agrária.

A enumeração dos danos — “derrubou os sonhos, / as cercas, / a paz” — revela que a violência fundiária não se limita à perda material da terra. Ela desestrutura o horizonte simbólico da família camponesa, atingindo diretamente as condições de reprodução da vida. É significativo que, entre todos os elementos destruídos, apenas “os olhos do Lavrador” resistam. O olhar que permanece, sugere uma subjetividade marcada pelo trauma e pela memória da perda. Além disso, indica que a sobrevivência do adulto ocorre à custa da destruição daquilo que deveria ser protegido: a infância.

É nesse ponto que o poema introduz sua imagem mais contundente: “o fogo / devorou a casa / e a filha mais nova”. A justaposição da casa e da criança no mesmo movimento sintático indica que, sob a lógica da propriedade privada, o corpo infantil é tratado como extensão descartável do espaço expropriado. A casa, lugar de abrigo e formação, e a filha, símbolo da continuidade geracional, são eliminadas simultaneamente, revelando que a violência fundiária produz um corte radical na possibilidade de futuro.

A ausência de nome da criança intensifica essa leitura. Diferentemente de Filó, que dá título ao poema, a “filha mais nova” permanece sem identidade própria, o que reforça a condição histórica de apagamento da infância rural. A criança figura como corpo sacrificado na engrenagem da disputa fundiária, e sua experiência permanece silenciada na construção poética. Esse apagamento dialoga com a colonialidade da infância, que, conforme analisam Souza (2020) e Cohn (2013), estabelece quais vidas infantis são reconhecidas como dignas de luto e quais permanecem passíveis de eliminação sem escândalo social.

A morte da criança se apresenta como consequência direta da lógica da propriedade. A violência contra a infância configura-se como estrutural. Ao destruir a criança, o latifúndio assegura a continuidade de um regime que se sustenta na eliminação física e simbólica das gerações futuras das comunidades camponesas, interrompendo processos de transmissão de saberes, vínculos e modos de vida.

O desfecho do poema radicaliza essa crítica. Quando “a foice abriu / o proprietário / ao meio”, instaura-se um gesto de ruptura violenta, cuja inversão momentânea não produz justiça histórica efetiva. O verso final — “e a propriedade / não faliu” — revela que, mesmo diante da morte do proprietário, a estrutura que sustenta a exploração permanece intacta. A propriedade privada, enquanto instituição colonial, sobrevive à perda de indivíduos, perpetuando a lógica que produz a morte infantil e a precarização intergeracional.

Nesse sentido, a herança anunciada no título do poema refere-se à transmissão da violência como legado histórico, deslocando-se de bens, proteção e continuidade. A infância recebe, como herança, a precariedade, o luto e a inserção precoce em um mundo marcado pela expropriação. O poema evidencia que, nos territórios atravessados pelo latifúndio, a infância herda a obrigação de sobreviver em condições extremas, frequentemente incorporada precocemente à lógica do trabalho e da sobrevivência.

Ao inscrever a morte da criança no centro da cena poética, Paulo Rodrigues desestabiliza leituras romantizadas do campo e da infância rural. “Uma herança para Filó” revela que a exploração do trabalho infantil e a supressão da infância constituem elementos estruturantes da ordem fundiária brasileira. A poesia, ao tornar visível essa dinâmica, reinscreve a infância como categoria política, expondo as bases coloniais que continuam a organizar o trabalho, o território e a vida no campo.

Em “Solicite um orçamento de esperança”, Paulo Rodrigues constrói um deslocamento decisivo na forma como a infância é inscrita na relação entre trabalho e território. Diferentemente dos poemas marcados pela supressão violenta da infância, aqui a criança aparece situada em uma cena de coletividade, na qual a precariedade material não anula a possibilidade de cuidado, formação e pertencimento. Trata-se de uma infância atravessada pela escassez, resistente à captura integral pela lógica da exploração.

SOLICITE UM ORÇAMENTO DE ESPERANÇA

o Baobá abaixa-se
para ficar na altura
das crianças

eles não brincam
não quebram os galhos das árvores
não sorriem
apenas se jogam no chão;
Mariposa sem asas.

as panelas fervem raízes,
os homens firmam varas e panos,
as nuvens aceleram a tempestade

o menino encara a mãe
e sorri.
(Rodrigues, 2023, p. 91)

O poema se abre com uma imagem de forte densidade simbólica: “o Baobá abaixa-se / para ficar na altura / das crianças”. O baobá, árvore ancestral associada à memória, à resistência e à continuidade dos povos africanos e afro-diaspóricos, não se impõe verticalmente sobre a infância; ao contrário, inclina-se. Esse gesto inaugura uma ética relacional na qual o saber ancestral se aproxima da criança, reconhecendo-a como sujeito do presente e não como força produtiva em formação. A infância, nesse cenário, não é inferiorizada nem instrumentalizada: ela ocupa o centro da cena simbólica.

Essa imagem subverte a hierarquia colonial do conhecimento, que tradicionalmente posiciona a criança — especialmente a criança negra e rural — como corpo a ser disciplinado e moldado para o trabalho. O abaixar-se do baobá sugere uma pedagogia da escuta e da convivência, em que a transmissão de saberes se dá pela proximidade, pela observação e pela experiência compartilhada, e não pela imposição.

Na sequência, o poema recusa qualquer idealização da infância: “eles não brincam / não quebram os galhos das árvores / não sorriem”. A reiteração da ausência do brincar e do sorriso inscreve a infância em um cotidiano marcado pela dureza da vida. Em contraste com “Gilza dos Santos”, a ausência do brincar vincula-se à gravidade do contexto, e não à exploração direta do trabalho infantil. As crianças ocupam um espaço de suspensão, de espera e de atenção ao mundo ao redor, existindo nesse intervalo sem funcionalização produtiva.

A imagem, “apenas se jogam no chão; / Mariposa sem asas” intensifica essa leitura. A mariposa, inseto associado à fragilidade e à transitoriedade, aparece privada de asas, símbolo de movimento e liberdade. A infância se apresenta como potência contida, ainda preservada. Em contraste com a boneca decapitada em “Gilza dos Santos”, aqui se delinea uma infância em estado de vulnerabilidade que resiste e aguarda condições de voo.

O trabalho surge no poema, deslocado do eixo da exploração infantil: “as panelas fervem raízes, / os homens firmam varas e panos”. As ações se organizam de forma coletiva e entre os adultos, enquanto as crianças observam, permanecem próximas e participam do ambiente sem redução a instrumentos produtivos. Nesse contexto, a atividade produtiva configura-se como prática comunitária de manutenção da vida, afastando-se da lógica de racionalização da força de trabalho infantil.

Essa organização do cotidiano dialoga diretamente com a perspectiva de Antônio Bispo dos Santos (2015), segundo a qual, nas comunidades quilombolas, o trabalho não se orienta pela lógica da acumulação, mas pela partilha, pela sobrevivência coletiva e pela continuidade dos modos de vida. A criança, nesse contexto, não é separada do mundo adulto nem absorvida por ele de forma violenta; ela é integrada de maneira relacional, aprendendo pelo convívio, pela observação e pela presença.

A natureza, longe de ser cenário passivo, participa da cena: “as nuvens aceleram a tempestade”. O tempo climático imprime urgência ao cotidiano, revelando a instabilidade material que atravessa a vida dessas crianças. Ainda assim, a infância permanece resguardada da lógica do cálculo produtivo. A tempestade que se anuncia reforça a necessidade de organização coletiva, sem mobilização imediata das crianças para a atividade produtiva.

O poema se encerra com um gesto mínimo e decisivo: “o menino encara a mãe / e sorri”. Esse sorriso, isolado no último verso, rompe com a sequência de negações que atravessa o poema. Trata-se de um gesto de reconhecimento e confiança. O olhar dirigido à mãe reinscreve a infância no campo do afeto, do vínculo e da proteção, mesmo em meio à precariedade.

Esse sorriso final preserva a dureza da cena anterior e afirma que a infância encontra espaço para existir como relação, para além de sua funcionalização. Ele sugere continuidade, transmissão e cuidado, elementos centrais para a reexistência das comunidades quilombolas frente à colonialidade do viver.

Ao analisar esse poema em diálogo com os demais, torna-se evidente que Paulo Rodrigues propõe uma crítica à forma colonial-capitalista do trabalho. “Solicite um orçamento de esperança” afirma que a presença da criança no cotidiano produtivo assume sentidos distintos conforme a lógica que o organiza: quando orientada pela mercantilização e pelo esgotamento do corpo infantil, produz a morte da infância; quando orientada pela coletividade e pelo cuidado, configura um processo formativo.

Assim, o poema constrói uma imagem de infância que se apresenta como presença vulnerável e relacional, sustentada pela ancestralidade, pela comunidade e pelo afeto. Essa infância se afirma como possibilidade de existência fora da racionalidade colonial, em lugar de sua idealização.

Ao inscrever essa cena no conjunto da obra, Paulo Rodrigues amplia o campo de leitura da infância rural e quilombola, mostrando que, mesmo sob condições adversas, persistem modos de vida que resistem à captura total da infância pela lógica do capital. A poesia, nesse sentido, denuncia a exploração infantil e afirma outras epistemologias do viver, nas quais a infância se reconhece como parte constitutiva da vida coletiva, da memória e da resistência.

Enfim, ao longo desta seção, *A Claridade da Gente* revelou que a exploração do trabalho feminino e infantil não constitui um desvio da ordem social; configura-se, no entanto, como um de seus fundamentos históricos. A obra de Paulo Rodrigues inscreve no corpo das mulheres e das crianças o funcionamento cotidiano da colonialidade do poder, mostrando como gênero e infância operam como dispositivos centrais na organização da exploração, da desigual distribuição da violência e da gestão da vida nos territórios rurais racializados.

O trabalho feminino, assim como emerge nos poemas, ultrapassa a dimensão produtiva, articulando cuidado, reprodução da vida e expropriação silenciosa. As mulheres aparecem como fiandeiras da sobrevivência: sustentam a família, a memória e o território, ao mesmo tempo em que têm seus corpos submetidos a uma sobrecarga histórica que naturaliza o cansaço, o envelhecimento precoce e a ausência de direitos. Em diálogo com Heleieth Saffioti (2015), a poesia evidencia que o patriarcado, longe de operar isoladamente, se articula ao capitalismo e ao racismo estrutural, produzindo uma divisão sexual do trabalho que captura o corpo feminino como recurso inesgotável, especialmente no campo.

Esse regime de exploração estende-se de forma direta à infância, sobretudo às meninas, cuja socialização ocorre não pelo brincar, e sim pela incorporação precoce às tarefas do trabalho e do cuidado. A infância, nesses contextos, é atravessada pela pedagogia da violência descrita por Rita Segato (2016): aprende-se cedo a silenciar, a suportar e a permanecer. O corpo infantil, assim como o corpo feminino, torna-se território colonizado, moldado pela lógica da necessidade e pela urgência da sobrevivência. A repetição da ausência da infância nos poemas expressa a marca de um sistema que antecipa a vida adulta e expropria o tempo da formação, afastando-se da ideia de falha individual.

Nesse sentido, a poesia de Paulo Rodrigues aproxima-se das reflexões de Lélia Gonzalez (1984) e Beatriz Nascimento (2021), ao revelar que raça, gênero e classe estruturam conjuntamente as formas de exploração do trabalho e as experiências de silenciamento. As mulheres negras e quilombolas, assim como suas crianças, ocupam um lugar histórico de sustentação da vida coletiva, porém, permanecem invisibilizadas nos registros oficiais da nação. A poesia rompe esse apagamento ao reinscrever essas existências no campo da memória e da linguagem, transformando o cotidiano do trabalho em arquivo da violência colonial e da resistência persistente.

Ao trazer à cena crianças que trabalham, mulheres que envelhecem antes do tempo e corpos que resistem sem reconhecimento, *A Claridade da Gente* tensiona os limites do discurso hegemônico sobre trabalho, família e desenvolvimento. A obra denuncia a naturalização da exploração e desestabiliza a ideia de que o trabalho infantil e feminino são expressões de

“ajuda” ou “vocação”, revelando-os como mecanismos estruturais de manutenção da desigualdade.

Contudo, ao mesmo tempo em que expõe a violência, a poesia não abdica da possibilidade de reexistência. O cuidado, o afeto, a ancestralidade e a coletividade aparecem como forças que desafiam a lógica da morte e da expropriação. Ao inscrever mulheres e crianças como sujeitos históricos, ainda que silenciados, Paulo Rodrigues afirma que a resistência não se dá apenas nos grandes confrontos, mas também na persistência cotidiana de corpos que seguem fiando a vida, mesmo em territórios feridos.

Desse modo, esta seção salienta que pensar gênero e infância em *A Claridade da Gente* implica reconhecer o trabalho feminino e infantil como chaves analíticas fundamentais para compreender a colonialidade do viver no campo brasileiro.

CONSIDERAÇÕES FINAIS - Das fiandeiras às quebradeiras, sonhos que não morrem

Esta dissertação nasceu de um percurso vivido. A escolha do tema, do *corpus* e do recorte teórico não se construiu a partir de um olhar distante, mas de uma experiência marcada pela vida no campo e pela convivência cotidiana com o trabalho rural. Foi desse lugar que se formou a leitura proposta ao longo do trabalho, orientada por uma atenção às desigualdades históricas que atravessam esses territórios e moldam formas de existência muitas vezes silenciadas. Assim, a pesquisa se consolida como um gesto situado, que articula análise literária e experiência social para pensar a permanência de uma gente que segue ligada à terra, apesar das violências que insistem em atravessar o presente.

Ao longo deste estudo, buscou-se compreender de que modo a poesia de Paulo Rodrigues, especialmente em *A Claridade da Gente* (2023), dialoga com realidades historicamente marcadas pela desigualdade e se afirma como uma escrita contra-hegemônica. A análise revelou que a poesia vai além da representação de experiências sociais, constituindo-se como espaço de reinscrição simbólica de sujeitos e territórios marginalizados, configurando-se como prática de resistência e reexistência frente à colonialidade do poder.

A primeira seção situou a escrita de Paulo Rodrigues no contexto da literatura maranhense contemporânea, compreendendo-a como parte de um campo literário marcado por disputas simbólicas, desigualdades raciais, territoriais e de classe. Evidenciou-se que sua poética dialoga criticamente com as marcas persistentes da colonialidade, afirmando vozes historicamente silenciadas e tensionando os critérios hegemônicos de legitimação literária. A trajetória do autor, atravessada pela experiência rural, mostrou-se constitutiva de sua escrita, reafirmando a literatura como prática ética, política e socialmente situada.

Na segunda seção, a análise da territorialidade quilombola, com ênfase no Quilombo Onça, permitiu compreender o território em sua dimensão ampliada, como matriz simbólica de memória, ancestralidade e pertencimento. Demonstrou-se que, na poesia de *A Claridade da Gente*, os processos de desterritorialização ultrapassam a dimensão material da perda da terra, atingindo vínculos afetivos, modos de vida e referências identitárias coletivas. A obra evidencia que a luta pelo território é, sobretudo, uma luta pelo direito de existir, permanecer e produzir sentidos a partir de outras epistemologias.

A terceira seção aprofundou a relação entre terra, corpo e violência, evidenciando como os conflitos agrários se inscrevem diretamente nos corpos dos sujeitos subalternizados. A terra ferida que atravessa a poética de Paulo Rodrigues revelou-se espaço ambíguo de pertencimento e de morte, marcado pelo sangue, pela expulsão e pelo apagamento histórico. A análise

demonstrou que a violência no campo é estrutural e contínua e a poesia registra gestos de resistência afetiva e simbólica que mantêm viva a relação com o território, mesmo diante do êxodo forçado.

Na quarta seção, ao analisar o trabalho feminino e o trabalho infantil, evidenciou-se como mulheres e crianças ocupam lugar central na manutenção da vida coletiva, embora historicamente exploradas, sobrecarregadas e silenciadas. A poesia de *A Claridade da Gente* desestabiliza a naturalização dessas formas de exploração, revelando-as como pilares da ordem agrária colonial-capitalista. Ao trazer esses corpos para o centro da cena poética, a obra rompe com o apagamento histórico e afirma a dignidade de existências frequentemente relegadas à margem do discurso literário e social.

Do ponto de vista metodológico, a articulação entre análise literária, visita de campo ao Quilombo Onça e entrevista com o autor possibilitou uma leitura situada da obra, respeitando seus atravessamentos históricos, sociais e subjetivos. Os resultados indicam que *A Claridade da Gente* se afirma como uma obra fundamental para pensar a literatura contemporânea brasileira a partir das margens, produzindo fissuras no discurso dominante. Conclui-se, assim, que tanto a poesia de Paulo Rodrigues quanto esta dissertação se configuram como atos políticos, reafirmando a literatura como instrumento de reivindicação do direito à palavra, à terra e à existência.

Entre os poemas analisados, *Fiandeiras* ocupa um lugar especialmente sensível neste fechamento, pois aproxima a figura poética de Dona Alzira da trajetória de minha mãe e de minhas avós, e tantas outras mulheres trabalhadoras do campo, cuja vida foi marcada por experiências semelhantes de trabalho contínuo e exaustivo. Assim como Dona Alzira, esses corpos femininos foram moldados por décadas de labor repetitivo e silencioso, sustentando famílias inteiras em meio à escassez e à ausência persistente de reconhecimento social.

O gesto de fiar, no poema, encontra eco no gesto de quebrar o coco e em outras práticas do trabalho rural feminino: gestos transmitidos entre gerações, que exigem força, constância e resistência, transformando o corpo da mulher em território de produção e desgaste. A poesia, nesse sentido, amplia a figura individual e projeta nela uma experiência coletiva e intergeracional, inscrita na história de inúmeras mulheres do campo que sustentam a vida com o próprio corpo e permanecem à margem da visibilidade social.

Dito isso, destaca-se que este percurso de leitura e análise, constituiu-se, antes de tudo, como um movimento de retorno. Retorno às memórias do campo, às experiências de trabalho precoce e às violências naturalizadas que atravessam a vida de quem nasce e cresce em contextos rurais. As violências nomeadas nos poemas analisados deixaram de ser apenas

categorias analíticas e passaram a ser reconhecidas como experiências vividas e enfrentadas e, ao longo do tempo, elaboradas.

Foi nesse processo de elaboração que a educação, a leitura e a literatura se afirmaram, na minha trajetória, como caminhos de deslocamento e permanência. A escola e o acesso aos livros não se apresentaram como percursos lineares ou isentos de conflito; configuraram-se como espaços de disputa cotidiana, nos quais se aprende a resistir, a permanecer e a nomear o mundo. Ler e estudar significaram adquirir instrumentos para compreender a violência, situá-la historicamente e recusar sua naturalização como destino.

A literatura, nesse sentido, ultrapassou o lugar de objeto de análise acadêmica e se afirmou como prática formadora, capaz de reorganizar afetos, memórias e horizontes de expectativa. A educação e o acesso à palavra possibilitaram-me romper com as amarras da violência estrutural que permeia as comunidades rurais, por meio da elaboração crítica da experiência vivida, preservando os vínculos com a origem. Esse deslocamento permitiu compreender a violência como estrutura histórica em vez de destino, abrindo espaço para a construção de outras formas de existir.

Destaco ainda, que nesse percurso, as políticas públicas ocuparam lugar central. Ser filho de programas sociais, como o Bolsa Família, garantiu-me condições mínimas de sobrevivência material e possibilitou a permanência nos espaços escolares, atravessando a infância e a juventude com maior estabilidade e dignidade. Esses atravessamentos não eliminaram as marcas da desigualdade; ofereceram, contudo, meios concretos para enfrentá-las a partir de outro ponto de vista. A vulnerabilidade passou a ser compreendida como resultado de um projeto histórico de exclusão, abrindo caminho para a construção de outras trajetórias possíveis.

Sob esse viés, é fundamental destacar que este trabalho não pretende esgotar as múltiplas discussões que a obra *A Claridade da Gente* é capaz de suscitar. O recorte analítico aqui proposto, centrado em determinados poemas e eixos temáticos, não abarca a totalidade das vozes, imagens e problemáticas mobilizadas por Paulo Rodrigues, cuja produção poética revela-se ampla, complexa e atravessada por diversas outras possibilidades de leitura. Nesse sentido, esta dissertação reconhece suas próprias lacunas e limites, compreendendo-os não como fragilidades, mas como aberturas para investigações futuras.

Desse modo, as questões relacionadas à memória, à ancestralidade, à linguagem poética, às relações de gênero, às cosmologias quilombolas e às dinâmicas contemporâneas do campo permanecem como campos férteis a serem aprofundados, tanto em desdobramentos posteriores desta pesquisa quanto em estudos desenvolvidos por outros pesquisadores e pesquisadoras.

Assim, reafirma-se o caráter inacabado do conhecimento e a necessidade de que a obra de Paulo Rodrigues continue sendo lida, discutida e tensionada em diferentes contextos críticos.

Encerrar esta dissertação é, portanto, afirmar que a poesia analisada nomeia a violência e anuncia possibilidades de permanência. Entre a poética das fiandeiras e a experiência vivida das quebradeiras de coco, dos quilombolas e dos demais trabalhadores rurais, este trabalho reconhece uma gente que resiste e se mantém firme na terra, mesmo quando tudo conspira para o apagamento. A literatura surge, então, como um espaço de transformação da memória em força crítica, permitindo que o direito à palavra conduza esses grupos à existência, mantendo vivos seus sonhos e esperança e abrindo caminhos de mudança para as futuras gerações. Logo, este trabalho se consolida, em essência, como um grito no silêncio da invisibilidade, revelando a força de vozes que historicamente foram silenciadas.

REFERÊNCIAS

A NOVA DEMOCRACIA. **MA: camponeses denunciam e enfrentam crimes do latifúndio.** *A Nova Democracia*, s.d. Disponível em: <https://anovademocracia.com.br/ma-camponeses-denunciam-e-enfrentam-crimes-do-latifundio/>. Acesso em: 23 jul. 2025.

ABREU, Fernando. **Fernando Abreu entrevistado por Paulo Rodrigues.** *Agora Santa Inês*, Santa Inês, ano XXII, ed. 1867, p. 18, 14 jul. 2025. Caderno Literatura.

ACADEMIA MARANHENSE DE LETRAS. **Tecido tempo: mostra da poesia contemporânea do Maranhão.** São Luís: Academia Maranhense de Letras, 2023.

AGÊNCIA TAMBOR. **Maranhão da grilagem: quilombolas ameaçados de morte em Santa Inês.** Agência Tambor, 31 maio 2024. Disponível em: <https://agenciatambor.net.br/direitos-humanos/maranhao-da-grilagem-quilombolas-ameacados-de-morte-em-santa-ines/>. Acesso em: 23 jul. 2025.

AGÊNCIA TAMBOR. **Quilombo Onça ameaçado** [vídeo]. *YouTube*, s.d. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=q_paAYRoiLM. Acesso em: 23 jul. 2025.

AGÊNCIA TAMBOR. **Santa Inês: Quilombo Onça denuncia gravíssimas ameaças.** Agência Tambor, 12 abr. 2024. Disponível em: <https://agenciatambor.net.br/direitos-humanos/santa-ines-quilombo-onca-denuncia-gravissimas-ameacas/>. Acesso em: 23 jul. 2025.

ALL EM REVISTA. **Entrevista com Paulo Rodrigues.** *ALL Em Revista*, v. 9, n. 3, jul./set. 2022. Disponível em: https://issuu.com/leovaz/docs/all_em_revista_9.3_julho-setembro_2022b/s/16996197. Acesso em: 15 jul. 2025.

ALMEIDA, Maria Geralda de. **Territórios de quilombolas: pelos vãos e serras dos Kalunga de Goiás – patrimônio e biodiversidade de sujeitos do Cerrado.** *Ateliê Geográfico*, Goiânia, v. 1, n. 9, p. 36–63, fev. 2010.

ANDRADE, Manuel Correia de. **A questão do território no Brasil.** São Paulo: Hucitec, 2004.

BARROS, Linda. **Nossa imagem n’A Claridade da Gente.** *Facetubes*, 18 maio 2023. Disponível em: <https://www.facetubes.com.br/noticia/4529/mais-um-belo-texto-de-linda-barros-qnossa-imagem-na-claridade-da-genteq>. Acesso em: 20 nov. 2024.

BOSI, Alfredo. **História concisa da literatura brasileira.** 43. ed. São Paulo: Cultrix, 2006.

BOSI, Alfredo. **Narrativa e resistência.** In: BOSI, Alfredo. *Literatura e resistência.* São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

BRASIL. **Estatuto da Criança e do Adolescente: Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990.** Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8069.htm. Acesso em: 21 jan. 2026.

BUMBA MEU BOI FLOR DO BRASIL. **Apresentação do boi Flor do Brasil**. Instagram: @bumba_meu_boi_flor_do_brasil, 14 maio 2025. Disponível em: https://www.instagram.com/p/DJpTWCDv_ua/. Acesso em: 7 jul. 2025.

CANAL FUTURA. **Terra de resistência: ameaças de fazendeiros e fome de um povo**. *Podcast Isso Ai*, 2025. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=AVir0K5xYIY>. Acesso em: 23 jul. 2025.

CANDIDO, Antonio. **A literatura e a vida social**. In: CANDIDO, Antonio. *Literatura e sociedade*. São Paulo: Publifolha, 2000.

CANDIDO, Antonio. O direito à literatura. In: **CANDIDO, Antonio**. *Vários escritos*. 5. ed. Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul, 2011.

CANDIDO, Antonio. **O estudo analítico do poema**. São Paulo: Humanitas, 2006.

CARNEIRO, Sueli. **A construção do outro como não-ser**. São Paulo: Selo Negro, 2003.

COAR NOTÍCIAS. **Terra de resistência: podcast denuncia grilagem e insegurança alimentar em quilombo do Maranhão**. *Coar Notícias*, s.d. Disponível em: <https://coarnoticias.com.br/terra-de-resistencia-podcast-denuncia-grilagem-e-inseguranca-alimentar-em-quilombo-do-maranhao/>. Acesso em: 23 jul. 2025.

COHN, Clarice. **Concepções de infância e infâncias: um estado da arte da antropologia da criança no Brasil**. *Civitas*, Porto Alegre, v. 13, n. 2, p. 221–244, 2013. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/civitas/a/4SYMpFLYrqF6pPc6g7xPCzJ/>. Acesso em: 9 jan. 2026.

COMISSÃO PASTORAL DA TERRA – CPT. **Ameaçado por fazendeiros, Quilombo Onça (MA) realiza ação de resistência**. CPT Nacional, 16 set. 2022. Disponível em: <https://cptnacional.org.br/2022/09/16/ameacado-por-fazendeiros-quilombo-onca-ma-realizacao-de-resistencia/>. Acesso em: 23 jul. 2025.

COSTA, Abimael. **Poeta Paulo Rodrigues vence edição 2020 do Prêmio Literatura e Fechadura**. 17 dez. 2020. Disponível em: <https://www.abimaelcosta.com.br/2020/12/poeta-paulo-rodrigues-vence-edicao-2020.html>. Acesso em: 15 jul. 2025.

da morte. Tradução de Renata Santini. São Paulo: N-1 edições, 2018.

DALCASTAGNÈ, Regina. **Literatura brasileira contemporânea: um território contestado**. Rio de Janeiro: Horizonte, 2012.

ESCOBAR, Arturo. **O lugar da natureza e a natureza do lugar**. In: LANDER, Edgardo (org.). *A colonialidade do saber*. Buenos Aires: CLACSO, 2005. p. 123–152.

FANON, Frantz. **Os condenados da terra**. Tradução de Carlos Moore. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.

FNPETI. **Trabalho infantil no campo: análise do Censo Agropecuário 2017 – Maranhão**. Brasília: FNPETI, 2020. Disponível em:

https://media.fnpeti.org.br/foruns/relatorios/censo/Relat%C3%B3rio_Maranh%C3%A3o.pdf. Acesso em: 20 jan. 2026.

GONZALEZ, Lélia. Por um feminismo afro-latino-americano. In: **Caderno de formação política do Círculo Palmarino** n.01 Batalha de Ideias. 2011. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/271077/mod_resource/content/1/Por%20um%20feminismo%20Afro-latino-americano.pdf.

HAESBAERT, Rogério. **O mito da desterritorialização**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

HAESBAERT, Rogério. **Território e descolonialidade: sobre o giro (multi)territorial/de(s)colonial na “América Latina”**. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: CLACSO; Niterói: Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal Fluminense, 2021.

HAESBAERT, Rogério. Território e multiterritorialidade: um debate. **GEographia**, Niterói, v. 9, n. 17, 2010. DOI: 10.22409/GEOgraphia2007.v9i17.a13531. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/geographia/article/view/13531>.

INSTITUTO DE COLONIZAÇÃO E TERRAS DO MARANHÃO (ITERMA). **Regularização fundiária dos territórios quilombolas no Estado do Maranhão: legislação estadual, perguntas e respostas**. 1. ed. São Luís: ITERMA, 2021. 48 p. Disponível em: <https://iterma.ma.gov.br/uploads/iterma/docs/CADERNO-ITERMA-QUILOMBOS-vol-I-Ver2-17112020-LOW-1.pdf>. Acesso em: 3 set. 2025.

KRENAK, Ailton. **Ideias para o fim do mundo**. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2020.

LEITE, Ilka Boaventura. Os quilombos no Brasil: questões conceituais e normativas. *Etnográfica*, Lisboa, v. 4, n. 2, 2000, p. 333-354.

LINCOLN, Mhario. **Paulo Rodrigues, poeta dos mais prestigiados no Maranhão**. Facetubes, 2020. Disponível em: <https://www.facetubes.com.br/noticia/45/com-gol-polemico-novorizontino-vence-e-complica-corinthians-no-paulistao>. Acesso em: 2 fev. 2026.

MAKINO, Rogério. Sociologia rural: um guia introdutório. Curitiba: Editora Bagai, 2022. Livro eletrônico (PDF). Disponível em: <https://doi.org/10.37008/978-65-5368-023-4.08.01.22>. Acesso em: 3 fev. 2026.

MBEMBE, Achille. **Necropolítica: biopoder, soberania, estado de exceção, política**

MIGNOLO, Walter D. **A colonialidade: o lado obscuro da modernidade**. Rio de Janeiro: Autêntica, 2022.

MOURA, Clóvis. Os quilombos e a rebelião negra. 2. ed. São Paulo: Ática, 1981.

NASCIMENTO, Abdias. **O Quilombismo: documentos de uma militância pan-africanista**. Rio de Janeiro: Vozes, 1980.

NASCIMENTO, Beatriz. **Uma história feita por mãos negras**. Rio de Janeiro: Zahar, 2021.

Nepomuceno, Eric O massacre [recurso eletrônico] : Eldorado do Carajás : uma história de impunidade / Eric Nepomuceno. - 1. ed. - Rio de Janeiro : Record, 2019.

OLIVEIRA, Gabriela de Santana; QUEVEDO, Rafael Campos; ABREU, Fernanda Castro de Souza. **“A memória de nós”: a pesquisa do Grupo em Lírica Brasileira Contemporânea no contexto do curso de Letras da UFMA**. *Littera: Revista de Estudos Linguísticos e Literários*, v. 15, n. 29, 2024. Disponível em: <https://periodicoseletronicos.ufma.br/index.php/littera/article/view/22478>. Acesso em: 2 fev. 2026.

QUIJANO, Aníbal. **Colonialidade de poder, eurocentrismo e América Latina**. In: LANDER, Edgardo (org.). *A colonialidade do saber*. Buenos Aires: CLACSO, 2005. p. 227–278.

RODRIGUES, Paulo. **A claridade da gente**. São Paulo: Penalux, 2023.

RODRIGUES, Paulo. **Apenas um sujeito lírico**. São Luís: Editora 360°, 2015.

RODRIGUES, Paulo. **Brasil Moçambique: diálogos poéticos**. Teresina: Avante Gard, 2023.

RODRIGUES, Paulo. **Cinelândia**. Belém: Folheando, 2021.

RODRIGUES, Paulo. **Cordilheira**. São Paulo: Patuá, 2024.

RODRIGUES, Paulo. **Crônicas da cidade...** São Luís: Editora 360°, 2014.

RODRIGUES, Paulo. **Dissonâncias poéticas...** São Luís: Editora 360°, 2013.

RODRIGUES, Paulo. **Escombros de ninguém**. São Paulo: Penalux, 2018.

RODRIGUES, Paulo. **O abrigo de Orfeu**. São Paulo: Penalux, 2017.

RODRIGUES, Paulo. **O que não calou dentro de nós**. 1. Ed. São Paulo, 2023.

RODRIGUES, Paulo. **Uma interpretação para São Gregório**. São Paulo: Penalux, 2019.

RODRIGUES, Paulo; AILTON, Antônio (org.). **Potentes vozes: antologia**. 1. ed. Imperatriz, MA: Ethos Editora Sampa, 2025. ISBN 978-65-6039-143-7.

SAFFIOTI, Heleieth. **A mulher na sociedade de classe: mito e realidade**. São Paulo: Expressão Popular, 2013.

SANTOS, Antônio Bispo dos. **A terra dá, a terra quer**. São Paulo: Ubu Editora, 2023.

SANTOS, Antônio Bispo dos. **Colonização, Quilombos: modos e significações**. Brasília: INCTI/UnB, 2015.

SANTOS, Marcos Antônio Fernandes dos. **A poesia mais que maranhense no cenário nacional: a poética de *Litania da velha*, de Arlete Nogueira da Cruz.** *Littera: Revista de Estudos Linguísticos e Literários*, v. 14, n. 27, 2023. Disponível em: <https://periodicoseletronicos.ufma.br/index.php/littera/article/view/22216>. Acesso em: 2 fev. 2026.

SANTOS, Milton. **Território, território:** ensaios sobre ordenamento territorial. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

SEGATO, Rita Laura. **La guerra contra las mujeres.** Madrid: Traficantes de Sueños, 2016.

SILVA, Dinacy Mendonça Corrêa; PINTO, Anderson Roberto Corrêa. **Poetisas maranhenses contemporâneas.** *Revista Garrafa*, v. 9, n. 25, 2011. Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/garrafa/article/view/7459>. Acesso em: 20 jan. 2026.

SOUZA, Márcia Lúcia Anacleto de. **(In)visíveis? Crianças quilombolas e a necropolítica da infância no Brasil.** *Zero-a-Seis*, Florianópolis, v. 22, n. esp., dez. 2020. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/zerosais/article/view/78163>. Acesso em: 9 jan. 2026.

WALDMAN, Maurício. **O baobá na paisagem africana.** *África*, São Paulo, número especial, p. 223–235, 2012.

APÊNDICE - ENTREVISTA COM O ESCRITOR PAULO RODRIGUES

Regivaldo da Silva Carvalho, aluno do Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal do Maranhão – Campus Bacabal (PPGLB/UFMA), e realizou esta entrevista como parte da pesquisa para minha dissertação de mestrado, que tem como foco a obra *A Claridade da Gente*, de autoria de Paulo Rodrigues. O objetivo desta conversa é colher informações sobre o processo criativo, os fundamentos políticos, sociais e estéticos da obra, bem como aspectos da trajetória do autor, especialmente no que diz respeito à sua relação com o Quilombo Onça, com o território, a literatura e os movimentos de resistência. Esta entrevista se insere no contexto de uma abordagem crítica com base na teoria decolonial. Ressalta-se ainda que posteriormente poderá ser publicada na revista do programa.

➤ **Vivências pessoais e formativas**

1. Descreva alguns aspectos da sua vida (formação, profissão, família, hobby)

Eu nasci em 16 de fevereiro de 1978, em Caxias-MA. Com quatro anos de idade, meu pai veio trabalhar em Santa Inês. Aqui ficamos. E construímos nossas existências, marcadas por muita dificuldade. Com dez anos fiquei sem meu pai. Tive que começar a trabalhar muito cedo para ajudar no sustento da casa.

Fiz o curso de Letras na Universidade Estadual do Maranhão. Lá também fiz uma Pós-graduação em Língua Portuguesa e outra em Literatura Brasileira. Fiz Filosofia na Estácio, que somou muito ao meu conhecimento. Sou acadêmico de Direito da UNIBRAS.

Passei em alguns concursos para o magistério. Atualmente sou professor de Língua Portuguesa da rede estadual de ensino.

Casado com Larissa Amorim. Pai do Paulo Neto e da Açucena Maria. No tempo livre, gosto de ler literatura e escrever.

2. Como foi sua infância e adolescência? Que memórias desse período ainda reverberam na sua escrita?

Foi uma infância de muita carência de recursos, no entanto muito rica de experiências humanas. Eu fabricava todos os meus brinquedos: pipa, gaiola, baladeira, bolas.

Lembro que encontrei um saco de cebola. Eu o desfiei completamente e amarrei as pontas para ter linha suficiente. Eu ficava transbordando heroísmo com aqueles feitos. Serviu para me dar confiança, porque os excluídos quase não têm confiança em si mesmos.

Como reafirmou Machado de Assis em Memórias Póstumas de Brás Cubas: “o menino é o pai do homem”. Portanto, o menino criativo vive em mim.

3. Você teve contato com a literatura desde cedo? Que tipo de histórias eram contadas no seu ambiente familiar ou comunitário?

A poesia me salvou. Não é apenas uma metáfora. Meu pai morreu quando eu fiz dez anos de idade. Ficamos numa situação sociológica delicada: minha mãe, minhas irmãs e eu. Comemos o pão que o diabo amassou. Eu tive a sorte de encontrar a literatura na quinta série, na antiga Escola Estadual Inês Galvão. Comecei a ler com a certeza que o único caminho possível era aquele.

Em casa mesmo, eu lia pouco, porque não tinha acesso aos livros. Na escola, eu mergulhava na literatura. O professor Pedro filho marcou a minha vida. Lembro do susto enorme que tomei ao ler o Barco Bêbado do Arthur Rimbaud. Os versos ficavam gritando dentro de mim por vários dias: “Toda lua é cruel e todo sol, engano”.

4. Qual foi o papel da escola ou da universidade na sua formação como escritor?

Tanto a escola quanto a universidade me apresentaram o estudo do texto literário. Essa descoberta mudou a minha vida. Ambas, me deram a base para eu escrever o texto simbólico, com certeza.

5. Você se considera alguém "deslocado" ou "fora do centro"? Como isso impacta sua maneira de ver o Brasil e escrever sobre ele?

Quem não está em São Paulo ou no Rio de Janeiro está fora do centro. É lá que as coisas acontecem também na literatura. Nós tememos que enfrentar uma limitação geográfica enorme. A literatura produzida fora do "eixo" pode abordar temas e perspectivas regionais, explorando as culturas e experiências locais, mas também pode tratar de temas universais de formas inovadoras e originais. É isso que estamos fazendo para participar da literatura contemporânea brasileira.

Eu quero fazer literatura de alta qualidade, no entanto, preciso refletir sobre as tragédias do meu país.

6. Há algum espaço físico (bairro, cidade, comunidade, terreiro, quilombo, aldeia, favela etc.) que você considera fundante na sua vida ou na sua literatura?

Não há um espaço específico na minha obra. Eu quero fazer literatura de qualidade e ao mesmo tempo não alienada. Como reafirmava o mestre Graciliano Ramos: "a palavra não foi feita para enfeitar, brilhar como ouro falso, a palavra foi feita para dizer". Eu quero comunicar sobre a vida de todos os lugares e transmitir um espanto estético para os leitores.

7. Você considera a sua literatura contra-hegemônica?

Quero sim criticar as estruturas de poder e as normas culturais dominantes. Busco dar voz a grupos marginalizados e promover perspectivas alternativas. A literatura é também uma arma. Como disse o poeta Celso Borges: “a posição da poesia é oposição”.

➤ **Relações com outros escritores, grupos e movimentos**

8. Com quais escritores ou artistas você mantém diálogo ou proximidade hoje?

Eu tenho relação com muitos poetas e escritores do Brasil. Converso muito com Salgado Maranhão, que é o maior poeta brasileiro na atualidade. Tenho ampliado o diálogo com o Nathan Sousa, que é o escritor mais premiado do Piauí. E gosto muito dos autores contemporâneos do Maranhão: Luiza Cantanhêde, Antonio Aílton, Lila Maia, Fernando Abreu, Bioque Mesito, Neurivan Sousa, Laura Amélia Damous, Samuel Marinho.

9. Existe algum coletivo, movimento literário ou grupo de escritores com o qual você se identifique ou participe?

T. S. Eliot tem razão. Sozinho até o café fica amargo. O João Cabral de Melo Neto complementa o axioma: “Um galo sozinho não tece uma manhã:/ ele precisará sempre de outros galos”.

Eu, Luiza Cantanhêde, Evilásio Júnior, Carlos Vinhorth, Anna Liz e Luís Henrique fundamos o coletivo Vozes do Vale. Nossa intenção é ampliar a formação do leitor proficiente usando o texto literário contemporâneo. Levamos o livro, o autor, atividades literárias para escolas públicas e universidades do Vale do Pindaré.

No dia 30 de maio, por exemplo, nós estaremos na UEMA – Campus Santa Inês. Vamos trabalhar uma mesa de debate com o tema: A IMPORTÂNCIA DA LITERATURA CONTEMPORÂNEA NA UNIVERSIDADE.

Em 2024, publicamos uma antologia cujo título é: O QUE NÃO CALOU DENTRO DE NÓS. E lançaremos outra antologia em 2025, porque entraram mais cinco autores para compor o referido coletivo: Maura Luza, Altemar Lima, Ezequias Silva, Rilnete Melo e Marcelo Henrique.

10. Você acredita que há uma cena literária decolonial em formação no Brasil? Como você a enxerga?

Sim, meu nobre amigo. Existe uma literatura decolonial no Brasil, que se manifesta como uma corrente de pensamento e produção textual que busca desconstruir os padrões coloniais e suas consequências na cultura, sociedade e literatura brasileira.

Autoras como Conceição Evaristo, Lélia Gonzalez, Carolina Maria de Jesus recontam a nossa história “fora da visão da Europa”. É uma literatura necessária.

11. Qual é a importância da escuta, do diálogo e da troca com outros escritores no seu processo criativo?

A escuta e o diálogo são importantes para continuarmos avançando no aprofundamento do discurso literário.

12. Como é sua relação com os espaços institucionais da literatura (editais, prêmios, academias, editoras)?

Eu tenho uma boa relação. Sou membro efetivo da Academia Caxiense de Letras e da Academia Poética Brasileira. No entanto, sou um agitador cultural. Gosto de criar, de produzir eventos de envolver as pessoas através do texto metafórico.

13. Já enfrentou silenciamentos ou marginalizações por conta do lugar de onde fala ou escreve?

Já sim, meu nobre amigo. Um homem negro numa sociedade fundada na escravidão, que sustenta um racismo estrutural sempre enfrenta silenciamentos. Por outro lado, a literatura de qualidade é muito forte. Ela ultrapassa as barreiras todas.

➤ **Vida intelectual e política**

15. Quem são suas grandes referências intelectuais fora da literatura — na filosofia, nas ciências sociais, nos saberes populares?

Pergunta interessante. Karl Marx é o filósofo, que mais influenciou a minha formação. Sou marxista convicto. Georg Lukács, filósofo e crítico literário húngaro clareou muito a minha visão sobre a existência no modo de produção capitalista. O Darcy Ribeiro e Florestan Fernandes são autores necessários para compreendermos as tragédias do nosso país.

16. Sua atuação vai além da escrita? Você participa de lutas sociais, movimentos culturais ou outras formas de militância?

Sou filiado ao PT. Participo das lutas do MST. Acredito na força do povo brasileiro. Penso que ainda vamos fazer a revolução necessário no Brasil.

17. Qual é a sua percepção sobre o racismo estrutural no meio literário e acadêmico brasileiro?

A sociedade brasileira foi fundada na escravidão. Fomos o último país a abolir tal prática. Então, há um racismo dentro de todas as instituições do Brasil. O jurista Silvio almeida comentou: “O racismo não é um ato ou um conjunto de atos e tampouco se resume a um fenômeno restrito às práticas institucionais; é, sobretudo, um processo histórico e político em que as condições de subalternidade ou de privilégio de sujeitos racializados é estruturalmente reproduzida”. Precisamos enfrentar o racismo estrutural. É urgente.

18. Como você vê a relação entre estética e militância em sua produção e nas de seus pares?

Há muitos autores produzindo literatura sem preocupação com uma visão crítica da realidade que está posta. Eles pensam que literatura é só imagem, ritmo, construção metafórica. O maior livro de poesia da literatura brasileira é *A Rosa do povo* do Carlos Drummond de Andrade (é uma obra de militância). Eu não sou alienado, creio que a literatura que eu produzo também não.

19. Você se considera também um sujeito político em outras frentes além da literatura?

Sim. Sou um ser político no sentido pleno. Aristóteles, filósofo grego, não separava o cidadão do ser político. Ele afirmava: “o homem é um animal político”.

20. Em que projetos você está trabalhando atualmente?

Estou finalizando um livro infantil, cujo título é: *O Pião Azul e Outros Poemas*. E assinei contrato com a editora Litteralux de São Paulo, que vai publicar meu primeiro romance “*O Desencanto das Águas*”.

21. Há algo que você ainda deseja escrever, mas sente que precisa amadurecer mais para fazê-lo?

Eu quero escrever um romance sobre o Brasil profundo, mas preciso amadurecer mais para realizá-lo com a densidade que o projeto exige.

➤ **Sobre a obra “A claridade da Gente”**

22. Como surgiu a ideia de escrever *A Claridade da Gente*? Houve algum acontecimento pessoal ou coletivo que motivou a escrita?

Meu nobre, eu tenho um projeto estético. Faço uma relação dialógica entre a estética, a ética e a política, especialmente em obras como *Uma interpretação para São Gregório*, e nos três livros que chamei de a “*A trilogia do humano*” (*Cinelândia*, *A claridade da gente* e *Cordilheira*). Eu fui ao Rio de Janeiro em 2019, receber uma premiação literária na Academia Brasileira de Letras. Fiquei impressionado com a injustiça social. Eu voltei com o livro *Cinelândia* pronto. Ele inclusive, venceu o prêmio *Literatura e Fechadura de São Paulo* em 2020. Então, senti que eu precisava escrever mais sobre aspectos sociológicos do Brasil, usando a linguagem poética. Surge então, o livro *A claridade da gente*. É portanto, a continuidade de um projeto estético que eu finalizei com o livro *Cordilheira*, lançado me 2024, pela editora Patuá de São Paulo.

23. O que o título *A Claridade da Gente* representa para você? Por que escolheu essa expressão?

O título representa uma luz sobre as injustiças da história do Brasil. A poesia clareando as trevas, a escuridão da colonização, num país de capitalismo periférico, desumano.

24. Como foi o seu processo de criação? Você escreveu os textos todos de uma vez ou eles foram sendo reunidos ao longo do tempo?

A claridade da gente é um livro pensado, planejado. Não é uma obra de ajuntamento de poemas. Está muito bem dividido em três seções: Fuso, O regresso da semente e Quilombola Onça. Eu fui escrevendo os poemas num período seis meses. Eu precisava criar literatura e por outro lado abrir as nossas feridas. Isaac Souza, membro da Academia Caxiense de Letras, comentou: “O humano, nessa coleção de poemas, é a todo momento ameaçado pela incessante e sempre incompleta violência colonial”. É exatamente assim.

25. A obra possui forte oralidade e marca regional. Como você trabalhou essas vozes no texto?

Verdade. Possui mesmo. É proposital. Eu busquei trabalhar o simbólico, o discurso poético, mas eu precisava trazer para mais próximo dos injustiçados. Então tive que trabalhar, arcas de oralidade na construção discursiva. É um trabalho de muita reescrita. Você não imagina a quantidade de vezes que eu reescrevo, corto, retiro a carne do texto até o mesmo ficar pronto. Eu busco algo que o Zé Ramalho explica na canção AVÔHAI: “Eu tenho a palavra certa pra doutor não reclamar”.

26. Você se preocupa em tensionar a norma culta da língua com formas de expressão populares e negras? Por quê?

Claro que sim. O escritor deve disputar o espaço também na questão da linguagem. É importante, incluir no texto literário a língua do povo. Como disse Manuel Bandeira: “A vida não me chegava pelos jornais nem pelos livros/ Vinha da boca do povo na Língua errada do povo Língua certa do povo/ Porque ele é que fala gostoso o português do Brasil”.

27. Quais temas você considera centrais em *A Claridade da Gente*?

Eu considero central na obra *A claridade da gente* a questão da discussão sobre um Brasil profundo, que existe, está posto, é motor pulsante e fica no escuro o tempo inteiro. Somos colonizados e subdesenvolvidos no sentido amplo. Não queremos nos passar a limpo. No entanto, é necessário.

É um livro que exuma corpos, covas e dores.

28. A terceira parte da obra é intitulada “Quilombola Onça”, desejo saber qual foi a sua intenção ao intitular essa parte da obra.

Eu precisava elevar o discurso. Eu o ampliei, colocando a questão quilombola. Não queria minha poesia adestrada, cuidando apenas de rimas e imagens. Exigi mais. Como afirmou o Nêgo Bispo: “o quilombo ensina um saber profundo e essencial sobre a vida, para a vida”. A intenção foi essa.

29. Qual a sua relação com a comunidade quilombola Onça?

Eu visitei o Quilombo Cuba, o Quilombo Marfim e o Quilombo Onça. Tenho amigos lá. Admiro a forma responsável como eles se relacionam com a existência. Eu aprendo com os quilombolas “meus irmãos”.

30. De que forma a experiência de viver em um território periférico aparece no livro?

Aparece o tempo inteiro no livro. Eu narro personagens, espaços, lutas, tragédias que reconstroem o espaço periférico. Veja o poema:

O LATIFÚNDIO TEM O PALETÓ SUJO DE SANGUE

o jornal noticia
que se passaram vinte e cinco anos
da chacina dos trabalhadores rurais
em Eldorado dos Carajás.

uma foto com as covas
em fila
mostrou-me o medo
em preto e branco.

homens olhavam de lado
nunca em direção aos caixões.
os meninos juntavam raízes
como se adivinhassem
o aumento da conta.

não sei se Dorothy Stang
estava lá.

se ela chorou.

se Valentim Serra
falou de amor e outras quinquilharias.

Jane Julia sofreu emboscada,
mas não entregou a foice

nem a revolução.

A questão da Reforma Agrária, das grandes propriedades na mão de poucos, é uma questão periférica total.

31. Como o cotidiano, as ancestralidades e as relações afetivas moldam os textos da obra?

A obra é toda moldada pelo cotidiano, ancestralidade, pela morte, pelo esquecimento histórico. Eu gosto muito de refletir sobre a questão da ancestralidade. É fundamental.

32. A obra tem um forte caráter político. Você a considera um gesto de resistência? Em que sentido?

É um gesto de resistência. Toda obra literária num país colonizado deveria ser um ato discursivo de resistência, todavia, há um discurso interno entre os produtores de literatura que eles devem apenas trabalhar a linguagem e não precisam enxergar a vida material concreta. É um discurso burguês e alienado.

O diálogo estética, ética e política atravessa a minha poesia como já afirmei em outras entrevistas. Preciso esclarecer que não o faço de forma panfletária. Eu quero produzir alta literatura, mas tenho consciência que não posso perseguir apenas ritmo e imagens.

33. Você participa do coletivo "Vozes do Vale". Como essa vivência coletiva impacta sua escrita?

Participo do Coletivo Vozes do Vale. A vivência coletiva é uma aprendizagem também. Temos autores produzindo literatura de alta qualidade no Vale do Pindaré.

Eu aprendo bastante lendo os autores, observando os cortes de linguagem, as cambalhotas discursivas que eles realizam.

34. Que tipo de retorno você recebeu dos leitores de A Claridade da gente? Algum comentário te marcou especialmente?

Recebi um retorno muito positivo. Muitos escritores, poetas, realizam críticas positivas sobre a estrutura do livro.

Isaac Souza, poeta, compositor, membro da Academia Caxiense de Letras comentou: “Sim, eu vejo em A Claridade da Gente, um mergulho nas trevas da história, como se Paulo Rodrigues buscasse os mortos de que fala Benjamin, um a um, para o banquete da história. Mas, como esse banquete não está servido, o poeta lhes oferece um (amargo) café”.

35. Você pensa em um público específico quando escreve? Há um destinatário imaginado para os textos?

Penso em encontrar um leitor interessado em poesia, inclusive sofisticada. Você percebe que eu não trabalho no campo semântico do obvio. Quero encontrar leitores e leitoras que se preocupem com o tema da decolonialidade, que é bastante diferente de pós-colonial, mas que acabam se encontrando.

Defendo que devemos construir um projeto ficcional, poético e estético capaz de refletir sobre a vida material concreta. Nesse sentido, eu quero dialogar com todos os leitores possíveis.

36. Paulo Rodrigues, você também tem uma atuação importante como jornalista. Poderia nos contar em quais veículos de comunicação atua ou já atuou, e de que forma essa experiência jornalística dialoga com a sua produção literária e seu engajamento social?

Eu escrevo para jornais desde o ano de 2005. Tenho paixão pela escrita jornalística. Comecei escrevendo crônicas que eram publicadas no periódico Agora Santa Inês. Depois, fiquei contribuindo com o jornal Correio do Vale. Hoje, faço matérias, resenhas e entrevistas para O Imparcial, Revista Brasil Drummond, Revista Sacada Literária. Como afirmou Williane Silva: "O jornalismo é a arte de sintonizar o mundo as pessoas". A minha escrita jornalística ajuda na compreensão do mundo material concreto. Com os olhos abertos, eu busco produzir uma literatura que não seja alienada.